



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Dissertação de Mestrado

**DESENHO URBANO SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA:
O caso do Paranoá**

Flávio Rodrigues Ferraz

Brasília-DF
2013

FLÁVIO RODRIGUES FERRAZ

**DESENHO URBANO SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA:
O caso do Paranoá**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto de Campos Gouvêa.

Brasília-DF

2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1006415.

Ferraz, Flávio Rodrigues.
F381d Desenho urbano sob a ótica da segurança : o caso do Paranoá / Flávio Rodrigues Ferraz. -- 2013.
157 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Luiz Alberto de Campos Gouvêa.

1. Planejamento urbano. 2. Segurança pública.
3. Violência urbana. I. Gouvêa, Luiz Alberto de Campos.
II. Título.

CDU 72.011.22

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

FLÁVIO RODRIGUES FERRAZ

**DESENHO URBANO SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA:
O caso do Paranoá**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto de Campos Gouvêa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Alberto de Campos Gouvêa – Orientador
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PPG/FAU/UnB

Prof. Dr. Paulo Castilho Lima – Membro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PPG/FAU/UnB

Prof. Dr. Neio Campos – Membro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PPG/FAU/UnB

Prof. Dr. Rômulo Ribeiro – Suplente
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PPG/FAU/UnB

Aprovado em _____ / _____ / _____

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar violência urbana sob a ótica do urbanismo e, por conseguinte, buscar formas de minorar o problema via desenho e planejamento urbano. A linha de trabalho adotada iniciou-se pelos conceitos pertinentes urbanísticos sob a ótica da prevenção por meio do desenho ambiental, sendo posteriormente elaborada uma retrospectiva histórica das cidades na busca de mais segurança no ambiente urbano. De posse dos conceitos teóricos e embasamento histórico, foram realizadas pesquisas de campo nas cidades de Medellín, na Colômbia, e Hartford, nos Estados Unidos da América, ambas como exemplos de intervenções urbanísticas com vistas a reduzir delinquência e violência. Por fim, dotado de arcabouço teórico, histórico e vivencial, levou-se a cabo um estudo de caso do bairro mais violento do Distrito Federal segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o Paranoá, onde se buscou desenvolver propostas urbanas para a melhoria da segurança local e ao mesmo tempo fomentar no meio acadêmico a temática do urbanismo seguro.

Palavras-chave: Violência. Planejamento urbano. Segurança.

ABSTRACT

This research has been object analyze the urban violence through the urban design's optical and looking for ways to reduce the problem using urban design skills. The path adopted had beginning to the concepts from the perspective of prevention through environmental design, next step had elaborated a historical retrospective of the cities wich search more security on the environmental urban. After that, with the concepts and historical data, we visited two cities, first one is Medellin in Colombia and Hartford in USA, both as cases with urban interventions which sought reduction in crimes and violence. In the end, using concepts, historical data, experience with visits, we made a case study at Paranoá, the most violent neighborhood from Distrito Federal according Public Security Secretary, in this part of research, we intend to develop urban proposals to improve local conditions and stimulate in the academy the security urbanism discuss.

Keywords: Violence, Urban plan, Security.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art.	- Artigo
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
CAESB	- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAIC	- Centro de tenção Integral à Criança
CAU	- Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEB	- Companhia Energética de Brasília
CED	- Centro Educacional de Ensino Médio
CEF	- Centro de Ensino Fundamental
CEFET/MG	- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEHAP	- <i>Centro de Estudos sobre el Habitat</i>
CEI	- Centro de Educação Infantil
CEM	- Centro de Ensino Médio
CF	- Constituição Federal
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMPARQUES	- Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação
CPTED	- <i>Crime Prevention Trhough Environmental Design</i>
DETRAN	- Departamento de Trânsito
DF	- Distrito Federal
DIAVE	- Divisão de Implantação de Áreas Verdes
DP	- Delegacia de Polícia
EDU	- Empresa de Desarrollo Urbano
EPCT	- Estrada Parque Ceilândia Taguatinga
ETE	- Estação de Tratamento de Esgoto
EUA	- Estados Unidos da América
FARC	- <i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia</i>
FAU	- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
GBM	- Grupo de Brigada Militar
GDF	- Governo do Distrito Federal
HRP	- Hospital Regional do Paranoá
IBRAM	- Instituto Brasília Ambiental
IH	- Instituto de História

km	-	Kilometro
LABHOM	-	Laboratório de História Oral e Memória
m	-	Metro
nº.	-	Número
NOVACAP	-	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PCDF		Polícia Civil do Distrito Federal
PCMG	-	Polícia Civil de Minas Gerais
PCS	-	Posto Comunitário de Segurança
PDOT	-	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PEC	-	Pontos de Encontro Comunitário
PEDS	-	Pesquisa Domiciliar Socioeconômica
PF	-	Polícia Federal
PMDF	-	Polícia Militar do Distrito Federal
RA	-	Região Administrativa
SEDHAB	-	Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano
SENAC	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SMU	-	Setor Militar Urbano
SSP/DF	-	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
TERRACAP	-	Companhia Imobiliária de Brasília
UnB	-	Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Ilustração da Antiga Atenas, século V a. C.....	29
Figura 2 –	As muralhas de Ávila, Espanha.....	30
Figura 3 –	Planta da cidade de Mendoza, Argentina.....	31
Figura 4 –	Projeto para fortificar apenas a cidade do Pará.....	34
Figura 5 –	Foto da Avenida Champs Elysee. Paris, França.....	35
Figura 6 –	Foto panorâmica de Paris, França.....	36
Figura 7 –	Foto do início das demolições de cortiços para abertura da Avenida Rio Branco. Rio de Janeiro, Brasil.....	38
Figura 8 –	Vila operária.....	39
Figura 9 –	North Beach Place – Conjunto habitacional em San Francisco, California, Estados Unidos da América.....	40
Figura 10 –	Planta esquemática do Distrito Federal, Brasil.....	41
Figura 11 –	Foto da vastidão da Esplanada dos Ministérios. Brasília, Brasil.....	42
Figura 12 –	Planta esquemática da Praça dos Três Poderes e do Setor Militar Urbano. Brasília, Brasil.....	43
Figura 13 –	Desenho esquemático de uma superquadra com prédios retangulares e baixa densidade de ocupação. Brasília, Brasil.....	44
Figura 14 –	Campo visual de uma superquadra. Brasília, Brasil.....	44
Figura 15 –	Mapa do vale de Aburrá, Colombia.....	47
Figura 16 –	Vista da Zona Nororiental (Nordeste) de Medellin, Colombia.....	49
Figura 17 –	Comunidad El Progreso. Medellin, Colombia.....	49
Figura 18 –	Mapa da cidade de Medellin, Colombia.....	50
Figura 19 –	Forte de carabineros de Santa Helena. Medellin, Colombia.....	51
Figura 20 –	Vista interna da abertura de um Centro de Atendimento Imediato (CAI) para ser usado como proteção e visada em caso de ataques ao prédio policial. Medellin, Colombia.....	52
Figura 21 –	CAI periférico durante o dia, as aberturas redondas na fachada servem para que policiais possam disparar suas armas em segurança em caso de ataque hostil. Medellin, Colombia.....	52

Figura 22 – Vista noturna do farol do CAI Bello Oriente, a intenção é que a unidade policial funcione como marco da presença do estado na comuna. Medellin, Colombia.....	53
Figura 23 – Aumento do gabarito, da qualidade das construções e a incidência de comércio pujante ao longo do trajeto do metrocable na zona nororiental. Medellin, Colombia.....	53
Figura 24 – Complexo da biblioteca Espanha visto do interior do teleférico. Medellin, Colombia.....	54
Figura 25 – Interior da biblioteca Espanha. Medellin, Colombia.....	55
Figura 26 – Edifícios residenciais próximos à linha do teleférico da zona nororiental. Medellin, Colombia.....	56
Figura 27 – Presença de policiais em uma estação do metrô. Medellin, Colombia.....	57
Figura 28 – Mapa de Asylum Hill, Hartford, EUA.....	58
Figura 29 – Sargeant Street. Hartford, EUA.....	59
Figura 30 – Sargeant Street. Hartford, EUA.....	60
Figura 31 – Sigourney Park. Hartford, EUA.....	60
Figura 32 – Hospital St. Francis com o bairro de Asylum Hill ao fundo. Hartford, EUA.....	61
Figura 33 – Foto da Vila Amaury. Brasília, Brasil.....	71
Figura 34 – Mapa de ilhas espaciais. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	72
Figura 35 – Foto de ação policial num dos inúmeros episódios de desocupação. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	73
Figura 36 – Foto de uma caixa d’água que restou do antigo acampamento do interior do Parque Vivencial. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	74
Figura 37 – Área industrial. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	80
Figura 38 – Mapa das Regiões Administrativas do Distrito Federal, Brasil.....	84
Figura 39 – Sistema de endereçamento da cidade do Paranoá, Distrito Federal, Brasil..	86
Figura 40 – Relevo da cidade do Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	88
Figura 41 – Mapa das vias de contorno da cidade do Paranoá, Distrito Federal, Brasil..	90
Figura 42 – Foto do detalhe do desnível da Avenida Paranoá. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	92
Figura 43 – Mapa da quadra 08. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	93

Figura 44 – Mapa de localização de órgãos institucionais distribuídos pela malha urbana. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	95
Figura 45 – Mapa de localização das praças e quadras públicas distribuídas pela cidade do Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	96
Figura 46 – Postes de aço com braço curvo e luminária única. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	98
Figura 47 – Postes de concreto com braço metálico curvo e luminária simples, adotado em via de mão única. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	99
Figura 48 – Postes de concreto com luminárias duplas, instalados em via com canteiro central. Avenida Paranoá. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	99
Figura 49 – Entrada da cidade pela DF 005. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	100
Figura 50 – Vista da Avenida Paranoá. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	101
Figura 51 – Vista defronte a Escola Classe 01, quadra 26. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	102
Figura 52 – Vista detalhada do muro frontal da Escola Classe 01. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	103
Figura 53 – Foto noturna da Avenida Central. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	104
Figura 54 – Foto noturna da quadra 22. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	104
Figura 55 – Mapa de ocorrências criminais, ano 2007. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	107
Figura 56 – Esquema sugerido para o anel viário e parques lineares. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	119
Figura 57 – Recuperação de áreas degradadas. Rosário, Argentina.....	120
Figura 58 – Bacias de amortecimento de águas pluviais.....	120
Figura 59 – Esquema da configuração proposta.....	122
Figura 60 – Foto noturna. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	123
Figura 61 – Proposta para via de trânsito local. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	124
Figura 62 – Proposta para via de trânsito local. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	124
Figura 63 – Proposta para via de trânsito local. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.....	125
Figura 64 – Sistema de vegetação inadequado.....	126
Figura 65 – Sistema de vegetação adequado, com o uso de câmeras.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade.....	77
Gráfico 2 – Grupos etários.....	78
Gráfico 3 – Criminalidade. Paranoá e Brasília.....	81
Gráfico 4 – Criminalidade. Paranoá e Brasília.....	81
Gráfico 5 – Criminalidade. Paranoá e Brasília.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO	19
1.1 DESENHO URBANO E HISTÓRIA	27
<i>1.1.1 Cidades gregas</i>	<i>28</i>
<i>1.1.2 Império Romano</i>	<i>30</i>
<i>1.1.3 Cidades medievais europeias pós Império Romano</i>	<i>31</i>
<i>1.1.4 Império Espanhol</i>	<i>32</i>
<i>1.1.5 Cidades das colônias portuguesas</i>	<i>33</i>
<i>1.1.6 Reforma urbana de Paris no século XIX</i>	<i>34</i>
<i>1.1.7 Reforma urbana no Rio de Janeiro – 1902 a 1906</i>	<i>36</i>
<i>1.1.8 Urbanismo do período de industrialização brasileira – início do século XX</i>	<i>38</i>
<i>1.1.9 Urbanismo modernista</i>	<i>40</i>
<i>1.1.10 Urbanismo com foco central na segurança</i>	<i>45</i>
1.2 MEDELLIN	46
<i>1.2.1 Considerações sobre Medellin</i>	<i>54</i>
1.3 HARTFORD	57
<i>1.3.1 Dinâmica urbana</i>	<i>61</i>
<i>1.3.2 Considerações sobre Hartford</i>	<i>62</i>
1.4 CIDADES BRASILEIRAS DO SÉCULO XXI	63
1.5 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	64
2 ESTUDO DE CASO: O PARANOÁ	67
2.1 A ESCOLHA DO PARANOÁ	67
2.2 A HISTÓRIA DO PARANOÁ	67
2.3 PROJETO URBANÍSTICO DO BAIRRO EXISTENTE	83
2.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO	84
2.5 SISTEMA DE ENDEREÇAMENTO	85
2.6 RELEVO	87
2.7 DESENHO URBANO	89
2.8 SERVIÇOS PÚBLICOS	97
2.9 ANÁLISE URBANÍSTICA	105
2.10 CONSIDERAÇÕES	112
3 PROPOSIÇÕES E DIRETRIZES	114

3.1 PROPOSIÇÕES	114
3.1.1 Área educacional	114
3.1.2 Área de apoio às mães.....	114
3.1.3 Geração de emprego e renda	115
3.1.4 Áreas de lazer	116
3.1.5 Participação comunitária	117
3.1.6 Intervenções no tecido urbano	117
3.1.7 Sistema de monitoramento pela polícia via câmeras de segurança.....	125
3.1.8 Legislação urbana.....	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICE.....	143
APÊNDICE “A”	144
RELATÓRIO DE VIAGENS	144

INTRODUÇÃO

O Brasil vive um momento ímpar na sua história, consolida-se como democracia e tem economia estável com inflação sob controle, em consequência, vem alcançando elevação nos níveis sociais e redução da pobreza e erradicação da fome.

Se por um lado os avanços sociais são consideráveis, o mesmo não se pode dizer da segurança pública, os índices de criminalidade são crescentes na maior parte do país e no Distrito Federal (DF), segundo dados estatísticos do mapa da violência no Brasil e da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), além da insegurança, a sensação de insegurança é vivenciada e sentida pela população de todos os extratos sociais, deste modo, a violência se apresenta como um dos grandes desafios a ser vencido pela sociedade tanto em escala nacional quanto local.

Objetivo geral

Estabelecer a relação entre padrão urbano e segurança pública, ou seja, determinar como os diversos padrões de desenho urbano impactam na segurança das localidades onde são implantados. Ao falar em projeto urbanístico a referência recai tanto sobre aqueles oriundos de planejamento técnico, aqueles elaborados por profissionais devidamente qualificados, quanto os derivados de desenvolvimento espontâneo, caso das favelas espalhadas Brasil afora.

Justificativa

O presente trabalho de dissertação visa abordar um tema premente na sociedade brasileira, a violência urbana, destarte a violência no campo também presente, o maior desafio nacional atinente à segurança pública encontra-se nas cidades, portanto, o problema a ser estudado na dissertação de mestrado que ora se desenvolve é a violência urbana. A pertinência do tema se justifica pelos altos índices de criminalidade em nossas cidades, para ilustrar, em 2011 o Brasil teve o maior número absoluto de homicídios no mundo, 43.909¹ segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU).

¹ Segundo um estudo do *United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)*.

Ademais, o espaço público é de suma importância na temática da violência, pois é nele que se desenrolam a maioria dos crimes, a título de exemplo, no Relatório de Análise Criminal – nº. 40/2008 – Homicídio, dos períodos: 1995/2006 e Jan./Dez. 2006/2007 da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)², constatou-se que 74% dos homicídios ocorreram em locais públicos, 13% em locais semipúblicos e os 13% restantes em locais intralares, conclui-se que os locais mais inseguros são os espaços públicos.

Uma vez delimitado o problema a ser estudado, e em sendo esta uma pesquisa de urbanismo, a temática da violência urbana será abordada sob a ótica do desenho urbano e suas implicações na dinâmica criminal, em outras palavras, a investigação pretende correlacionar a forma urbana e o cometimento de delitos, e ainda meios pelo qual o urbanismo pode facilitar ou dificultar a ação dos fora da lei.

Para compreender a motivação do autor pela escolha do tema cabe um breve relato de vida profissional e acadêmica. O pesquisador ingressou na Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) em 1993, no cargo de detetive de polícia, em 1997, tomou posse na Polícia Federal (PF) como agente de polícia federal, do lado acadêmico é técnico em edificações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), formado em 1989, e arquiteto e urbanista graduado pela Universidade de Brasília (UnB) em 2008, tendo desde a elaboração do trabalho teórico final de graduação optado pela relação entre desenho urbano e violência, especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente o signatário trabalha da Divisão de Engenharia e Arquitetura da PF em Brasília, DF.

O resumo acima teve por finalidade demonstrar a busca pelo aproveitamento da experiência profissional de quase vinte anos de trabalho policial com a formação acadêmica e a pesquisa científica.

Hipótese

A cidade é o local onde a maior parte das interações humanas se desenvolve, infelizmente, nestas relações se insere a violência, portanto, a hipótese a ser estudada é se existe correlação entre urbanismo e violência, ou seja, pretende a pesquisa responder se o desenho e o planejamento urbano podem contribuir para a melhoria da segurança nas áreas urbanas.

² Relatório de Análise Criminal – nº. 40/2008 – Homicídio dos períodos: 1995/2006 e Jan./Dez. 2006/2007 da Polícia Civil do DF, p. 27. Como espaço semipúblico entende-se os bares, boates, comércios, igrejas, escolas, estádios de futebol, cinemas, *shoppings* e os logradouros públicos (prédios públicos).

Na área de desenho urbano a intenção é estudar a forma urbana, o traçado, o paisagismo, a iluminação pública, dentre outros e suas implicações no cometimento de atos delituosos.

Como o planejamento urbano por meio do zoneamento, das interações entre espaços comerciais, residenciais, institucionais e recreativos, a vocação econômica, as oportunidades de emprego, o lazer, as influências recíprocas entre bairros e ou cidades próximas impactam no nível de violência urbana.

Procedimentos metodológicos

Após este breve adendo, cabe retornar ao escopo do projeto por meio dos procedimentos metodológicos a serem empregados, são eles:

- Revisão bibliográfica: por meio de livros, revistas, periódicos, dicionários e sites na internet, com o intuito de definir conceitos e diretrizes para a pesquisa;
- Pesquisas de campo na cidade do Paranoá, DF, com objetivo de conhecer o bairro, observar a dinâmica urbana e as condições de infraestrutura, inclusive com diligências noturnas para avaliar a qualidade da iluminação pública;
- Estudo de caso: estudo minucioso do bairro do Paranoá, DF, em razão dos altos índices de criminalidade que apresenta, são estudadas forma e dinâmica urbanas, características socioeconômicas da população e a incidência criminal sobreposta ao tecido urbano.
- Diligências de campo ao Paranoá em diversos dias e horários para conhecer o bairro e suas características, e ainda realização de vários registros fotográficos para ilustrar fluxos de pessoas e veículos, condições das ruas, iluminação pública e vegetação.
- Levantamentos de dados na Companhia Energética de Brasília (CEB), através de visita ao departamento de iluminação pública, para verificar o tipo de iluminação empregada e a política de manutenção, além de detalhes sobre a rede de alta tensão que corta o bairro.
- Levantamentos de dados na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), empresa responsável dentre outras atribuições pela implantação e manutenção do paisagismo do DF, através de visita à Divisão de Implantação de Áreas Verdes (DIAVE).

- Pesquisa de dados na SSP/DF, incumbido além da própria segurança pública, pelos dados estatísticos do DF;
- Viagem prospectiva à cidade de Medellín, Colômbia, onde os contatos foram viabilizados por um aluno de mestrado da Universidade de Brasília (UnB), de nome Juan Fernando Munetón Orrego, natural de Medellín que propiciou encontros com professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da *Universidad Nacional de Colômbia*, com sede Medellín, além de arquitetos da Empresa de Desarrollo Urbano (EDU), responsável pelas obras de infraestrutura da cidade. Além dos contatos, foram obtidos dados nos sites oficiais e realizadas visitas aos sistemas de transporte e obras nas comunas, todos com os devidos relatórios fotográficos.
- Viagem prospectiva à cidade de Hartford, Estados Unidos da América (EUA), onde o apoio foi prestado pela Adidância Policial da PF brasileira em Washington, EUA, que propiciou o contato com a polícia do Estado de Connecticut. Na cidade, foram obtidos dados e plantas na *Metropolitan District Hartford Connecticut*, empresa responsável pelos serviços de infraestrutura da capital e região metropolitana. Toda viagem foi documentada com os devidos relatórios fotográficos.
- Proposições de desenho baseadas nos estudos e levantamentos feitos ao longo do trabalho, além da formação acadêmica e profissional do pesquisador. As referidas propostas focaram sobretudo desenho urbano, não apresentando portanto detalhes arquitetônicos.

Estrutura do trabalho

A estrutura do trabalho deriva diretamente dos procedimentos metodológicos definidos acima são:

- Referencial teórico: por meio de revisão bibliográfica são formatados os principais conceitos atinentes ao trabalho e que guardem relação com as nuances específicas do tema;
- Referencial histórico: busca identificar ao longo da história padrões urbanísticos em que a questão da segurança se apresentou como foco central;
- Referencial teórico-prático: por meio de viagens internacionais a Medellín, Colômbia, e Hartford, EUA. A escolha das duas cidades se deu em razão de a primeira ser contemporaneamente o grande exemplo de intervenção visando combater a violência

em áreas carentes, de aclives acentuados, nos moldes das favelas das capitais brasileiras e ainda em fase de implantação. Já a cidade norte-americana foi escolhida por se tratar de uma experiência dos anos 1970, portanto já consolidada em um bairro de nome *Asylum Hill*;

- Apresentação de proposições para o Paranoá visando à melhoria da segurança almeja-se que de posse dos referenciais teóricos, históricos e teórico práticos, possam ser identificados bons e maus exemplos bem como ajudar na elaboração de soluções novas e adaptadas à realidade do bairro;
- Considerações finais: parte em que são feitas as verificações dos estudos e suas implicações quanto ao alcance e eficácia do desenho urbano na diminuição da violência urbana, vale frisar que em trabalhos das áreas de humanas é mais complicado apurar os resultados e testar hipóteses como nas ciências exatas.

A ordem definida pretende introduzir conceitos essenciais ao entendimento da violência, conceitos jurídicos e sociológicos, bem como termos urbanísticos sem os quais a pesquisa careceria de clareza, ademais certas definições se mostraram fundamentais na maneira de pensar a segurança ao longo do tempo. Além dos conceitos, são descritas as principais teorias sobre como e porque a violência ocorre no tecido urbano.

Já a revisão histórica tem por finalidade identificar os elementos de defesa empregados nas cidades ocidentais ao longo dos séculos, cabe lembrar que se restringiu a ótica aos elementos de arquitetura e urbanismo, razão pela qual outros itens relevantes como material bélico não são abordados. Cabe ressaltar que toda retrospectiva histórica deve guardar as reservas de distanciamento em razão das diferenças culturais de cada época.

Por este motivo, as viagens de prospecção a cidades que empreenderam reformas na segunda metade do século passado, caso de Hartford, e outra que iniciou nos anos 1990 e ainda perdura, caso de Medellín, foram necessárias como forma de conhecer soluções atuais. Salienta-se que a cidade do Rio de Janeiro foi preterida devido ao curto lapso temporal desde o início do processo de ocupação, sem contar que são intervenções copiadas de Medellín, fazendo com que fosse melhor conhecer o original à réplica.

O estudo de caso visa conhecer um bairro de origem absolutamente original desde os primórdios da construção de Brasília. Do ponto de vista criminal, as ocorrências policiais mostram que o zoneamento de atividades, a locação de equipamentos públicos e forma das quadras guardam relação com a distribuição espacial e modalidades dos delitos.

De posse do diagnóstico do bairro, o próximo capítulo identifica possíveis soluções de desenho urbano sempre que possível de cunho social, visando melhoria na qualidade de vida e geração de emprego e renda.

Por fim, a conclusão faz um apanhado de todos os itens estudados e discrimina as melhores contribuições que o urbanismo tem a ofertar no auxílio para obtenção de cidades mais seguras e agradáveis para se viver.

1 REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO

O ponto inicial deveria ser a definição de alguns conceitos de natureza jurídica e sociológica em complemento a termos de domínio dos urbanistas.

A melhor forma vislumbrada foi discursar sobre um arcabouço conceitual básico atinente ao tema da criminalidade, sem deixar de lado as questões espaciais e como se desenrola a temática da violência no tecido urbano. Portanto, partir-se-á dos conceitos genéricos para depois contextualizar a questão da segurança, no desenrolar da história do urbanismo e, por conseguinte, da humanidade.

Para colocar em marcha o estudo científico proposto, alguns conceitos serão importantes para uma perfeita compreensão dos trabalhos subsequentes, são eles:

1) Conceitos jurídicos

- Crime: em termos jurídicos, é toda conduta típica, antijurídica – ou ilícita – e culpável, praticada por um ser humano, na verdade a omissão é considerada crime quando a ação é obrigatória, ex, omissão de socorro. Etimologia³: do latim *crimen*, que deriva do verbo *cernere*, cujo significado da palavra é peneirar ou analisar. *Cernere*, por sua vez tem origem indo-européia *krei*, que resultou em grego κρινειν (*krinein* = separado ou decidir) e κρισις (*krisis* = crises). Para os romanos tão importante quanto o crime em si, era separar os culpados dos inocentes. No direito: é a violação dolosa ou culposa da lei penal, ou seja, no sistema jurídico brasileiro positivista, não há crime sem prévia cominação legal, portanto, para que uma ação seja considerada criminosa, deverá constar da legislação pátria, anterior ao fato, sua tipificação penal como crime. Já os termos doloso e culposo, versam sobre a motivação para cometer o delito, vale dizer, aquele que comete o crime por vontade consciente de fazê-lo, é enquadrado como criminoso doloso; há ainda aquele que apesar de não desejar conscientemente perpetrar a infração, assume o risco de que ela aconteça, por exemplo, ao dirigir embriagado assume-se o risco de causar um acidente. Quanto à modalidade culposa, essa ocorre quando o infrator comete o ato delitivo por negligência, imprudência ou imperícia, significa que não houve intenção de obter o resultado, porém esse ocorreu por despreparo ou desatenção do autor. Ocorre que nem todo crime é acompanhado de violência física ou dela prescinde, crimes do colarinho branco, corrupção entre outros,

³ Cf. CRIME. In: **Wikipedia**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Crime>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

geralmente são cometidos por pessoas ditas civilizadas e cultas, em verdade, seus atos são violentos do ponto de vista simbólico, na medida em que subtraem recursos públicos que deveriam ser destinados aos menos favorecidos da sociedade.

No entanto, o foco do nosso estudo é a redução da violência física ou patrimonial contra as pessoas, aquela que tem a condição de causar no ato delitivo dano físico, psicológico ou material às pessoas, para tanto será adotada a definição de violência a seguir:

- Violência⁴: Qualidade do que é violento. Ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra; ato violento; exercício injusto ou discricionário. Etimologia⁵: procede do substantivo latino *violentiae*, e significa veemência e impetuosidade e remete a vis, que significa força, do mesmo modo que o termo grego correspondente (*βία, ας*) que também pode significar força vital. Conforme se depreende, a violência pode envolver uso ou ameaça de uso da força para submeter alguém à vontade de outrem, o que remete ao que o código penal brasileiro denomina como crimes contra a vida e contra o patrimônio. No primeiro grupo estão: lesão corporal, homicídio, estupro, etc. no segundo grupo são elencados furto, roubo, dano ao patrimônio, etc. Por fim, devido à especificidade, o tráfico de drogas possui legislação própria. Ao analisar detidamente, pode-se caracterizar o tráfico de entorpecentes como crime contra a vida, na medida em que destrói usuários tanto física como moralmente, além de induzi-los a práticas criminosas outras, como forma de conseguir dinheiro para consumi-las. Assessoriamente serão utilizados os termos criminalidade e criminologia.
- Criminalidade⁶: Qualidade ou estado de criminoso, grau de crime, a história dos crimes. Em outras palavras, seria o estudo dos crimes em sua forma, localização geográfica e temporal além da sistematização estatística de frequência e gravidade dos delitos.
- Criminologia⁷: Ciência que se ocupa das teorias do direito criminal. Filosofia do direito penal. Estuda o crime e os criminosos como fenômenos sociais, onde busca respostas para o porque determinadas violações penais são cometidas por pessoas isoladamente ou em grupos. É um conjunto de conhecimentos que se ocupa do crime,

⁴ Cf. Dicionário Houaiss.

⁵ Cf. Dicionário Aurélio.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

da criminalidade e suas causas, da vítima, do controle social do ato criminoso, bem como da personalidade do criminoso e da maneira de ressocializá-lo. Etimologicamente o termo deriva do latim *crimino* (crime) e do grego *logos* (tratado ou estudo), seria, portanto o “estudo do crime”.

Os conceitos acima foram necessários para investigar se o urbanismo é capaz de reduzir a criminalidade, para tal se fez necessário diferenciar criminalidade de violência, pois apesar da violência ser deveras grave, ela é apenas parte da criminalidade, sendo que a segunda, por englobar uma gama maior de componentes delituosos deverá ser o foco da segurança pública. Portanto, o enfoque da presente investigação será a violência, uma parte da criminalidade e conforme dito na introdução, sua relação com o espaço público é fundamental na medida em que a maior parte dos atos violentos é realizada em ambientes da coletividade, dados já citados⁸. Equacionado o primeiro entrave seguem os de maior importância para o estudo em curso uma vez que guardam relação direta com o tema, são os:

2) Conceitos urbanísticos:

- Urbanismo: Etimologia vem de *urbes*, Coulanges (1910), local de encontro da cidade, domicílio ou santuário, ou seja, cidade e *urbes* eram coisas distintas, a cidade era a associação de pessoas enquanto a *urbes* era o espaço físico onde estas associações se reuniam. Choay (1965) entende que a forma de estudar e projetar as cidades já existia antes da revolução industrial, ao que ela denomina pré-urbanismo, portanto, o que na parte de recapitulação histórica denominar-se-á desenho ou planejamento urbano deve ser entendido como pré-urbanismo. Em verdade, o termo urbanismo pode ser usado tanto para definir desenho urbano como planejamento urbano, inclusive nos cursos de arquitetura e urbanismo a disciplina é denominada projeto de urbanismo. Para delimitar as duas definições a seguir ambas são apresentadas.
- Desenho urbano: É uma disciplina ligada às questões do desenho da cidade e relacionada aos arquitetos e urbanistas em especial. Trata do desenho das ruas, conjuntos, áreas livres (praças, ruas, parques), dos detalhes urbanos (calçadas, meio-

⁸ Relatório de Análise Criminal – nº. 40/2008 – Homicídio dos períodos: 1995/2006 e Jan./Dez. 2006/2007 da Polícia Civil do Distrito Federal, p. 27. Como espaço semipúblico entende-se os bares, boates, comércios, igrejas, escolas, estádios de futebol, cinemas, *shoppings* e os logradouros públicos (prédios públicos).

fio, iluminação, urbanização, etc.), ou seja, o desenho urbano apresenta detalhes de urbanismo na escala micro da cidade⁹.

- Planejamento urbano: As raízes do planejamento urbano remontam ao trabalho dos primeiros urbanistas, que se insurgiram contra as consequências advindas da intensa urbanização causada pela Revolução Industrial (HALL, 2002, CHOAY, 2003). Para Choay (1965), o estudo do planejamento urbano moderno surge com Cerdá em projeto para expansão de Barcelona em 1860, ainda segundo Choay, o planejamento urbano vem da nova demanda do mundo industrial “em seu significado original, planejamento urbano é uma prática social específica, que depois da revolução industrial, procura basear-se em um discurso ou teoria científica de construção de uma ordem do espaço urbano adaptada à nova empresa econômica e tecnológica (CHOAY 2003). A expressão “planejamento urbano” vem da Inglaterra e dos Estados Unidos e marca uma mudança na forma de encarar a cidade e seus problemas (KOHLSDORF, 1985). Atualmente o planejamento urbano visa elaborar um conjunto de ações que objetivam orientar a produção, estruturação e apropriação do espaço urbano, delimita onde se localizarão funções urbanas específicas como habitações, comércio, indústria, atividades institucionais, dentre outras. Determina assim o desenho do assentamento humano, sua relação com meio ambiente e de certa forma como as relações sociais se darão no espaço físico, sendo de modo previsto, ou não, uma das explicações para a ocorrência de delitos e violência. Tem-se ainda que modernamente a política de gestão da cidade é um processo sistêmico de forma que o meio urbano está em constante construção e reconstrução, a cidade se reinventa de forma dinâmica e as pessoas estão no centro das atenções. Portanto, o planejamento urbano é uma área de estudo multidisciplinar que trata das questões urbano-regionais como zoneamento, uso do solo, etc. Define políticas urbanas como, por exemplo, uso residencial, comercial, industrial, áreas de preservação, dentre outra, ou seja, cuida do planejamento na escala macro¹⁰.
- Segurança: Etimologia¹¹: do latim *se* = por si, *cura* = cuidado e *ança* = ação de, significa garantia, confiança, firmeza. Não ocupar-se de si mesmo (*se+cura*), sem preocupações. Seguro então significa livre ou isento de cuidado ou perigo, garantido, firme. É possível deduzir então que a pessoa se sente segura quando não precisa

⁹ Gouvêa, informação verbal.

¹⁰ Idem.

¹¹ Cf. ALMEIDA, Rotilde Cacia. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 1980.

preocupar-se com o que venha a lhe ocorrer. Em sentido amplo a palavra pode ser empregada nas mais diversas áreas, por exemplo, na economia, a chamada segurança econômica, o provimento de comida na segurança alimentar, etc. Entretanto, como esta sendo abordada a questão física, a definição adequada é aquela em que a pessoa não teme que seja vítima de moléstia corporal, psicológica ou material em um determinado local, desta feita, o termo segurança a que se faz referência está intimamente ligado ao meio ambiente, na medida em que a percepção do ser humano varia dependendo de onde se encontra. Portanto, o onde é o elemento fundamental da segurança, e como tal, apresenta-se como tema que deve ser estudado por arquitetos e urbanistas, planejadores primeiros do espaço humano, podendo contribuir para melhorar ou piorar as condições de seguridade de acordo com as decisões de projeto que adotam. Ao adotar a etimologia da palavra segurança, não preocupar-se com si próprio, surge então a necessidade de outro conceito, qual seja, o controle, do francês¹² *contrôle* – ato ou poder de controlar, domínio, governo. Fiscalização exercida sobre pessoas, órgãos, departamentos, ou sobre produtos, etc. Depreende-se então que para sentir-se seguro, é necessário que o espaço seja controlado. No capítulo de referencial histórico será enfatizada a preocupação com o controle nas cidades desde o seu nascimento. Dentro da segurança, um tipo de equipamento relativamente moderno na história da humanidade é a iluminação pública, item que pode agravar ou minorar a ocorrência de delitos, além de ser fundamental na sensação de segurança que determinado local transmite. Adiante, quando da avaliação do estudo de caso, a iluminação pública será avaliada detidamente.

- Desenho urbano voltado para a redução da violência: nos anos 1960 surgiu no Canadá um método de desenho urbano voltado para a redução da violência, nominada *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), a qual propõe atitudes projetuais balizadoras de intervenções urbanas. Em primeiro lugar, a CPTED, lança mão de duas teorias explicadoras da ocorrência de crimes, a da decisão racional, Crawford (1998) e das atividades rotineiras. A primeira coloca a prática de um delito como uma decisão racional do transgressor, onde este calcula os riscos de ser pego e a chance de sair ileso após a infração cometida, baseado então em suas considerações, o delinquente opta por praticar ou não o crime, trata-se, portanto, de uma decisão baseada na economia do tipo análise custo/benefício. A crítica que existe em relação à teoria da

¹² Cf. BUENO, Francisco Ferreira. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. 1967.

decisão racional versa sobre os crimes de compulsão ou extremamente violentos e sem motivação financeira, alegam ainda os críticos do modelo que seu espectro de ação restringe-se a crimes contra o patrimônio. Todavia, em resposta aos questionamentos, Clarke (1987), defensor da teoria, elaborou uma espécie de atualização da tese denominada teoria da racionalidade limitada, no qual defende que a decisão do criminoso não segue modelos matemáticos rígidos e sim diagramas em movimento, ou seja, as análises de riscos e oportunidades são norteadoras de decisões e não as decisões em si mesmas. Já a teoria das atividades rotineiras avalia a incidência criminal com base em dados estatísticos de forma a buscar entender sua ocorrência no tempo e no espaço. Para que um crime ocorra, a teoria prescinde de três fatores:

- a) Um infrator disposto;
- b) Uma vítima suscetível;
- c) Ausência de vigilância capaz de inibir um crime.

A vigilância por sua vez pode ser exercida por pessoas em três atividades distintas:

- a) Guarda de pessoas vítimas em potencial;
- b) Guarda de criminosos para que não fujam ou cometam crimes;
- c) Guarda de lugares para que ali não ocorram delitos.

Conforme se pode depreender, a vigilância tem caráter preventivo, pretende assim evitar a consecução do ato delitivo. Ainda em relação à vigilância, diferentes atores podem protagonizá-la, tornando sua atuação pessoal, estatal ou difusa. A vigilância pessoal é aquela em que determinada pessoa tem sua integridade física e seu patrimônio resguardados por segurança privativa, obviamente tal modalidade restringe-se às autoridades públicas e aos milionários. A vigilância estatal configura-se como aquela em que o governo prove segurança a toda população, primordialmente pela atuação das polícias, quer seja no policiamento ostensivo que visa inibir a criminalidade e transmitir aos cidadãos a sensação de segurança, quer na atividade de polícia judiciária onde se busca solucionar os crimes praticados e apontar os autores para que a justiça seja feita. O terceiro tipo é a vigilância difusa, aquela em que o funcionário não é contratado para trabalhar como segurança, mas termina por contribuir na segurança do local. O último tipo é a vigilância geral, vale dizer o sistema em que as pessoas que executam a tarefa de guardar determinado local não são contratadas para tal, geralmente são os próprios moradores das redondezas ou usuários

dos equipamentos públicos disponíveis na região. Após conceitualizar os tipos de vigilância, voltar-se-á à teoria das atividades rotineiras. Para a referida tese, a conjugação dos três fatores, bem como a dosimetria em que cada um se apresenta para o ato delitivo explica o grau de incidência da criminalidade. Por fim, existe a teoria do deslocamento, onde as incidências criminais podem se alternar no tempo e no espaço quando se trata de ocorrências e de tipo e gravidade quando se debruça sobre autores e vítimas. Em outras palavras, de acordo com mudanças no cenário, os atos delitivos podem se mover no sítio e nas tipificações penais. Por exemplo, se a vigilância aumenta em determinado bairro, os meliantes passariam a agir em outra região menos guardada. A teoria do deslocamento levanta o questionamento de que se as cirurgias urbanas não forem efetivadas em todos os lugares simultaneamente, os crimes simplesmente mudarão de palco, ou pior ainda, se forem empreendidas em toda parte, a situação delitiva melhorará momentaneamente para logo em seguida retornar aos patamares anteriores. Se esta teoria estiver correta, é factível solucionar problemas locais com equipamentos de segurança implantados, quanto aos locais que serão alvo dos delinquentes em fuga, seria uma questão macro de política regional, entretanto, o que tem sido visto na cidade do Rio de Janeiro, mostra que o deslocamento não é total, ou seja, nem todos os infratores continuam suas atividades ilegais em outras localidades, e os que o fazem são membros do crime organizado, modalidade de organização não identificada no Distrito Federal pelas forças policiais. Outra teoria já citada, a dos espaços defensíveis de Newman (1971), defende o controle de acesso centralizado e a vigilância constante. É condenada por apregoar o determinismo arquitetônico e ser segregacionista, em locais onde fora implantado reduziu ainda a circulação de pedestre. Em verdade a crítica ao trabalho de Newman (1971) é superficial e provavelmente feita por alguém que não leu o livro *defensible space*, pois a publicação é uma obra detalhada ao extremo, derivada de exaustivas observações e do trabalho do arquiteto nos departamentos da prefeitura de Nova York para habitação para baixa renda e o departamento de polícia. Talvez o que tenha havido fora uma falta de engajamento da população do sítio onde as propostas foram implantadas, haja vista que um dos eixos centrais da teoria era a participação popular na vigilância das imediações. Contudo, as questões aventadas por algumas das teorias citadas de que os crimes não podem ser evitados a menos que sejam combatidos em todos os locais simultaneamente, não corroboram com as experiências de requalificação urbana balizadas pelo CPTED, principalmente em países com economias em expansão, pois

oportunidades de trabalho surgem para todos, o que exclui o crime falimentar, restando, sobretudo, o delito baseado na decisão racional. Exemplo claro da decisão racional como ponto de partida para delinquir veio da Inglaterra, país desenvolvido, onde em meados de 2011, jovens de classe média se aproveitaram de distúrbios urbanos para saquear lojas e levar todo tipo de parafernália eletrônica. Como o CPTED, utiliza as teorias da decisão racional e a das atividades rotineiras como arcabouço conceitual, o *locus* onde ocorrem as infrações são de suma importância para que os delitos se efetivem, por outro lado, intervenções de ordem urbanística também podem ser desestimuladoras para os delinquentes. Partindo do embasamento teórico susomencionado, a doutrina CPTED, *crime prevention through environmental design*, lança mão das seguintes diretrizes:

- a) Diagnóstico do local onde haverá a intervenção;
 - b) Desenvolvimento de estratégias ambientais para a mitigação do problema¹³;
 - c) Cooptação da população no auxílio ao combate da violência e manutenção dos equipamentos urbanos.
- Participação comunitária: o parágrafo acima serve perfeitamente para definir o último conceito, participação comunitária, este elemento é destacado por sua importância no processo de incremento na segurança pelas condições únicas que pode prover. Na medida em que a polícia não pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo, sem a vigilância natural, aquela exercida pelos moradores de forma simples e não invasiva da intimidade alheia, tem o poder de intimidar e inibir meliantes de promoverem atos criminosos. Outra forma de auxílio é na identificação de locais perigosos e também aptos a receber intervenções urbanas e ou equipamentos de segurança, e por fim, a denúncia com o indicação de nomes de delinquentes e foragidos da justiça

As teorias descritas até aqui servirão de base para análise nas pesquisas de campo a serem feitas a seguir, de modo a buscar entender como se comportam os delinquentes e como tais ações se dão no tecido urbano.

Cabe salientar que em todas as teorias acima, o espaço é ponto central, onde os delitos ocorrem é sempre determinante, assim como a vigilância em torno do referido ambiente urbano o qual foi definida como controle anteriormente. Deste modo, percebe-se mais uma

¹³ Foi usado o termo “mitigar”, pois, a eliminação total da criminalidade não é possível, principalmente quando se leva em conta os crimes passionais e de ódio.

vez que o *locus* e o controle exercido sobre ele influenciam sobremaneira a segurança e a sensação de segurança que um determinado sítio apresenta.

Outro ramo em que o embasamento teórico será de suma importância é o segmento das proposições, ou seja, o coroamento do trabalho ora em curso será um conjunto de medidas sugeridas para aumentar a segurança no bairro e também a sensação de segurança.

Entretanto, almeja-se elaborar conceitos e métodos próprios de ação adequados às idiossincrasias brasileiras, de sorte que um arcabouço normativo nacional comece a ser construído e que a literatura estrangeira correlata sirva como descrito até aqui, referencial teórico e não guia de implantação.

Passar-se-á a uma breve revisão histórica da forma como a questão da segurança das cidades foi tratada ao longo do tempo e das diversas culturas ocidentais.

1.1 Desenho urbano e história

Na primeira parte deste capítulo foi realizado um levantamento de conceitos relacionados à tese ora em curso para em seguida realizar uma retrospectiva da história do urbanismo. À primeira vista pode parecer estranho que o referencial histórico proceda ao teórico, todavia, tal ordem sequencial justifica-se pela intenção de delimitar os temas a serem pesquisados, para depois identificar ao longo da recapitulação cronológica os elementos de maior interesse.

Como forma de levar a cabo um estudo de caso de desenho urbano deve-se voltar no tempo para conhecer diferentes formas de urbanismo e como as alternativas projetuais impactaram no quesito segurança. Nesse mote, serão feitas comparações entre intenções e resultados obtidos, restringindo o olhar apenas para o mundo ocidental e mesmo assim sem a pretensão de abarcar todos os traçados urbanos já adotados como padrão no ocidente, descrever-se-á sucintamente apenas os mais singulares e representativos.

Desde que o homem abandonou o nomadismo, a forma de implantação das cidades surgiu e, apesar dos primeiros aglomerados serem diminutos, não podiam prescindir de alguma organização. Sem uma clara definição de zoneamento ou destinação, pode-se falar de desenho urbano em sua versão mais rudimentar.

A origem das cidades possui várias teorias, Mumford (1961) sustenta que elas surgiram no culto aos mortos, quando as pessoas se encontravam para reverenciar seus ancestrais em torno das necrópoles.

Coulanges (1910, p. 109) afirma que cidade e urbes eram coisas distintas nos primórdios das civilizações Greco-romanas, segundo ele:

Diversas famílias formavam a frátria, diversas frátrias formavam a tribo e diversas tribos formavam uma cidade, deste modo, a cidade era a associação religiosa e política das famílias e das tribos; a urbe era o local de reunião, o domicílio, e sobretudo, o santuário dessa associação.

Rômulo *apud* Coulanges (1910), ao escolher o local para a fundação de Roma observou o voo dos pássaros. Posteriormente, os romanos passaram a projetar suas cidades de acordo com os recursos naturais disponíveis na região, Macaulay (1974), determinando de antemão o número máximo de pessoas que ali poderiam residir, talvez ali ocorreram os primeiros trabalhos prospectivos de sustentabilidade de um sítio. Como forma de restringir o contingente populacional, e ao mesmo tempo defender a cidade, erigia-se uma muralha nos limites definidos em virtude dos recursos naturais existentes.

A fortaleza deu azo à criação das cidades medievais, segundo Weber (1864-1920); naqueles tempos o inimigo vinha de fora, portanto, a muralha deveria propiciar segurança aos nobres e de forma secundária também aos servos da região, desta feita a muralha defendia a população de dentro do inimigo externo, para tal lançava mão do controle de modo que somente adentravam seus limites as pessoas autorizadas, e a vigilância tipo de controle visual, sendo capaz de avistar a aproximação de ameaças inimigas a longas distâncias.

A seguir um retrospecto histórico dando ênfase apenas ao tema segurança.

1.1.1 Cidades gregas

No período antigo, destacavam-se Atenas e Esparta como as mais importantes cidades gregas, porém, a segurança era vista de forma diversa pelas comunidades, Atenas lançou mão da muralha como escudo garantidor contra ataques inimigos, por outro lado, Esparta por ser uma cidade em constante estado de alerta, cultura belicosa e sempre pronta para a guerra; era uma cidade sem muros (GOUVÊA, 2008).

Aqui se vê o emprego do termo segurança de modos díspares, Atenas, ao se cercar por meio de muros, transmitia a seus cidadãos a sensação já descrita de não preocupar-se consigo próprios, ou seja, acreditava-se que em uma cidade totalmente cercada, as pessoas estariam imunes aos inimigos. Não custa lembrar que em Atenas floresceram alguns dos maiores talentos da humanidade e donde provem grande parte da cultura ocidental ainda em voga.

A localização estratégica também ajudou, Atenas situa-se numa colina defronte o mar, o que significava vigilância em razão da altura e da possibilidade de avistar inimigos vindo do mar a longas distâncias.

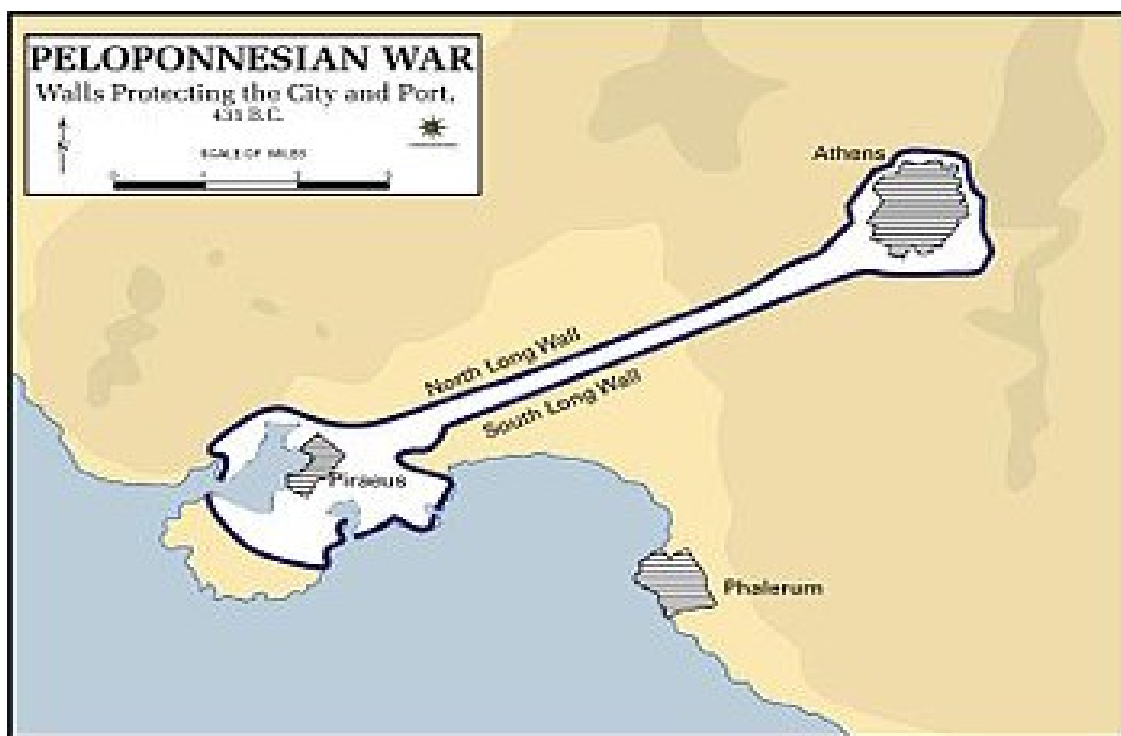


Figura 1 – Ilustração da Antiga Atenas, século V a. C.

Onde: a região em branco representa a cidade e o caminho até o porto protegidos por longas muralhas, tal esquema de muralha ligando cidade ao porto de forma segura mesmo em caso de ataques inimigos e sítios prolongados.

Fonte: Wikipédia (2012).

Por outro lado, a estratégia espartana era diametralmente oposta, cuja opção recaía para um estado de alerta constante, exigindo com isso treinamento diuturno da população, (FISHER, 2009, p. 140) afirma que “o estilo de vida comum era altamente homogêneo e um tanto militarista, baseado sobretudo, num rigoroso e uniforme sistema educacional de treinamento e competição física, militar e musical”. Fisher (2009) diz ainda que tal forma social só foi viabilizado pelo grande número de escravos das conquistas da Lacônia e Messênia. Ao estarem sempre prontos para o combate, emitiam aos seus inimigos a mensagem de que as muralhas eram dispensáveis e que aqueles que ousassem atacá-los deveriam levar em conta o esmerado preparo de todos os soldados espartanos. Coincidência ou não, o legado cultural de Esparta não faz frente ao Ateniense, o que pode indicar que a segurança sem a necessidade de prontidão constante por parte de todos os moradores é mais salutar. Contudo,

o controle sempre fora exercido pelos exércitos, em Atenas a diferença era a transferência dos cidadãos para o Estado da responsabilidade de zelar pela segurança da cidade.

1.1.2 Império Romano

Império que ao projetar suas cidades adotava uma malha reticulada circundada por uma muralha, similar ao exemplo de Atenas, porém, com um planejamento maior, haja vista que a primeira construção quando do início da cidade era o muro protetor, definindo *a priori* o tamanho da cidade e, por conseguinte, da população.

A muralha apresentava uma dupla função, protegia do inimigo externo, mas também controlava a saída do público interno, fato que dificultava a fuga de pessoas que porventura cometiam crimes no interior da cidade ou deixavam de pagar tributos ao Rei (GOUVÊA, 2011). Cabe salientar que a muralha não foi exclusividade do império romano.



Figura 2 – As muralhas de Ávila, Espanha.

Onde: além dos muros que circundavam toda a cidade, têm-se as torres redondas de observação e acesso (88 torres, no total).

Fonte: SkyscraperCity (2012).

Outro fator de desenho urbano embutido na ideia do muro é o controle populacional e a preocupação com o sítio onde a cidade seria inserida. Relatos históricos dão conta de que as dimensões da cidade e, portanto, a população máxima, eram calculados em função da disponibilidade de água e de terras agricultáveis ao seu redor, entre outros.

Além do controle populacional acima, a muralha também desempenhava a função de observação visual contra possíveis ataques hostis.

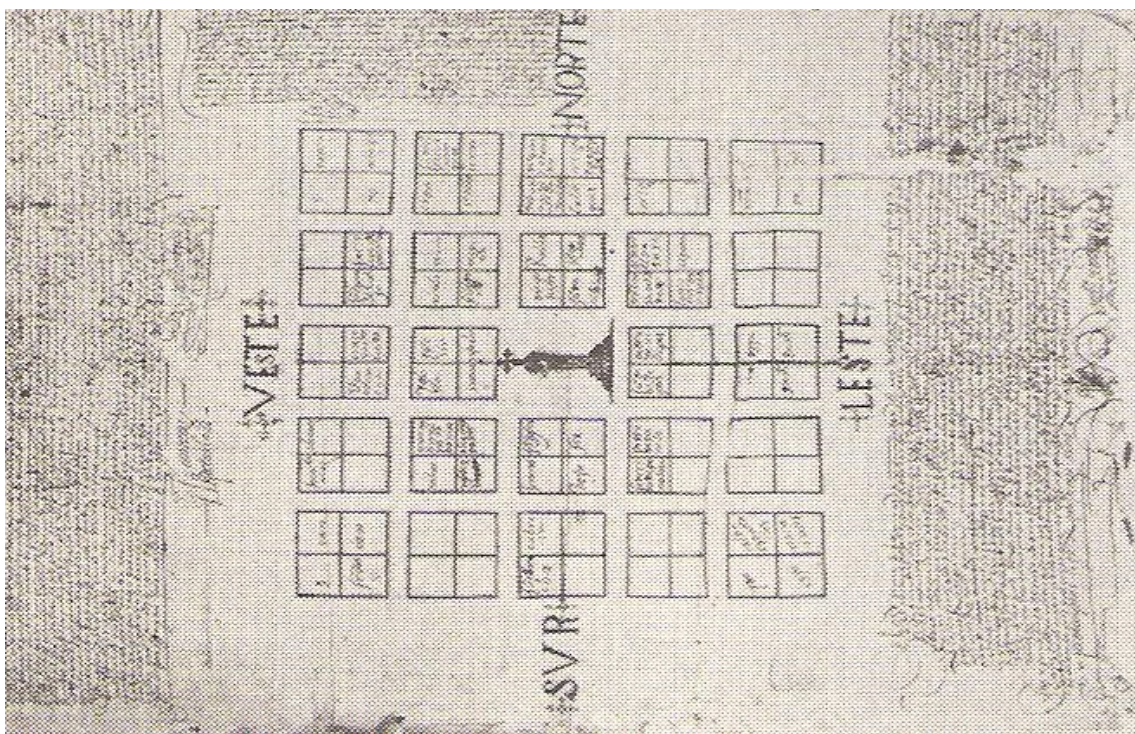


Figura 3 – Planta da cidade de Mendoza, Argentina.

Onde: observa-se o traçado geométrico rigoroso, derivado da carta das Índias.

Fonte: Reis Filho (1986).

1.1.3 Cidades medievais europeias pós Império Romano

Traçado sinuoso com muitas ruelas sem saída e estreitas. A aglomeração de pessoas era muito grande, pois as construções eram verticalizadas e com as condições de higiene precárias, a proliferação de doenças era facilitada, prova disso foram as diversas epidemias que assolaram a Europa, sendo mais conhecida a de cólera ou peste negra.

Outro ponto nevrálgico desse desenho urbano era a segurança, dificultada pela estreiteza das ruas, o que propiciava a execução de barricadas e lançamento de toda sorte de objetos pelos moradores ao mesmo tempo em que impedia o avanço da polícia.

Além do problema do deslocamento das forças policiais, o desenho irregular de ruas aliado às suas calhas diminutas, dificultava a vigilância natural e de segurança.

Quanto à ausência de muros nas novas cidades medievais, tal fato deveu-se à extinção dos poderes centrais anteriores, sobretudo ao fim do império romano. Da desagregação dos Estados e uma pulverização das populações pelo campo, deu-se o surgimento de cidades espontâneas, sem o planejamento de outrora, daí a dificuldade de controle do espaço público pelas forças de segurança.

Ora, havia então vários problemas de traçado para a segurança tais como: dificultava o deslocamento e facilitava os ataques à polícia e impedia o controle do local por meio da observação. Obviamente, uma condição destas não poderia perdurar por muito tempo, Paris¹⁴ então foi a precursora das reformas conhecidas como embelezadoras, mas que trouxeram a reboque preocupações de ordem policialesca.

1.1.4 Império Espanhol

Malha xadrez em sua predominância, com quarteirões quadrados e uma praça central, comumente chamada *Plaza de armas* nas cidades coloniais espanholas nas Américas. Com o presente traçado, a defesa da cidade se concentra no centro, por outro lado, a malha ortogonal facilita a circulação de tropas.

A grande dimensão da praça quadrada com todas as edificações voltadas para o centro propiciava a vigilância de todos por todos. Mais uma vez evidencia-se a questão da observação visual como ponto chave na temática do controle.

Os Espanhóis adotaram diferentes estratégias de defesa ao longo da ocupação do vasto território ultramarino, desde a construção de cidades de malha xadrez com a locação do castelo-fortaleza na praça maior, a cidades junto aos *pueblos* indígenas cooptados até os fortes provisórios nas fronteiras problemáticas denominados *presídios* feitos em madeira para o rápido deslocamento em caso de necessidade (SCHURMANN. 1999).

¹⁴ Cabe ressaltar que Paris é remanescente dos tempos do Império Romano; contudo, cresceu além do planejado e, com a decadência do referido Império, seus muros externos foram paulatinamente sendo destruídos.

1.1.5 Cidades das colônias portuguesas

Reis Filho (1986) conta que a implantação de cidades no Brasil colonial se deu de duas formas, através de iniciativa dos donatários, sem planejamento e pela coroa portuguesa, sendo que no segundo caso os projetos urbanísticos recebiam diretrizes emanadas do rei e eram supervisionadas por engenheiros militares enviados de Portugal.

Tal diferença de origem conduziu a diferentes morfologias, cidades como Salvador foram planejadas em Portugal para ser construída a seguir onde já se iniciava uma vila sem planejamento; outros assentamentos foram construídos pelos novos colonizadores, obviamente, destarte a falta de formação específica, os construtores das cidades não projetadas traziam consigo ao menos lembranças das cidades portuguesas, o que faz com que algo da origem tenha sido incorporado aos novos assentamentos das terras recém-descobertas.

Com relação ao traçado, Reis Filho (1968, p. 130-131) informa que:

Os núcleos urbanos menores, mais antigos, instalavam-se em sua maior parte, em sítios acidentados, no topo das colinas. Seus traçados apresentavam, então, no conjunto, características de acentuada irregularidade. As ruas adaptavam-se às condições topográficas mais favoráveis, e tendiam a se organizar como ligações entre os pontos de maior importância na vida desses núcleos, sem intenção de ordenação geométrica.

No conjunto, porém, a regularidade de traçado estava, até o início do século XVIII, quase ausente no Brasil. Ainda que muitas vezes, no começo, as ruas fossem alinhadas, havia pequena preocupação de manter as diretrizes iniciais, cuja importância ia ficando enfraquecida, com o passar do tempo, como ocorreu em Salvador. Foi só depois de 1720 e comumente nas vilas e cidades novas, que se tornou normal no Brasil a regularidade do traçado. Até então, a existência de uma política urbanizadora, com maior ou menor conteúdo teórico, somente em casos muito especiais significou regularidade nos traçados.

Pode-se inferir que a preocupação com violência conforme ela é encarada atualmente não existia, a ameaça, assim como para o império Espanhol, vinha da Europa e em menor escala dos índios, desta forma, inicialmente Portugal dotou as cidades brasileiras de muros, algumas delas com cercas de madeira à moda dos índios (REIS FILHO, 1986). Construiu em maior quantidade fortalezas no litoral e margens de rios a fim de repelir oponentes europeus, contudo, Custódio (2011, p. 179) afirma que:

As fortalezas ficavam em pontos elevados da encosta e frequentemente em uma necessária passagem de embarcações. Não raro eram as construções que formavam um complexo de defesa. Em Santa Catarina, as fortalezas de Rationes, Anhatomirim e São José da Ponta Grossa formavam um triângulo defensivo para o invasor que vinha do norte. Na Baía da Guanabara, Santa Cruz e São João se localizam no ponto mais estreito. Acrescentando-se à

estratégia de avistar o inimigo de longe um sentido espiritual, as construções religiosas também eram erguidas, com frequência, em lugares bem altos. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Santa Cruz Cabrália (BA), pode ser vista de longe, do mar ou do rio – a perspectiva do invasor.

Ainda que não tenha dotado suas cidades de muralhas ao estilo romano, aparecem em vários projetos para cidades brasileiras muros isolando-as dos arredores, referem-se até mesmo ao melhor projeto de fortificação (REIS FILHO, 2001).

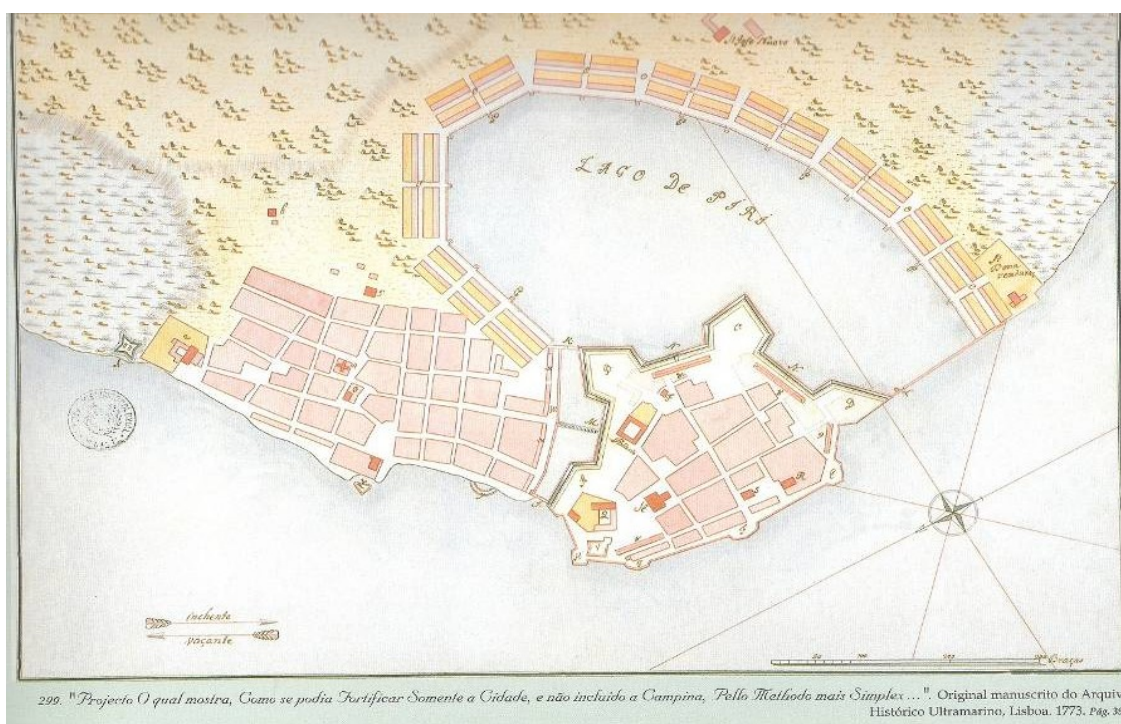


Figura 4 – Projeto para fortificar apenas a cidade do Pará.

Fonte: Reis Filho (2001).

1.1.6 Reforma urbana de Paris no século XIX

Os dois pontos negativos em relação à segurança, citados na tipologia das cidades medievais europeias serviram de argumento para as reformas urbanas em Paris capitaneadas pelo Barão Hausmann, no século XIX. As ruelas estreitas, fétidas e sem circulação de ar deram origem aos enormes *boulevares* e avenidas da capital francesa atual. Além de embelezar a cidade, as avenidas cruzam a metrópole ligando os quartéis e facilitando o deslocamento das forças de segurança. Com o ângulo de observação alargado, a vigilância foi aumentada, tornando o alcance da visão muitas vezes maior, dificultando com isso o

esconderijo de criminosos. Até mesmo a testada reta dos edifícios dispostos lado a lado funciona com obstáculo ao escamoteio.

Ademais, o hábito comum entre as classes pobres de lançar objetos nas tropas de segurança foi inviabilizado pela grande largura das novas ruas e avenidas, pois caso ocorressem, os autores seriam facilmente identificados. Até mesmo o costume francês da barricada tornou-se mais difícil pelos mesmos motivos acima.

O lado negativo das reformas foi a expulsão das pessoas pobres das áreas centrais para a periferia de Paris, evidenciando o lado elitista e excludente da cirurgia urbana. Infelizmente, o processo de expulsão das camadas mais carentes da população quando de melhorias urbanas realizadas pelo poder público é recorrente também no Brasil, lideradas pela especulação imobiliária, e de solução complicada em um sistema capitalista. No Paranoá será buscado minimizar este problema.



Figura 5 – Foto da Avenida Champs Elysee. Paris, França.

Onde: pode-se ver a grande largura da via, dificultando sobremaneira as barricadas e ainda a testada reta suficiente para impossibilitar o esconderijo de fugitivos.

Fonte: Dicas Paris em Foco (2012).



Figura 6 – Foto panorâmica de Paris, França.

Onde: observa-se o traçado regular pós reformas de Haussmann; foto dos amplos boulevares e regularidade do traçado.

Fonte: Autocarhire (2012).

1.1.7 Reforma urbana no Rio de Janeiro – 1902 a 1906

No início do século XX foi realizada uma reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro, para tanto o prefeito Pereira Passos realizou em sua administração, de 1902 a 1906, diversas intervenções no tecido urbano, entre elas a destruição de cortiços na área central da cidade, a abertura e alargamento de vias. A principal delas a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, foi construída com 33 metros de largura e 1.800 metros de comprimento. Também sob a administração de Pereira Passos ocorreram as obras de abertura das Avenidas Beira-Mar e Atlântica, alargamento da rua da Carioca, Sete de Setembro, Avenida Passos, entre outras obras (MARQUES, 2000).

Além das obras civis, o prefeito buscava uma europeização, pretendia-se inserir novos costumes na sociedade por meio de mudanças comportamentais normatizadas.

A destruição dos cortiços mencionada teve como efeito secundário o papel de servir como combustível para o incremento das favelas cariocas, que nunca mais cessaram de crescer, pois, contemporaneamente, apesar de muitas delas já terem seu alastramento horizontal contido por barreiras naturais, artificiais ou pela fiscalização municipal, não raro a

verticalização é notória, com prédios sendo erguidos de forma improvisada e sem qualquer orientação técnica especializada como suporte em seu dimensionamento e cálculo estrutural, num processo chamado pelos moradores de venda da laje, onde um terceiro compra o direito de construir sobre a casa de outrem, ou quando os filhos do morador se casam e erigem suas residências sobre a casa dos pais. Também no Paranoá verifica-se grande número de autoconstrução nos lotes para locação, o que pode ser evitado com fiscalização estatal e fornecimento de profissionais qualificados para prestar consultoria gratuita ou a baixo custo aos moradores.

Não há como negar que o Estado foi responsável direto pela favelização, pois, as primeiras aglomerações deste tipo surgiram de acampamentos de soldados provenientes da guerra de Canudos no século XIX que sem terem onde morar, fixaram-se próximo do quartel do exército no centro da cidade, conhecido por morro da Previdência. Posteriormente as favelas foram alimentadas pela destruição de cortiços sem a correta alocação dos seus moradores, denotando a falta de planejamento e ou preocupação com os estratos sociais menos favorecidos econômica e socialmente. Ao longo do século XX as favelas foram incrementadas pela falta de política para baixa renda e pelo alto custo dos terrenos regulares na cidade do Rio de Janeiro.

O último ponto elencado acima a respeito das favelas cariocas serve para todas as metrópoles brasileiras, ou seja, no processo de migração campo cidade ocorrido no país no século XX, as cidades não foram capazes de receber todos os migrantes com terrenos urbanizáveis, ademais, a baixa qualificação e o analfabetismo não propiciou aos migrantes empregos com salários capazes de comprar seus imóveis regulares. Por fim, o Estado não foi competente gerencial ou financeiramente para empreender uma política habitacional para a totalidade da nova população urbana.

Este adendo acerca do surgimento das favelas se deu em razão de serem tais locais muitas das vezes violentos e de difícil acesso pelos policiais, em verdade, o traçado sinuoso e as ruas muito estreitas, nos moldes das cidades medievais, inviabiliza a circulação de viaturas e facilita o esconderijo de criminosos, portanto, são dois temas centrais da pesquisa: a vigilância e o controle.



Figura 7 – Foto do início das demolições de cortiços para abertura da Avenida Rio Branco. Rio de Janeiro, Brasil.

Fonte: Ferrez (1921).

Finalmente, em termos de comparação entre intervenções de Haussmann e Pereira Passos, a grande diferença reside no fato de que a destruição dos cortiços em Paris foi acompanhada da realocação dos moradores, o que não ocorreu no Rio de Janeiro nas mesmas proporções, ademais o Barão Haussmann realizou obras por toda Paris, enquanto na então capital federal as cirurgias urbanas foram pontuais e insuficientes; as razões para tais diferenças teriam sido o tempo, em Paris as reformas duraram 17 anos enquanto no Rio foram apenas 04 anos e, principalmente, a questão financeira foi crucial, à época a França era uma grande potência econômica e por outro lado o Brasil era uma nação periférica economicamente, que migrava de um regime imperial para uma república.

1.1.8 Urbanismo do período de industrialização brasileira – início do século XX

Exemplos interessantes de urbanismo do início do século XX nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são as vilas operárias, com entrada única e rua sem saída, de modo que as pessoas ou carros que adentravam no conjunto tinham que retornar e sair pelo mesmo local, sendo observados por todos os moradores. Com o passar do tempo e o fechamento da maioria das fábricas nas áreas hoje centrais das metrópoles, as casas operárias tornaram-se

extremamente valorizadas, sendo então adquiridas por pessoas de classe média e média alta, atraídas pela segurança que proporcionam.

As adaptações de segurança nas vilas foram a colocação de portões eletrônicos e circuito fechado de TV, inclusive facilitado pela forma da vila, bastando duas câmeras para cobrir toda área.

Cabe salientar que a forma se assemelha ao que Oscar Newman (1971) considera ideal em termos de segurança para conjuntos habitacionais norte americanos, com estacionamento e área de lazer centrais, entre prédios dispostos em forma de U, ou seja, trata-se de uma morfologia aprovada em dois países diferentes.

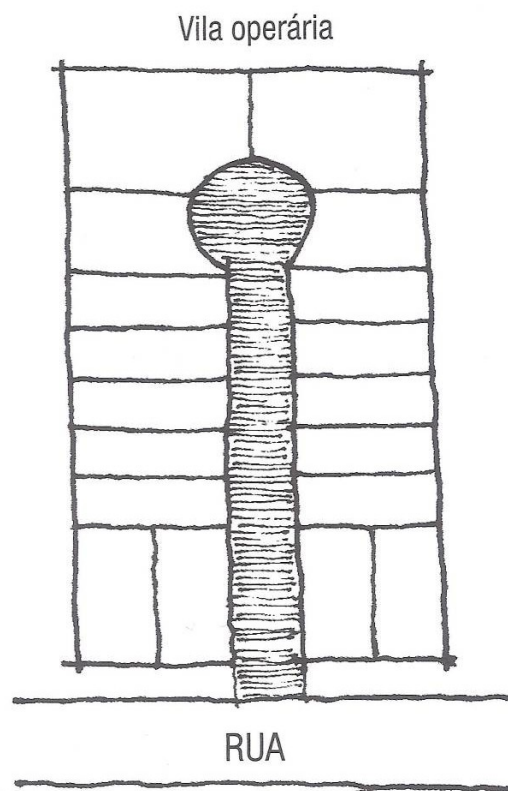


Figura 8 – Vila operária.

Fonte: Gouvêa (2008).



Figura 9 – North Beach Place – Conjunto habitacional em San Francisco, California, Estados Unidos da América.

Fonte: Defensible space, Newman (1971) autores do projeto arquitetos Gutterson e Born.

Observa-se o estacionamento com entrada centralizada e visível por todas as unidades residenciais do prédio, acontece que as áreas de lazer ficam na parte dos fundos dos apartamentos, o que é criticado por Newman(1971), vale dizer, em um mesmo empreendimento tem-se uma configuração considerada ideal em termos de segurança e outra que dificulta a vigilância natural pelos moradores.

1.1.9 Urbanismo modernista

Brasília é sem dúvida a melhor materialização dos princípios da carta de Atenas (HOULSTON, 1993). Vale acrescentar que Lúcio Costa teve a felicidade de fazer uma releitura dos referidos princípios e dar a Brasília uma dimensão única no urbanismo mundial, reconhecido a tal ponto que a cidade foi reconhecida como patrimônio da humanidade.

Da perspectiva de grande escala, o planejamento urbano, um aspecto evidente na implantação do Distrito Federal foi o apartamento do Plano Piloto das demais localidades, chamadas por muitos de cidades satélites, mas que de fato são bairros de Brasília. Alguns distam quase 50 km do Plano Piloto, o que onera sobremaneira os deslocamentos e alija seus moradores de diversas oportunidades de emprego e lazer desenvolvidos no centro urbano

principal, servia ainda à época para evitar que delinquentes daquelas localidades atuassem no Plano Piloto.

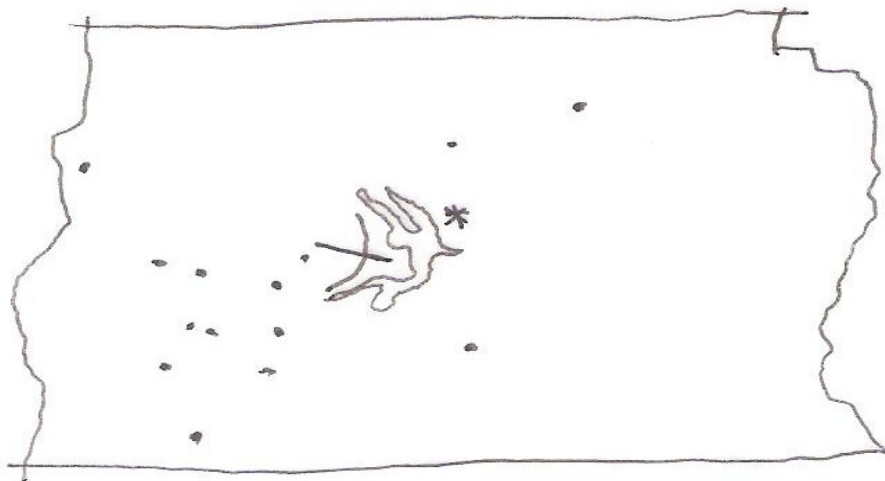


Figura 10 – Planta esquemática do Distrito Federal, Brasil.

Onde: se evidencia a distância física dos bairros não previstos originalmente.

De uma análise do ponto de vista da segurança institucional do projeto, desenho urbano, e a posterior implantação da cidade, alguns fatores são identificados com facilidade, primeiro a condição de dificultar a mobilização popular.



Figura 11 – Foto da vastidão da Esplanada dos Ministérios. Brasília, Brasil.

Fonte: Brasil Turismo (2012).

Na foto acima, é possível perceber que é quase impossível encher a Esplanada de manifestantes; uma vez reunidos, tais manifestantes não terão onde se abrigar do sol, quase sempre escaldante no Planalto Central.

Por outro lado, o deslocamento das forças de segurança bem como o fechamento das saídas da cidade são muito fáceis e rápidos de ser empreendidos, alia-se a este fator a presença do setor militar urbano adjacente ao eixo monumental, fato que permite uma mobilização rápida do aparato das forças armadas em caso de extrema necessidade.

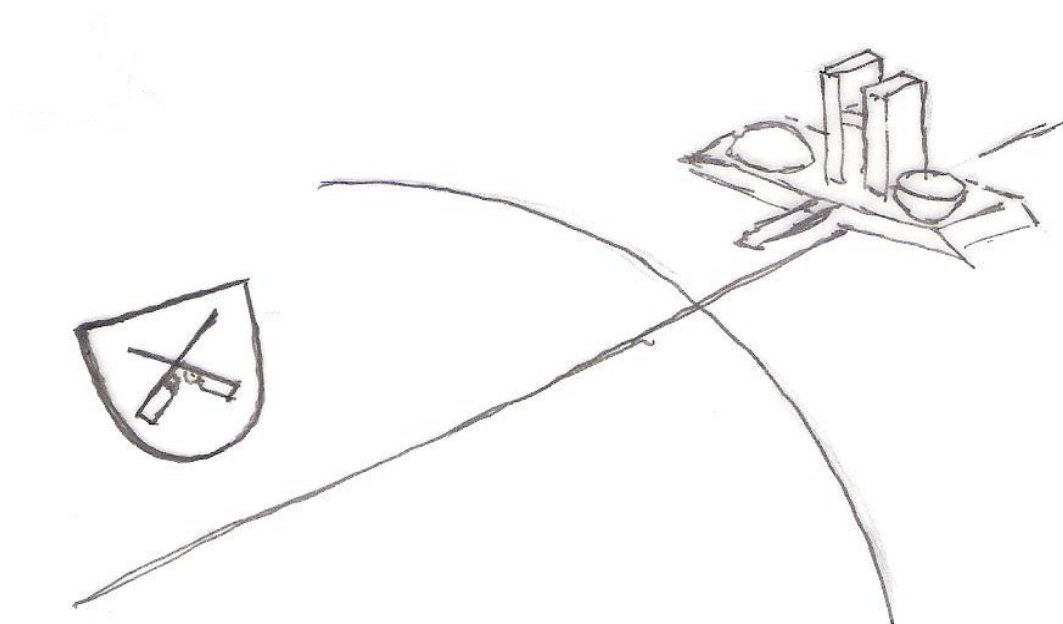


Figura 12 – Planta esquemática da Praça dos Três Poderes e do Setor Militar Urbano. Brasília, Brasil.

Carpintero (1998) inclusive compara a via L2 rebaixada no cruzamento em nível com o eixo monumental a uma trincheira de guerra, em que os soldados podem se posicionar para evitar que forças hostis cheguem à Esplanada dos Ministérios e à Praça dos Três Poderes, também a localização do Setor Militar Urbano (SMU), setor militar urbano, junto ao eixo monumental facilita o deslocamento de tropas para a esplanada dos ministérios e praça dos três poderes.

Na escala da superquadra, a permeabilidade dos pilotis privilegia o controle visual e inviabiliza o esconderijo de transgressores, diverso do traçado de uma favela com ruelas estreitas e sinuosas.

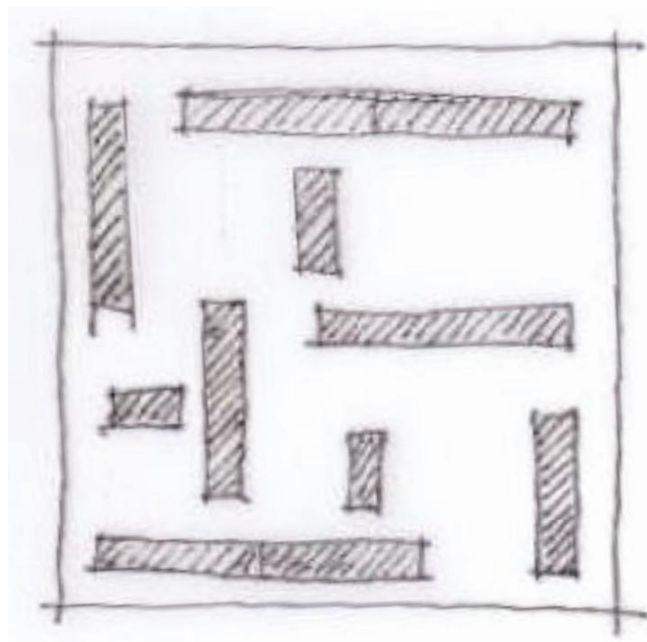


Figura 13 – Desenho esquemático de uma superquadra com prédios retangulares e baixa densidade de ocupação. Brasília, Brasil

Contudo, a baixa densidade observada na superquadra faz com que a presença de moradores seja restrita, muitas das vezes as áreas verdes entre os blocos encontram-se desertas. Na figura a seguir, tem-se um desenho que mostra o controle visual entre blocos e os pilotis vazados.

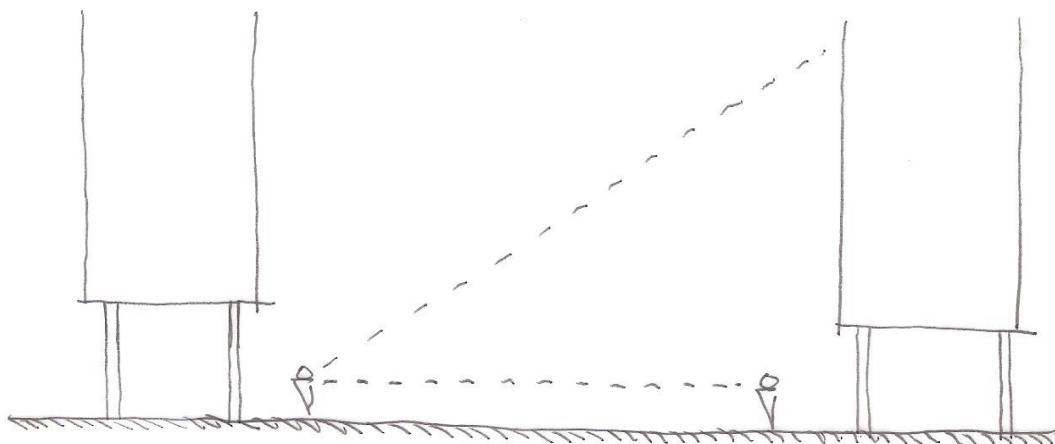


Figura 14 – Campo visual de uma superquadra. Brasília, Brasil.

Porém, Brasília foi uma experiência urbanística do final do anos 1950 e inaugurada em 1960, após esse período, naturalmente outras teorias de desenho surgiram, de modo que toda crítica deve guardar a devida precaução quanto ao período em que foi executado, sem deixar de reconhecer os méritos de uma empreitada inédita em tão curto espaço de tempo.

Por fim, o Paranoá, destarte ter sido planejada, não surgiu de uma iniciativa governamental, mas sim de uma mobilização popular peculiar conforme detalhado no capítulo do estudo de caso.

1.1.10 Urbanismo com foco central na segurança

Nos anos 1960 já surge a preocupação com a segurança nos estudos urbanos. Jane Jacobs lançou em 1962 o livro *Death and Life of Great American Cities*, onde critica o desenho urbano de cidades americanas modernistas à época e conclui com seus estudos que a vigilância dos moradores é determinante para a segurança, quer seja a vigilância das pessoas ocupando ruas e espaços públicos, quer seja na visão dos pedestres dentro dos lotes e das janelas das casas observando as ruas.

Nos anos 1970, Oscar Newman lançou o livro *Defensible Space*, onde propõe a ideia de que os delitos são cometidos por pessoas que se aproveitam das condições do sítio. Em outras palavras, certas peculiaridades do local favorecem as infrações, entre elas estão: o fato das pessoas não se conhecerem e com isso não se preocuparem uns com outros; a falta de vigilância nos prédios, ruas e locais de convivência; e por fim a facilidade de fugas dos meliantes em decorrência de traçados urbanos sinuosos, tipo labirinto, que além de facilitar a fuga dificulta a busca dos criminosos.

Sob influência desses postulados, foram construídos nos Estados Unidos vários loteamentos cujos acessos são centralizados e toda entrada e saída pretendia-se que fossem controlados pelos moradores.

Na década de 1990 na Colômbia foi iniciado um processo de retomada de áreas dominadas por narcotraficantes e ainda se desenrola na cidade.

Como forma de conhecer intervenções urbanas que tiveram como foco principal a segurança pública na segunda metade do século XX e início do século XXI, ficou decidido que seria conveniente visitar dois locais bastante distintos. Primeiro a Colômbia, país em desenvolvimento e com graves problemas criminais, em seguida empreendeu-se viagem aos Estados Unidos da América (EUA), maior economia do planeta, porém com índices de criminalidade maiores do que os demais países desenvolvidos.

Outro fator preponderante nas escolhas foram as decisões projetuais, na Colômbia, especificamente em Medellin, os bairros surgiram sem qualquer planejamento ou ação governamental, então a questão da segurança veio depois em decorrência da violência fora de controle. Já o bairro da cidade norte americana foi escolhido por ter sido palco de intervenções urbanas como foco na redução da violência baseado nos conceitos da metodologia CPTED.

Dessa feita, almejou-se conhecer intervenções urbanas focadas na segurança da população *a priori* e *a posteriori*, ambos os projetos corretivos, porém, implantados em um bairro de projeto regular e outro em áreas de desenvolvimento espontâneo, países dispares tanto em cultura quanto em termos sociais.

Ademais, foram identificados nos dois países semelhanças com o Brasil, no caso colombiano, as condições econômicas e sociais são parecidas com as brasileiras¹⁵; quanto aos norte americanos, as dimensões continentais em muito se assemelham às brasileiras, não se pode deixar de lado a questão da idade das nações, as três são pátrias noviças se comparadas ao velho continente, oriente médio e Ásia, portanto, são sociedades em construção de uma verdadeira identidade.

Por fim, as diferenças de foco atraíram a atenção aos países acima, de um lado a Colômbia vê a problemática da criminalidade como um assunto social, por sua vez, os Estados Unidos focaram as pesquisas dos delitos nas condições locais, ou seja, a preocupação era com os ambientes urbanos mais ou menos propícios para que infratores pudessem executar suas atividades fora da lei.

Os dois relatórios de viagem encontram-se na parte de anexos.

1.2 Medellin

Para analisar as intervenções urbanas ocorridas em Medellin tem-se que contar um pouco de sua história recente, mais precisamente desde os anos 1980, época em que a cidade se tornou mundialmente conhecida pelo cartel de narcotraficantes homônimo à cidade e principalmente por seu líder.

¹⁵ O IDH Colômbia era 0,710, e o IDH Brasil era de 0,718, em 2011, segundo o PNUD.

O chefe criminoso teve uma trajetória de vida curiosa, foi senador da república Colombiana eleito democraticamente, por meio do mandato político buscou revogar uma lei que permite que narcotraficantes naturais da Colômbia sejam extraditados para os Estados Unidos da América, como não logrou êxito nesta empreitada, o líder criminoso passou a pagar a qualquer pessoa que assassinasse um policial nas ruas de Medellin, Vale dizer região metropolitana de Medellin nominada vale de Aburrá, sendo que inclusive o próprio Escobar é de Envigado, cidade da região.

Tal atitude desencadeou uma verdadeira guerra contra o Estado nacional, neste momento, o cartel de drogas se une a grupos guerrilheiros. Por sua vez, o governo da Colômbia assinou um tratado de combate ao narcotráfico com o governo dos EUA.

Da situação acima se deu um enfrentamento sem precedentes no país, de um lado o crime organizado e do outro o Estado nacional bem equipado e treinado, daí resultando um enfraquecimento tanto do cartel de Medellin quanto das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e ainda uma nova estrutura militar e policial no país.

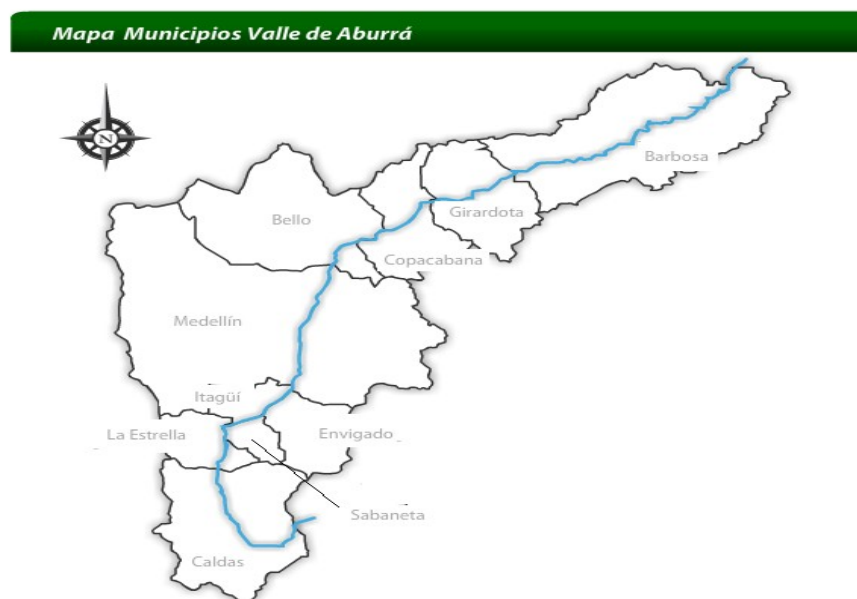


Figura 15 – Mapa do vale de Aburrá, Colômbia.

Fonte: Área Digital (2012).

A figura apresentada anteriormente apresenta o mapa do vale de Aburrá com todas as cidades da região metropolitana. Observa-se que Medellin situa-se na parte central do vale, fazendo divisa com municípios ao norte e ao sul. Ressalte-se ainda o rio Medellin que corta todo o vale e delimita a região mais baixa da região.

Este breve relato serve para entender a situação da criminalidade na cidade de Medellin decorrente da guerra entre Estado e narcotraficantes/guerrilheiros, obviamente nem todos foram presos ou mortos, porquanto foram para algum lugar, que no caso veio a ser as comunas mais pobres de Medellín.

Este contingente de meliantes explica uma nova modalidade de grupos criminosos, as bandas, semelhantes às milícias do Rio de Janeiro, especializadas em microtráfico, extorsão, tráfico de armas e uma modalidade conhecida como *pago a la mano*, espécie de agiotagem.

Por outro lado, cidadãos campesinos também foram expulsos de suas terras tanto pelos grupos criminosos quanto pelo medo dos confrontos armados, prova disso é que a Colômbia figura em segundo lugar no ranking de maiores deslocamentos humanos do mundo¹⁶. Na verdade, a luta pela posse da terra no país possui diversas outras vertentes que não serão aqui comentadas, contudo, o deslocamento forçado aliado a um crescimento populacional elevado explica o rápido incremento urbano de Medellin, com a duplicação do número de habitantes entre os anos 1980 e o ano 2010, sobretudo de pessoas dos estratos sociais menos favorecidos.

Para ilustrar a questão social, na Colômbia existem seis estratos sociais, escalonados de 1 a 6, partindo a mais baixa de 1 e a mais rica a 6, Medellin por sua vez tem 70% de sua população nos estratos 1,2 e 3 sendo 50% nos estratos 1 e 2.¹⁷

Outro fator preponderante para compreensão da situação urbana de Medellin é o relevo, pois se trata de uma condição deveras peculiar do ponto de vista topográfico e da ocupação do solo.

¹⁶ Informação dada pela CEHAP.

¹⁷ Informação verbal dada pelo arquiteto Juan Esteban Monsalve, da Universidade Nacional sede Medellin, cujo projeto de mestrado estuda os deslocamento forçados e o habitar.



Figura 16 – Vista da Zona Nororiental (Nordeste) de Medellín, Colômbia.

Onde: com um relevo bastante acidentado, é possível observar a biblioteca Espanha, abaixo, à esquerda.

Fonte: Do autor.



Figura 17 – Comunidad El Progreso. Medellín, Colômbia.

Onde: destaca-se o aclave acentuado e as moradias autoconstruídas (como dizem os arquitetos locais); é difícil observar construções rebocadas e pintadas.

Fonte: Do autor.

A cidade possui 381 Km², população estimada de 2.223.600 habitantes¹⁸, com altitude média em torno de 1.500m às margens do rio Medellín que corta o vale de sul a norte e delimita a única área plana da cidade. Todo o vale é circundado por montanhas altas e declividades acentuadas, ocorre que para se chegar ao vale é necessário transpor os morros delimitadores, razão pela qual, estradas nas montanhas sempre se fizeram necessárias. Por outro lado, suas inclinações deveriam impedir a ocupação humana, contudo não foi o que se deu, de fato, o que ocorreu foi justamente o oposto, mais da metade da população reside nos morros, grande parte em regiões distantes do centro e do polo industrial, local onde estão os empregos.

Em verdade, a maioria da população carente reside na zona norte da cidade e as empresas estão a sul. Para fazer frente a este problema, o metrô corta a cidade de norte a sul, margeando o rio Medellín em grande parte do percurso.

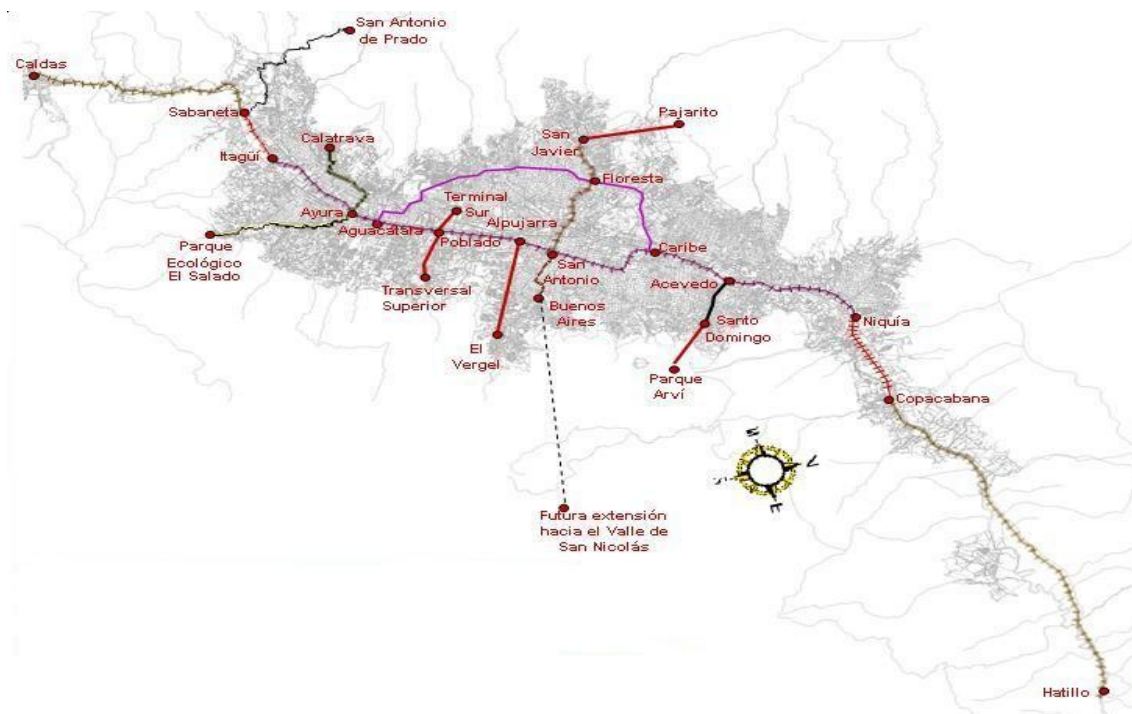


Figura 18 – Mapa da cidade de Medellín, Colômbia.

Fonte: Skyscrapercity (2012).

¹⁸ Cf. Area Digital (2012).

Na figura apresentada anteriormente, tem-se o mapa da cidade de Medellin com o sistema de teleférico existente e as futuras ampliações, o eixo central margeia o rio Medellin que corta a cidade em toda a extensão longitudinal, destarte a escala reduzida, fica evidenciado o traçado sinuoso decorrente da grande declividade das encostas em direção ao leito do rio.

O foco principal da reformas colombianas foram os equipamentos públicos de qualidade implantados no seio de comunas carentes, dentre eles os teleféricos cuja intenção foi facilitar os deslocamentos em locais de difícil acesso, contudo nem todos os residentes destas áreas utilizam o sistema, em razão do alcance limitado nas comunas, atendendo as pessoas que vivem próximas das estações, até porque existem vans que percorrem todos os recantos das comunas e custam mais barato, 1.500,00 pesos colombianos a passagem de microônibus, contra 1.750,00 pesos colombianos do sistema dos teleféricos integrados ao metrô, inclusive o pesquisador em visita ao local percorreu a comuna um de van e visitou uma escola infantil na comunidade de Bello Oriente acompanhado de alunos de mestrado da Universidad Nacional sede Medellin.



Figura 19 – Forte de carabineros de Santa Helena. Medellin, Colombia.

Onde: o primeiro a ser construído; visa manter a segurança do parque Arví.

Fonte: Andres Montoya.

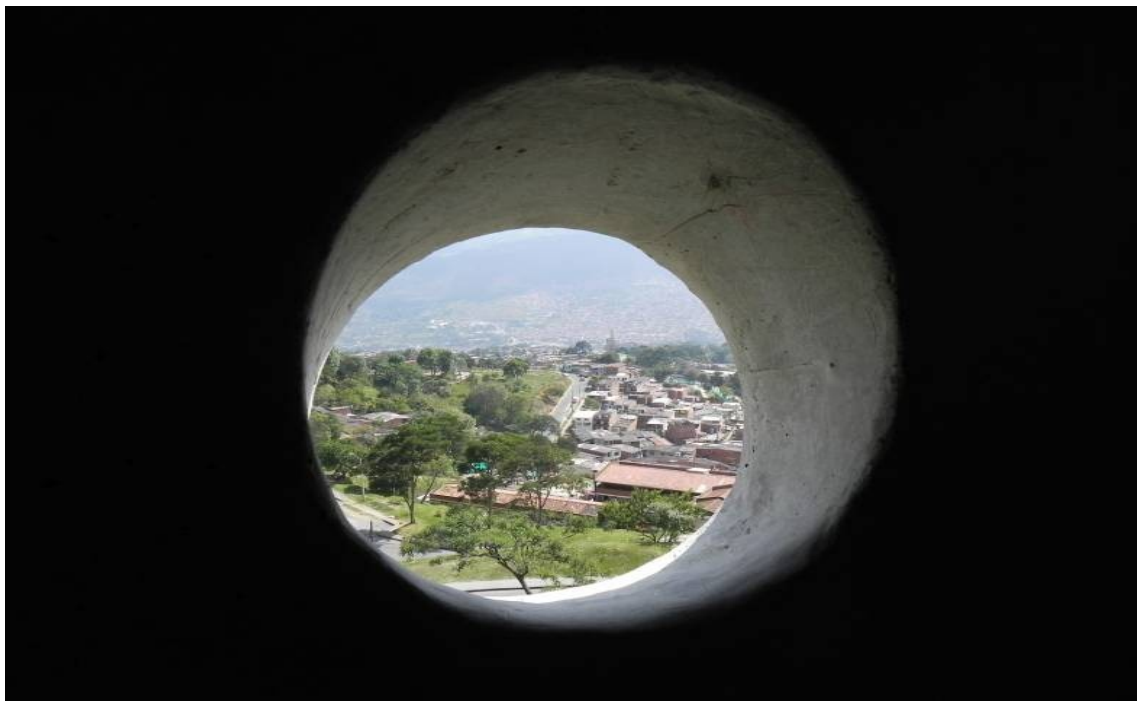


Figura 20 – Vista interna da abertura de um Centro de Atendimento Imediato (CAI) para ser usado como proteção e visada em caso de ataques ao prédio policial. Medellín, Colombia.

Fonte: Andres Montoya.



Figura 21 – CAI periférico durante o dia, as aberturas redondas na fachada servem para que policiais possam disparar suas armas em segurança em caso de ataque hostil. Medellín, Colombia.

Fonte: Do autor.



Figura 22 – Vista noturna do farol do CAI Bello Oriente, a intenção é que a unidade policial funcione como marco da presença do estado na comuna. Medellín, Colombia.

Fonte: Andres Montoya.



Figura 23 – Aumento do gabarito, da qualidade das construções e a incidência de comércio pujante ao longo do trajeto do metrocable na zona nororiental. Medellín, Colombia.

Fonte: Do autor.



Figura 24 – Complexo da biblioteca Espanha visto do interior do teleférico. Medellín, Colombia.

Fonte: Do autor.

1.2.1 Considerações sobre Medellín

As intervenções urbanas no tocante à segurança pública, são as novas unidades policiais e a construção de edificações de cunho social nas comunas além da implantação do transporte de massa. As alterações de traçado se dão apenas em vias arteriais e eixos estruturantes. A não alteração de traçados nos morros e encostas seria inviável, vez que a maior parte da cidade está erigida nestas regiões, acrescentando-se ainda que as residências de famílias pobres, feitas no sistema de autoconstrução são em maior número e por conseguinte em locais de desenvolvimento espontâneo, replicando traçados sinuosos com desenvolvimento de acordo com os acidentes naturais que apareciam e seguindo as curvas de nível, a correção de sistema viário labiríntico, o alargamento de ruas e a retirada de obstáculos à fácil locomoção são difíceis em um país em desenvolvimento.



Figura 25 – Interior da biblioteca Espanha. Medellín, Colombia.

Fonte: Do autor.

Conforme a figura apresentada anteriormente, trata-se de uma obra de excelente qualidade de modo que serve como ponto de cultura e lazer, inclusive com internet para a população em geral, atinente à segurança, a falta de opções de diversão contribui para o aumento da criminalidade, portanto, toda oferta nesta área é bem vinda, sobretudo quando demonstra valorização da população local pela qualidade da edificação.

Em termos de desocupação de áreas e consequente realocação de pessoas ocorre somente em regiões com risco de morte para os moradores. Neste quesito, no último plano de desarrollo de Medellín que se encerrou no fim de 2011, foram previstos e entregues 15.000 unidades habitacionais tipo apartamentos servidos de toda infraestrutura urbana.



Figura 26 – Edifícios residenciais próximos à linha do teleférico da zona nororiental. Medellín, Colombia.

Fonte: Do autor.

Destarte o desenho urbano não ter sido corrigido, as comunas são atendidas pelos serviços públicos de água potável, coleta de esgotos, coleta de lixo, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, transporte público, escolas¹⁹, postos policiais CAIs, entrega de gás de cozinha GPL e outras entregas para abastecer o comércio local.

A participação popular é sempre almejada e relevante na tomada de decisões, informação aprofundada por pesquisadores do Centro de Estudos sobre o Habitat (CEHAP), Universidad de Colômbia, sede Medellín, e da EDU.

- As obras públicas são de excelente qualidade, foram percorridas todas as estações de metrô e metrocable, foi visitada a biblioteca parque Espanha²⁰.
- A sensação de segurança na cidade é boa, não se avistam pessoas a sós ou grupos que amedrontem, apenas é significativo o número de mendigos dormindo pelas ruas. Em questionamentos a pessoas do povo, a resposta é a cidade está mais tranquila e a violência concentra-se nas comunas por parte das *bandas*. Neste diapasão fica

¹⁹ Tivemos a oportunidade visitar uma escola de Bello Oriente onde alunos de mestrado da Universidad Nacional, sede Medellín, desenvolvem projetos de pesquisa.

²⁰ Obra grandiosa composta de sete pavimentos próxima à estação de Santo Domingo do metrocable premiada na VI Bienal Ibero-americana de Arquitetura em Lisboa.

evidenciada, a quantidade de policiais²¹ nas ruas e nos prédios públicos é grande, como já citado, em todas as estações de metrô e teleférico encontram-se diversos policiais, a circulação de viaturas, carros e motos, também é constante; ademais, a segurança privada se faz presente em praticamente todos os prédios privados, sejam eles de comércio ou serviços, o que se assemelha a um Estado policialesco.



Figura 27 – Presença de policiais em uma estação do metrô. Medellín, Colômbia.

Fonte: Do autor.

1.3 Hartford

Na cidade de Hartford, capital do Estado de Connecticut, nordeste dos Estados Unidos, em um bairro regularmente projetado, na década de 1970 o parcelamento foi remodelado baseado em estudos financiados pelo governo americano com vistas à redução dos crimes.

Nos anos 1970 e 1980 várias pesquisas foram apoiadas pelo Ministério da Justiça dos EUA, entre eles destaca-se o trabalho do arquiteto Oscar Newman, cuja investigação centrada na cidade de Nova York buscou identificar vulnerabilidades no tecido urbano no quesito

²¹ Cabe ressaltar se tratava de uma semana pré-eleições gerais no país, o que pode se configurar numa situação excepcional.

segurança e propor medidas corretivas. Posteriormente o trabalho em tela foi publicado sob forma de livro nominado “*Defensible space*” balizador de vários projetos no país, dentre eles o de Asylum Hill, bairro da cidade de Hartford.

No contexto urbano, Asylum Hill está contido no distrito noroeste da cidade, junto com o bairro de West End na zona 2 do distrito, que contém ainda o bairro de Blue Hills na zona 1.

A parte do bairro alvo das intervenções, porção norte, é delimitado pelas vias: Asylum Avenue, Woodland Street, Sargent Street e Garden Street formando grosso modo um trapézio. Em termos de sistema viário, a Asylum Avenue é uma via arterial, que se origina no centro da cidade sob nome de Asylum Street e na entrada do bairro de Asylum Hill se bifurca em Asylum Avenue e Farmington Avenue; as vias Garden Street e Woodland Street também são vias artérias, porém não partem do centro da cidade, no caso a Garden Street inicia-se na Asylum Street próximo da bifurcação, e a Woodland Street começa na Farmington Street; a única via local delimitadora do bairro é a Sargent Street que vai da Garden Street até a Woodland Street.



Figura 28 – Mapa de Asylum Hill, Hartford, EUA.

Fonte: MDC.

Do ponto de vista da alteração viária, as grandes mudanças no sentido de diminuir o tráfego de veículos no interior do bairro foram os fechamentos das ruas Collins Street e Ashley Street pela ampliação do Hospital St. Francis e a Sargeant Street pela colocação de obstáculos físicos como demonstrado por fotografias abaixo. Todas as alterações foram no sentido longitudinal do bairro, ou seja, leste oeste.



Figura 29 – Sargeant Street. Hartford, EUA.

Fonte: Do autor.

Na figura apresentada anteriormente, tem-se a Sargeant Street, rua fechada para trânsito de veículo, quando da intervenção, no início dos anos 1970 acreditava-se que o maior problema do bairro era a grande circulação de veículos em que a região servia com corredor de passagem entre a zona comercial e empresarial da cidade e os bairros residências periféricos.



Figura 30 – Sargeant Street. Hartford, EUA.

Fonte: Do autor.

Na figura apresentada anteriormente, tem-se novamente a Sargeant Street, com sua outra extremidade fechada para o trânsito de veículos.



Figura 31 – Sigourney Park. Hartford, EUA.

Fonte: Do autor.

Na figura apresentada anteriormente tem-se o parque no interior do bairro ao lado, levando-se em conta que já era outono, novembro de 2011, a utilização da área de lazer é reduzida, talvez aí o grande componente para o insucesso do projeto, vez que a participação popular e a vigilância natural eram fundamentais na empreitada.



Figura 32 – Hospital St. Francis com o bairro de Asylum Hill ao fundo. Hartford, EUA.

Fonte: EDU.

1.3.1 Dinâmica urbana

A cidade de Hartford parece reproduzir a teoria de Burgess, da Escola de Chicago que explica as cidades a partir de anéis concêntricos a partir do centro comercial da cidade. Segundo a teoria, as atividades comerciais, industriais e os estratos sociais habitam em zonas circulares circunscritas e consecutivas. De acordo com Burgess, as camadas mais pobres residem nas áreas centrais degradadas enquanto as mais abastadas mudam-se para os subúrbios. Apesar de não ser um modelo universal, o estudo feito inicialmente para Chicago se replica na capital de Connecticut, neste caso, Asylum Hill se mostra violento e decadente apesar de sua localização centralizada.

A explicação para o fenômeno é típico da sociedade norte americana, focada no automóvel, no transporte individual e numa malha viária enorme e muito permeável, a junção destes elementos propicia que os estratos mais ricos da população migrem para as periferias em condomínios fechados com lotes grandes, e todos os dias se deslocam para as cidades a fim de trabalhar.

A consequência natural é a deterioração das áreas centrais, seja pela concentração nestes locais das pessoas mais pobres e em risco social, seja também pela falta de referencial de cidadãos com melhor formação escolar e bem sucedidos que ao ascenderem socialmente mudam-se dos seus locais de origem, fazendo com que permaneçam nas centralidades e bairros antigos apenas os que não participaram da mobilidade social para cima.

Mais uma vez se depara com a questão do determinismo arquitetônico, onde medidas de desenho urbano se mostram frustrantes no longo prazo, mostrando que as condicionantes sociais e econômicas são mais difíceis de equacionar e predominantes no esquema da vida urbana.

Por exemplo, na expectativa de restringir o fluxo de pessoas não moradoras em Asylum Hill, o que de fato se deu foi uma redução de pedestres em geral pelo bairro. Outra ferramenta utilizada, o fechamento de algumas ruas para diminuir a circulação de carros, criou ruas sem vida, sem movimento, campo fértil para a ação de meliantes.

1.3.2 Considerações sobre Hartford

As alterações de fluxos das vias na porção norte de Asylum Hill surtiram o efeito desejado no que se referiu a reduzir a circulação de pessoas. Por outro lado, a ocorrência dos crimes que se pretendia reduzir voltou a recrudescer, após redução logo após os primeiros anos.

Segundo dados do estudo já citado²², entre 1975 1976 foram 193 furtos e roubos cometidos nas ruas, logo depois das intervenções, nos período de julho de 1976 a junho de 1977 houve diminuição para 111, redução de 42,49%. Porém, de posse dos dados mais recentes, foi verificado que a tendência de queda não se manteve, em 2010 foram 460 ocorrências incluindo furtos e roubos a pessoas e de veículos, número 2,38 vezes maior que antes das cirurgias urbanas, e 4,14 vezes um ano após estas.

²² Design for Safe Neighborhoods: The Environmental Security Planning and Design Process.

A intenção de fazer com que algumas ruas fossem apenas para acesso local, caso de Willard, Huntington, May streets no sentido transversal e a Ashley streets no sentido longitudinal, mostrou-se inviável e improdutivo, de fato, atualmente apenas a Sargeant street continua fechada em duas de suas extremidades, nos cruzamentos com a Woodland street e com a Sigourney street.

A ideia de gradação entre espaços públicos e privados, passando por ambientes semi-públicos e semi-privados, de forma que as pessoas facilmente percebessem que estavam mudando de nível de acesso, até chegar às locais de passagem proibida também não funcionou. Para que tal sistema surtisse efeito, as ruas teriam que ser verdadeiras comunidades, onde todos se conhecessem e primassem pelo local e uns pelos outros. Apesar de não ser profundo conhecedor da sociedade norte americana, sobretudo de Hartford, este não parece ser o perfil dos moradores, em verdade, nas sociedades modernas, o que impera é o individualismo.

Não se pode deixar de reconhecer que o projeto inicial previa o engajamento dos habitantes, conforme elencado nos três eixos principais do projeto, entretanto, de fato não se consolidou o que foi planejado.

1.4 Cidades brasileiras do século XXI

Certamente figuram nas cidades brasileiras componentes de todas as tipologias elencadas; condomínios fechados modernos reeditam as muralhas, na pretensão de isolamento do mundo exterior cruel e violento. A parte planejada das cidades segue a planta ortogonal em sua grande maioria. As reformas urbanas no Rio de Janeiro foram cópias das obras de Hausmann, as favelas reproduzem o traçado tortuoso das cidades medievais, e por fim, o Rio de Janeiro importa as soluções de Medellín.

Identificar os modelos presentes nas cidades que serviram como orientadoras. Conhecer as similaridades de cada uma com o estudo de caso o desafio dos trabalhos de campo no Paranoá, sobretudo para que não sejam replicados erros do passado, talvez essa seja a maior contribuição de um bom estudo histórico.

Do estudo do urbanismo sob a ótica da segurança, foi enfatizado ao longo da história a importância do controle visual, ver a rua e controlar o que nela se desenrola, o que as pessoas nela fazem, sempre esteve na mente de urbanistas.

Destarte toda evolução da humanidade, o simples ato de vigiar o que ocorre no meio ambiente continua essencial, a mudança se deu no instrumental disponível e no modo como se observa. Nos dias atuais os “olhos da rua” como diria Jacobs, são eletrônicos, operados a distância, e além de acompanhar o que ocorre em tempo real ainda gravam tudo para ser visto depois em caso de necessidade.

Existem também os ouvidos inteligentes, capazes de identificar disparos de armas de fogo, inclusive com determinação da localização georreferenciada.

Todos os recursos elencados já estão disponíveis em algumas cidades brasileiras, principalmente o sistema de monitoramento por câmeras, a cidade do Rio de Janeiro conta ainda com o sistema de detecção de disparos de armas de fogo.

Contudo, apesar da maior facilidade de controle visual proporcionado pelas câmeras, a qualidade do espaço público ainda é imprescindível, pois de nada adianta as melhores câmeras do mundo se as árvores tiverem copas obstruindo a visão, se o traçado for confuso ou se a iluminação for deficiente, também não se pode prescindir da vegetação, Sobretudo no clima tropical de planalto onde o sombreamento ameniza os efeitos da baixa umidade e incidência solar, portanto, os recursos tecnológicos para incremento da segurança devem guardar respeito ao meio ambiente e adaptar-se às condicionantes naturais.

1.5 Considerações do capítulo

A pesquisa bibliográfica de um arcabouço conceitual mostrou-se basilar para delimitar os objetivos a serem buscados tanto no referencial histórico quanto nas viagens realizadas, em verdade, as definições apontaram para estratégias diversas empreendidas ao longo da história das cidades com um denominador comum, qual seja, o controle do ambiente urbano e adjacências.

Entre as definições mais importantes, a segurança em seu sentido etimológico mostrou-se fundamental, pois se encontra intimamente relacionado com o controle. Ora, se para sentir-se seguro o ser humano não deve preocupar-se com sua integridade física, e por outro lado o controle significa domínio, fiscalização, conclui-se que o cidadão transfere para o Estado o dever de guardá-lo, com isso o governo reserva-se o direito de monopólio do uso da força. Se de todo direito deriva uma obrigação, ao Estado cabe prover seus habitantes de ambientes seguros e aos moradores o poder de exigir tranquilidade.

Cabe ainda dividir o controle em duas vertentes, quais sejam, o controle das pessoas regido pela legislação civil e criminal, e o controle do espaço público, ordenado pela legislação urbana e definido por urbanistas. Ambos são fiscalizados pelos agentes estatais. Depreende-se então que apenas uma das partes do controle tem a ver com a atividade atinente aos planejadores urbanos, vale dizer, a tarefa de criar ambientes urbanos onde a vigilância possa ser facilmente exercida pela polícia, no caso a força estatal responsável pela segurança de cidadãos e locais onde haja aglomeração de pessoas e também pelos moradores, chamados a ser co-participes no processo de monitoramento do que ocorre na cidade.

Deste modo, o desenho urbano faz parte de uma estratégia de segurança, provendo as cidades de meio ambientes propícios à circulação de pessoas, ao convívio e permanência e por fim, de fácil controle e atuação quando necessário. Portanto, o projeto urbanístico tem alcance limitado e que deve ser bem definido e entendido ao longo da pesquisa.

Em nações democráticas, a tarefa do Estado deve zelar pela exigência de respeito aos direitos humanos e pela pressão popular inexistente em regimes ditatoriais. Portanto, as soluções de espacialidade devem ser mais criativas, a vigilância deve ser discreta e respeitar o direito à intimidade pessoal.

Desta feita, as observações do passado devem guardar a devida imparcialidade de julgamento, com o cuidado de respeitar o direito individual sem, todavia, prejudicar o direito coletivo a uma vida tranquila.

Finalmente, o que deve ser observado na avaliação de resultados é se as intervenções foram capazes de criar ambientes mais seguros, mesmo que a cidade não tenha se tornado mais segura, na medida em que outros componentes da engrenagem tenham falhado na sua parte do processo. Pode parecer contraditório, mas em verdade o que se pretende evidenciar são os limites do planejamento e do desenho urbanos no processo de incremento da segurança, que deve ser aplicado ao máximo, todavia deve ser acompanhado por outras ferramentas, dentre elas a participação da comunidade, auxiliar na tarefa de controle do espaço público, antes exclusiva do Estado.

Neste capítulo foi realizada ainda uma retrospectiva histórica desde os tempos das cidades gregas, passando pelo Império Romano, até chegarmos aos dias atuais. Foram feitas ainda duas viagens prospectivas no intuito de conhecer cidades que alteraram seus traçados com objetivos norteados pela temática da violência. Desistiu-se ainda de visitar o complexo do Alemão no Rio de Janeiro por concluir que não é possível, com o curto tempo transcorrido desde o início do processo até agora, tirar conclusões sobre os resultados obtidos. Em verdade, até Medellin com duas de cada de intervenções continua o processo de pacificação.

De fato, apenas as tipologias mais antigas podem ser avaliadas como situações consolidadas, nestas circunstâncias, é possível situar o caso de Asylum Hill, que já conta com quase 40 anos de implantação. Todavia, o bairro da cidade norte americana não foi bem sucedido com o passar do tempo, apesar de os relatos iniciais terem dado conta de melhoras significativas no curto prazo. Muitas conclusões podem ser tiradas, porém, a mais provável é a da descontinuidade do processo, onde a participação da comunidade na vigilância natural é o ponto chave da proposta de espaços defensáveis para cidades estadunidenses.

Voltando às tipologias analisadas, identificou-se que o ponto central da segurança repousa no controle tanto de acessos quanto visual de espaços públicos e de pessoas. Ou seja, o que importava para os planejadores era manter sob vigilância o palco das ações e seus atores.

Viu-se ainda que nos locais onde não foram previstos os meios de controle, por exemplo as cidades medievais originadas sem planejamento, em algum lugar no tempo sofreram cirurgias reparadoras, Paris apresenta-se como caso clássico.

Portanto, o controle do espaço urbano pela polícia sempre esteve no horizonte dos gestores urbanos, o que denota o papel crucial do urbanismo na segurança pública, na medida em que responde pela forma urbana, pelos mecanismos de acessos ou restrições de passagem ao longo tempo nas cidades, pelas áreas de lazer, dentre outros.

Destarte, não se pode esquecer da separação entre prover espaços seguros e facilmente controláveis, função do urbanista, e o exercício do controle de pessoas no espaço, tarefa de agentes estatais outros que não os urbanistas. Deve-se dividir então o processo de pacificação de cidades entre projeto (atividade do urbanista) e execução (atividade das policiais) e manutenção do desenho projetado (atividade de fiscalização urbana por meio dos órgãos de gestão do espaço público) e por fim, mas não menos importante, a participação comunitária como elemento da vigilância natural e parceiro das autoridades no combate ao crime.

Por fim, a contínua monitoração e correção de rumos é imprescindível para que os efeitos positivos do desenho urbano seguro se perpetuem.

2 ESTUDO DE CASO: O PARANOÁ

2.1 A escolha do Paranoá

O bairro Paranoá, como objeto de pesquisa, foi na verdade uma mudança no estudo de caso, inicialmente, quando da elaboração do projeto de mestrado, a opção foi pela cidade Estrutural, também no Distrito Federal (DF), para ser estudada. Ocorre que baseada em explicações do meu orientador, segundo o qual, a cidade Estrutural encontrava-se em vias de implantação do novo traçado urbano, razão pela qual não haveria tempo suficiente transcorrido entre a implantação do sistema urbano e uma correta avaliação do ponto de vista da segurança.

Desta forma, efetuou-se a mudança para o Paranoá, bairro de implantação consolidada criada em 1989, porém, não tão antiga quanto Ceilândia inaugurada em 1971 ou Sobradinho de 1960. Ademais, o Paranoá apresenta índices de criminalidade elevados tanto em comparação com o Plano Piloto quanto em nível nacional que serão mais bem detalhados adiante. Portanto, o Paranoá se apresentou como tema interessante, instigante e desafiador, tanto no que diz respeito a conhecer suas características quanto a propor alternativas incrementadoras da segurança e da sensação de segurança.

2.2 A história do Paranoá

Pretende-se a seguir contar como se deu o nascimento e desenvolvimento do Paranoá enquanto centro urbano, fruto de luta e perseverança dos primeiros moradores e dos seus filhos que souberam empreender uma luta desigual frente o poder constituído, e assim lograram-se vencedores.

Antes de iniciar a investigação sobre a origem e crescimento do Paranoá, deve-se buscar qual a definição correta dessa localidade; do ponto de vista legal, trata-se de uma cidade, um bairro, uma cidade satélite ou de uma região administrativa? Para achar a resposta, iniciar-se-á pelas definições:

Cidade²³: é toda sede de município, qualquer que seja a sua importância, ou seja, a cidade conta com autonomia administrativa e orçamentária, possui ainda poderes executivo e legislativo próprios; complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma

²³ Dicionário Michaelis

importância concentração populacional não agrícola, *urbe*²⁴; aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e ou atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo, *urbe*.²⁵

Bairro²⁶: cada uma das partes principais em que se divide uma cidade. Não possui autonomia administrativa e orçamentária, nem tampouco poderes executivo e legislativo próprios; cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos²⁷; porção de território povoado nas cercanias de uma cidade, povoado, arraial, distrito. Área urbana geralmente ocupada por pessoas de uma mesma classe social²⁸.

Cidade satélite: Município que tem seu funcionamento dependente de outra cidade maior ou mais importante economicamente. Remete assim ao sentido literal da palavra satélite, astro que gira em torno de um planeta, dessa feita, cidade satélite seria aquela que tem sua vida cotidiana vinculada e dependente de um segundo município, funcionando basicamente como cidade dormitório a primeira, e a segunda como centro do comércio mais sofisticado e com imóveis mais caros. Não resta dúvida que os aglomerados urbanos do Distrito Federal são subordinados à economia de Brasília, contudo não são cidades.

Região administrativa: parte de um país, estado ou município que possui uma administração com poderes limitados e subordinado ao governo principal, no Brasil temos nas grandes metrópoles as subprefeituras e no DF as regiões administrativas.

No caso do Distrito Federal, a Constituição Federal (CF) em seu art. 32 preceitua que este é indivisível:

Art. 32 – O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Desse modo, o único município do DF é Brasília e conseqüentemente, o termo cidade satélite é empregado de maneira indevida, devendo os diversos centros urbanos ser denominados bairros, nesse caso bairro Paranoá. Todavia, nem mesmo o governo local se refere a essas localidades como bairro, em alguns casos, ainda, as denomina cidades satélites,

²⁴ Cf. Dicionário Aurélio.

²⁵ Cf. Dicionário Houaiss.

²⁶ Cf. Dicionário Michaelis.

²⁷ Cf. Dicionário Aurélio.

²⁸ Cf. Dicionário Houaiss.

apesar de expressa proibição legal através do Decreto Distrital nº. 19.040, de 18 de fevereiro de 1998:

Art. 1º – As cidades situadas no território do Distrito Federal, deverão ser designadas pelos seus respectivos nomes em documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal, vedada a utilização da expressão “satélite”.

O referido artigo do decreto incorre em erro ao tentar corrigir um anterior, qual seja, classificam como cidades os centros urbanos situados no território do DF, designação vedada pela CF conforme já citado. Diz ainda que as cidades devem ser identificadas com regiões administrativas acompanhadas pelos nomes conhecidos, no caso em estudo, Região Administrativa (RA) do Paranoá. Contudo, uma região administrativa engloba uma área territorial bastante superior ao centro urbano, inclusive com assentamentos rurais com nomes próprios, então o melhor seria denominar bairros os núcleos urbanos e RA toda a área geográfica vinculada à região administrativa.

Dirimida a primeira dúvida, partiu-se para investigar a história do bairro Paranoá desde o seu surgimento até os dias atuais, lançando mão, dentre outras fontes, do trabalho brilhantemente registrado da história oral, transmitida por moradores das comunidades em diversas épocas, e sistematiza por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) através do Laboratório de História Oral e Memória (LABHOM) do Instituto de História (IH).

Portanto, este foi o ponto de partida para tentar contar a história do DF e do Paranoá em ordem cronológica:

- 1891 a 1894 – Missão Cruls: seguindo determinação exarada da primeira Constituição Republicana do ano de 1889, foi formada uma comissão com 22 membros, chefiada pelo diretor do observatório nacional Luiz Cruls, encarregada de delimitar um quadrilátero de 14.400 Km² no Planalto Central para construção da futura capital. Como resultado da comissão foi elaborado um relatório conhecido como Missão Cruls, onde em um quadrilátero de 160 x 90km foram analisados solo, vegetação, fauna, recursos hídricos, clima e etc. Aponta finalmente que a região onde hoje se situa Brasília como ideal para a empreitada, tendo o botânico Glaziou, membro da comissão, sugerido a construção de uma barragem para constituição de um lago como forma de amenizar os efeitos da baixa umidade do ar, surgiu aí a primeira citação à obra de arte²⁹ do Paranoá;

²⁹ Construções de maior complexidade em obras civis, tais como pontes, viadutos, etc., no caso específico uma barragem ou represa.

- 1955 – Relatório Belcher: levantamento aerofotogramétrico de extensa área nos estados de Goiás e Minas Gerais, 52.000Km², delimitou cinco sítios na região do Planalto Central propícios à instalação da nova capital, nomeia os referidos sítios por cores (castanho, azul, verde, vermelho e amarelo), e indica o sítio de cor castanho como o mais propício para a implantação da cidade, onde hoje se localiza Brasília;
- 1957 – Início das obras da barragem;
- 1964 – Lei de criação da RA do Paranoá, nº 4544, de 10 de dezembro de 1964;
- 1989 – publicação do Decreto-Lei nº. 49/89: foi criada a Cidade Satélite do Paranoá e o Decreto nº. 11.921/89, de 25 de novembro de 1989, criou os limites da RA do Paranoá.

Conforme citado, pode-se deduzir que o bairro Paranoá é consequência indireta do trabalho de prospecção de campo da missão chefiada por Cruls, vez que ao apontar para a necessidade do represamento do rio Paranoá por meio de uma barragem, sugestão essa que foi ratificada e implementada como uma das primeiras ações estruturantes da nova capital. Por conseguinte, os primeiros trabalhadores da represa e suas famílias deram origem ao que viria a ser o Paranoá, portanto, é plenamente possível estabelecer essa relação de causa e efeito apesar de separada por tão extenso lapso temporal, pois sem a construção do lago não haveriam os acampamentos próximos à barragem.

Tendo o surgimento do bairro derivado dos alojamentos de operários das construtoras que erigiram a barragem do Paranoá para contenção do rio homônimo que culminou no lago hoje existente. As obras da barragem foram iniciadas em dezembro de 1957 e concluídas em duas etapas, a primeira que foi a barragem com represamento iniciado em 12 de setembro de 1959, já a hidrelétrica foi inaugurada em setembro de 1962.

As obras, coordenadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), foram desenvolvidas por várias empresas, tais como a Planalto, a Portuária, a Geotec, a Rodobrás, a Camargo Correia e a CCBE. Todas estas construtoras instalaram seus acampamentos nas imediações da obra, inclusive alguns se encontram submersos pelas águas do lago. Sob as águas lacustres, o acampamento mais conhecido é a vila Amaury, donde existem fotos do período anterior ao enchimento no lago e também dos escombros submersos. Entretanto, devido à localização, do outro lado do lago, próximo de onde atualmente situa-se o Iate Clube, provavelmente poucos trabalhadores dali eram empregados da obra da barragem, de todo modo vale a imagem dos tempos da vila efervescente.



Figura 33 – Foto da Vila Amaury. Brasília, Brasil.

Onde: ao fundo, tem-se o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

Fonte: WBrasília.

À medida que as obras da barragem iam sendo concluídas, os operários eram dispensados e os alojamentos abandonados, evidentemente havia distinção em termos de qualidade e localização entre os alojamentos dos *peões* e dos *engenheiros*, sendo que os alojamentos de engenheiros e técnicos situavam-se onde hoje é a orla do lago, possuíam água canalizada de bica, foram construídas em alvenaria além de outras qualidades diferenciadoras. Para estes acampamentos melhorados, mudaram-se os primeiros moradores demitidos das empreiteiras e que optaram por não retornar aos seus locais de origem, vale dizer os *peões*.

Ocorre que os administradores da construção de Brasília, concomitantemente à implantação da cidade, definiram que a bacia hidrográfica do rio Paranoá seria protegida e que novas cidades não poderiam ser constituídas dentro dos seus limites. Como forma de delimitar fisicamente a referida bacia, implantou-se a DF 001, denominada anel sanitário, exatamente no divisor de águas do Paranoá.

Ora, o assentamento do Paranoá então apresentava de uma só vez dois conflitos com o poder público, estava ao mesmo tempo dentro do anel sanitário e às margens do lago. A primeira condição configurava risco ambiental, na visão governista, mesmo que esse tema não apresentasse a relevância atual, o segundo problema era estético, pois sendo o lago o principal

cartão postal da cidade, a presença de moradores de baixa renda e residências precárias não compunha harmonicamente com o bom gosto elitista.

Devido a esta combinação de fatores, a população do Paranoá jamais fora vista com bons olhos pelos governantes, inicialmente receberam como tratamento a indiferença, era como se não existissem, fossem fantasmas que nada merecem do Estado. Seguindo a tendência de crescimento natural passaram a ser notados e em consequência, tratados como invasores, e como tais deveriam ser removidos. Também existia com certeza uma preocupação com o policiamento no interior do bairro, de traçado irregular conforme pode ser constatado na Figura 34, da ilustração das ilhas espaciais, no caso os espaços em preto são os espaços fechados e em branco os espaços abertos, a relação entre espaços abertos e fechados determina o grau de formalidade de um assentamento, no caso do antigo Paranoá, era de 38,2%.



Figura 34 – Mapa de ilhas espaciais. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Holanda (2002).



Figura 35 – Foto de ação policial num dos inúmeros episódios de desocupação. Paranoá, Distrito Federal, Brasil. Fonte: Forumeja.

Sendo um local informal e composto por pessoas de baixa renda e instrução, o Estado tentou remover os miradores, porém, estes surpreenderam o poder constituído com sua capacidade de mobilização e resistência. Reuniam-se assim na igreja, depois constituíram associação de moradores, grupo Pró-Moradia, buscou ainda apoio na sociedade organizada, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), UnB, dentre outras donde obtiveram consultoria e suporte especializado, lograram inclusive que a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UnB, elaborasse um plano de ocupação para a regularização da cidade e melhor ocupação do espaço.

Um evento emblemático da luta pela permanência no local ficou conhecido como barracão, onde da noite para o dia foram edificados cerca de 1.500 barracos de madeira em 1988, fato que surpreendeu as autoridades locais. Ainda assim, tentativas de remoção pela força foram desencadeadas pela polícia, inclusive com mulheres tendo sido agredidas, já que foram elas que formaram as linhas de frente, nas entradas do assentamento, na esperança de que contra o dito sexo frágil a força física não fosse utilizada, ledô engano. Contudo, mesmo sob caceteadas, socos e pontapés as bravas guerreiras não recuaram.

Diante de uma situação consolidada e de difícil desocupação da área, o governo viu-se obrigado a ceder e reconhecer a necessidade de fixação definitiva daquela população, no entanto, em 1989 o Estado não o fez conforme anseio da comunidade, qual seja, organizar a cidade onde já se encontrava, corrigindo apenas eventuais incongruências do ponto de vista do projeto urbanístico ideal. De forma diversa, o Governo do Distrito Federal (GDF) levou a cabo a transferência de toda a comunidade para local próximo do assentamento existente, mas, não às margens do lago Paranoá, reduziu ainda as dimensões dos lotes, de 250m² para 128m² e implantou uma cidade para 60.000 habitantes, número superior em muito à quantidade de moradores da vila original 35.000, ocasionando com isso a transferência de pessoas de outras localidades sem qualquer relação com a história de luta e resistência dos pioneiros daquela localidade.

Do assentamento original, devido ainda à mobilização comunitária, restam escombros de construções, o local foi tombado pelo GDF como patrimônio cultural e batizado Parque Vivencial.



Figura 36 – Foto de uma caixa d’água que restou do antigo acampamento do interior do Parque Vivencial. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

O enorme adensamento patrocinado pelo governo local não se deu por acaso, foi engendrado com objetivos puramente eleitoreiros, pois o governador à época, Joaquim Roriz, havia sido nomeado pelo presidente da República, para um mandato conhecido por governo biônico, porém, este sistema de investidura seria o último, devido à mudança trazida pela nova CF de 1988, a qual previa eleições diretas e democráticas para governador e deputados distritais. Portanto, a distribuição do maior número de lotes possível criaria um contingente enorme de eleitores gratos e dispostos a recompensar o governante. A estratégia funcionou conforme planejado, sendo Roriz o primeiro governador eleito do DF em 1990 e reeleito por mais dois mandatos 1999/2002 e 2002/2006, patrocinando a maior distribuição de lotes e criação de bairros da história da capital federal (NUNES, 2005).

Nunes (2005, p. 165) descreve a realocação do Paranoá da seguinte forma: “O Paranoá foi a experiência piloto para a instauração do modo clientelista de governar Brasília, o qual perdura até os dias atuais”.

Conforme constatado pelos dados estatísticos da CODEPLAN, o bairro Paranoá não cresceu em população além do inicialmente projetado, o que se viu foi a criação de novos bairros planejados pelo governo do Distrito Federal, caso do Riacho Fundo, Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria, ou seja, o vetor Sudoeste previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de 1992. Concomitantemente, um enorme parcelamento de terras foi conduzido irregularmente por grileiros, contando é claro com a omissão do governo, voltado para a classe média, primordialmente nos arredores de Sobradinho e Paranoá. A exceção foi o Itapoã, limítrofe ao Paranoá e separado apenas pela DF 001, composto por famílias de baixa renda, de acordo com o último dado da CODEPLAN disponível com população de aproximadamente 46.000 habitantes, o que indica que a opção dos parceladores e políticos por trás das pessoas humildes que foram incentivadas a invadir terras naquela região, foi a criação de um novo assentamento, próximo, porém apartado do Paranoá e exatamente fora do anel sanitário.

Ora, se a população não cresceu além do previsto, o mesmo não se pode dizer dos problemas e desafios. De uma comunidade unida e organizada por fortes laços de amizade, companheirismo e solidariedade o Paranoá passou a um dos bairros mais violentos do DF. Um contraponto ao Paranoá é a Vila Telebrásilia, também oriunda de assentamento fora do planejamento inicial para Brasília, sobrevivente devido à luta e resistência dos moradores para se manterem no local, mas que não figura nas manchetes de jornais em casos de violência. Qual a participação do desenho urbano neste contexto e como as configurações espaciais interferem na dinâmica criminal serão aspectos analisados a frente.

Buscar respostas a essa situação apenas nas condições socioeconômicas não responderá satisfatoriamente a questão, pois desde sua origem foi um assentamento de pessoas humildes e com condições precárias nos quesitos equipamentos e serviços públicos, os dados foram obtidos da Pesquisa Domiciliar Socioeconômica (PEDS), realizada pela CODEPLAN, em 2009. O foco das investigações foram as famílias com renda mensal de até dois salários mínimos e consumo de energia elétrica de até 80 KW/mês. A pesquisa se deteve às 15 regiões administrativas com menor poder aquisitivo, sendo alguns dados apresentados de forma geral a todas e alguns discriminados por RA, proveem ainda do PDAD 2010 e 2011. A seguir é apresentada uma compilação dos dados considerados relevantes ao estudo dos problemas urbanos do DF e em particular do Paranoá:

População de 63.000 habitantes total, e urbana 46.527; A renda per capita de 1,2 salários mínimos situada no grupo 3 entre 1 e 2 SM segundo classificação da CODEPLAN; O índice de Desenvolvimento Humano IDH 0,785 na posição nº 72 no ranking mundial e 15ª no DF; A faixa etária tem que 45,1% concentram-se entre os 15 e 29 anos e as mulheres representam 54,2% desse contingente. Os menores de 14 anos contribuem com 31,5%, o que confere a esta população de baixa renda característica de estrutura etária ainda relativamente jovem; A população feminina é maior, apresentando um quadro de 88 homens para cada grupo de 100 mulheres.

Quanto à dependência econômica, para cada grupo de 100 provedores de sustento, ou seja, pessoas com idade entre 15 e 65 anos de idade, existem 56 dependentes que são os menores de 15 e os maiores de 65 anos, o que configura uma alta carga sobre a população ativa, PDAD 2004, Em termos de escolaridade:

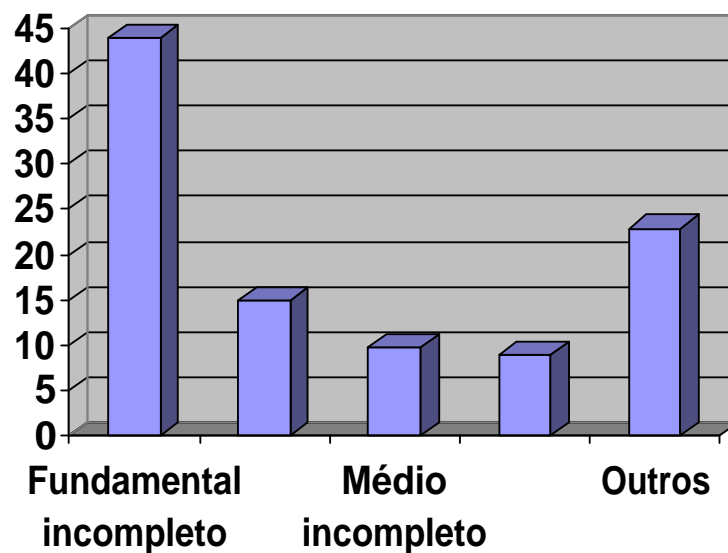


Gráfico 1 – Escolaridade.

Fonte: CODEPLAN.

Os dados de alfabetização e grupos etários são importantes porque influem de maneira decisiva na expectativa de vida e na quantidade de vítimas da violência entre jovens, Cerqueira (2011). Grupos etários em percentual:

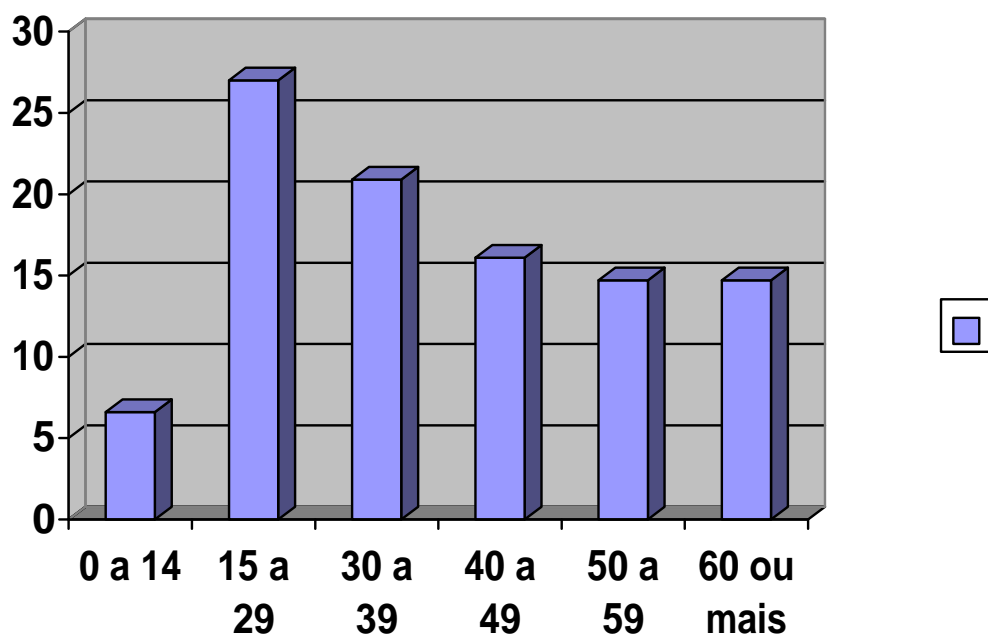


Gráfico 2 – Grupos etários.

Fonte: CODEPLAN.

Não existem dados de desemprego por bairro, a CODEPLAN tabula os dados por grupo de renda, para tanto, é feita a soma das localidades por categoria, sendo as do grupo III, no último anuário estatístico disponível, do ano de 2011, as regiões administrativas do referido grupo são: (1) Renda mais baixa – Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Riacho Fundo. Neste grupo, os jovens entre 18 e 24 anos representam 33,00% dos desempregados, isso levando-se em conta que a pesquisa inclui até mesmo crianças entre 10 e 17, sendo que a idade mínima permitida por lei no Brasil para o trabalho é de 15 anos, portanto, caso fossem retirados os menores de 15 anos, o percentual de desempregados seria ainda maior. Tomando-se como premissa uma distribuição regular de índices entre as RA's, teremos uma condição deveras grave para os jovens no quesito ocupação.

Retornando ao tema dos problemas sociais ora vigentes no Paranoá, as respostas talvez possam ser encontradas entre outras fontes, na forma como fora conduzida a remoção e fixação da comunidade com o poder de transformar radicalmente as relações humanas levando a uma criminalidade alarmante. Em primeiro lugar, a realocação das famílias não respeitou a antiga localização das residências, separando vizinhos e amigos sem a menor preocupação com suas vontades e desejos.

Não resta dúvida que a não manutenção dos laços afetivos entre moradores foi uma violência simbólica do Estado, acompanhado ainda pela violência física, haja vista que a comunidade almejava permanecer onde já se encontrava e não ter seus membros arrancados como árvores e serem replantados onde melhor conviesse ao Governo, sendo que mesmo as árvores demandam estudos para serem transplantadas, quando não houver possibilidade de permanência onde se encontram.

Outra questão foi a vinda de considerável número de pessoas de outras localidades, estranhas ao local e, portanto, desconhecedoras da luta que culminou com a fixação definitiva do Paranoá. Essas duas hipóteses elencadas versam apenas sobre condições oriundas da implantação do bairro, outras causas devem ser estudadas levando-se em conta a dinâmica que cada comunidade imprime a si própria e também aos fatores exógenos a ela impostos, intencionalmente ou não.

Novamente denota-se diferença em relação à Vila Telebrasília, que inicialmente não recebeu pessoas de outras localidades, o que nos últimos anos tem ocorrido é a proliferação de construções de fundo de lote e quitinetes para locação, provavelmente para atender ao novo pólo de universidades que surgiu nas imediações, além da especulação imobiliária em razão da localização nobre da Vila.

Partindo para o estudo dos fatores externos que afetaram e afetam os bairros de Brasília, o que talvez os atinja de forma mais contundente não pode ser atribuído ao poder constituído como premeditado, no caso específico do nosso objeto de estudo, qual seja, a segregação espacial de Brasília, pois o Paranoá, a despeito da realocação, situa-se muito próximo do aglomerado inicial e ainda dentro dos limites do anel sanitário da bacia de mesmo nome, portanto, apesar de existente, a referida segregação não foi intencional por parte do Estado.

O que o Governo local fez, ou melhor, deixou de fazer, foi criar condições de geração de emprego e renda na própria comunidade, relegando ao bairro a condição de bairro dormitório, dependendo completamente de empregos de baixa qualificação e remuneração em Brasília, ou pior ainda, culminando em enorme contingente de desempregados, sobretudo jovens sem quaisquer perspectivas de mudança em suas precárias condições sociais.

No desenho urbano não se vislumbra setor de indústrias, microempresas ou atacadista, de fato, a quadra 01 tem se tornado um setor de galpões por iniciativas individuais de empresários, sem planejamento governamental.

A seguir, tem-se uma ilustração da transformação da quadra residencial em setor de serviços, pequenas indústrias e oficinas mecânicas evidenciado pela grande presença de galpões.



Figura 37 – Área industrial. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

A falta de perspectivas pode ser um dos motivos para que o Paranoá apresente problema de gangues juvenis em constantes disputas e conflitos violentos, há que se ressaltar também o tráfico de drogas presente em larga escala no seio da comunidade e sabidamente fazendo maiores estragos entre os jovens.

Para avaliar a situação da criminalidade e violência no Paranoá, serão usados os dados dos relatórios de análise criminal elaborados pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e apresentados de forma sintética o gráfico . Cabe ressaltar que foram selecionados apenas os crimes com uso de violência ou grave ameaça, e entre esses se destacam os homicídios, estupros, roubos a transeuntes e comércio além de tráfico e uso e porte de drogas; os dados são para grupos de 100.000 habitantes. A análise criminal servirá para dimensionar o tamanho do problema e propor alternativas, pode ainda indicar o porquê da incidência de determinado delito em uma quadra específica ao invés de outra qualquer. Abaixo gráficos 03, 04 e 05.

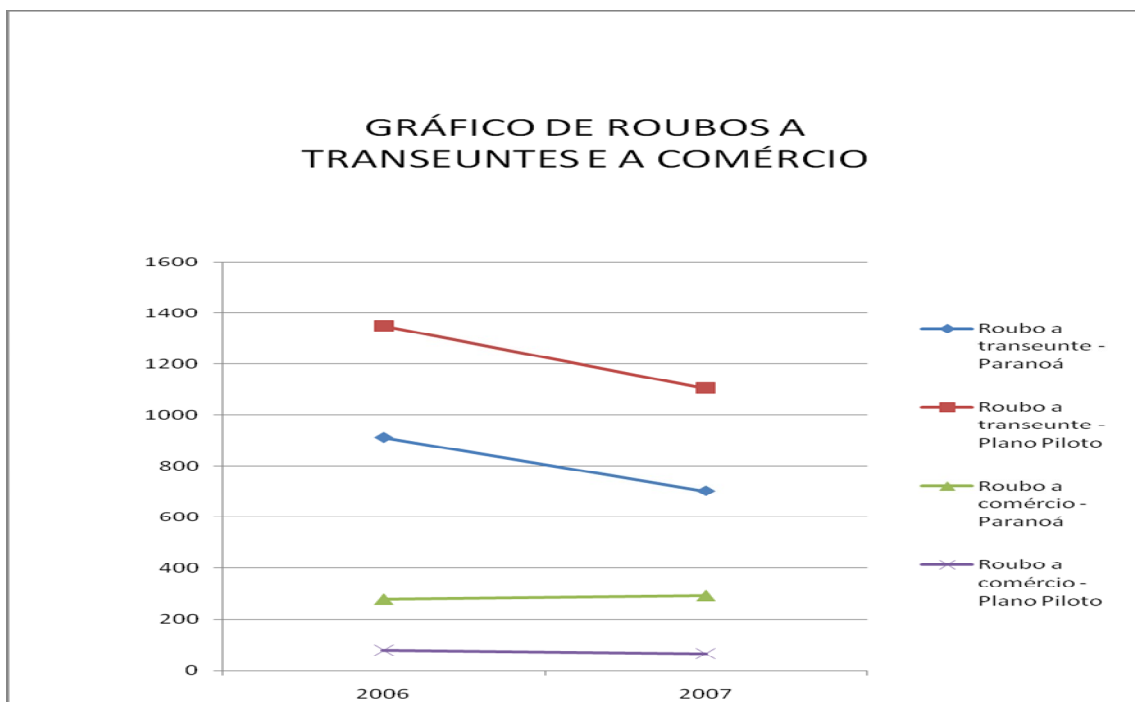


Gráfico 3 – Criminalidade. Paranoá e Brasília.

Fonte: PCDF.

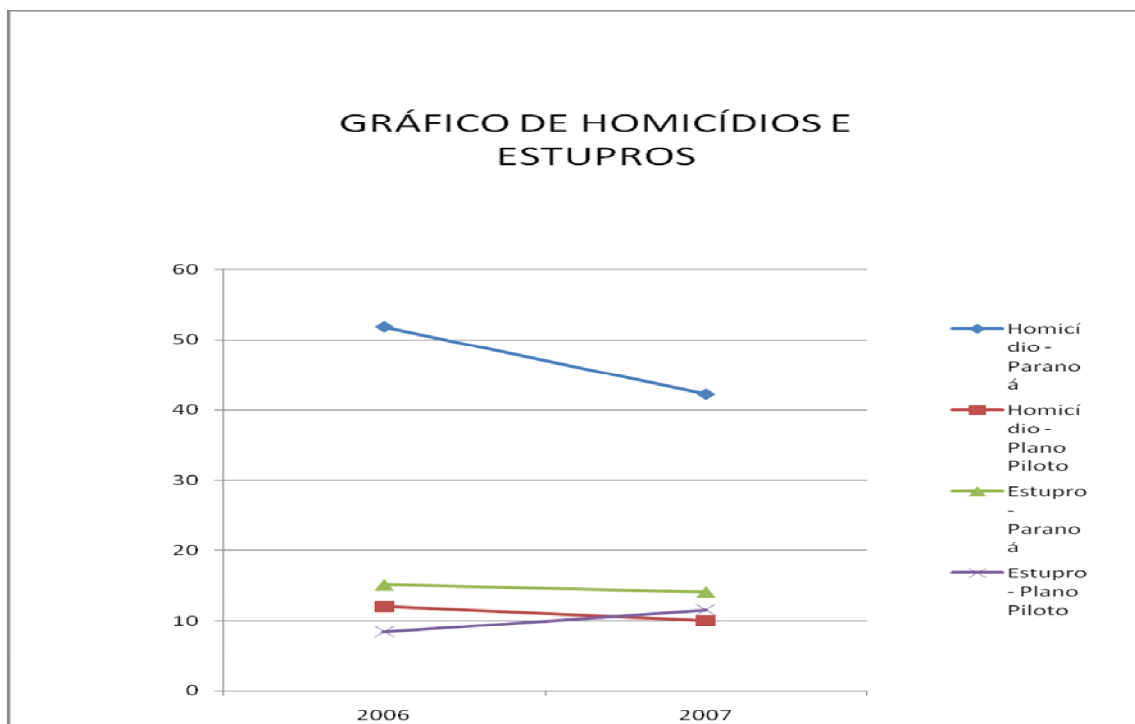


Gráfico 4 – Criminalidade. Paranoá e Brasília.

Fonte: PCDF.

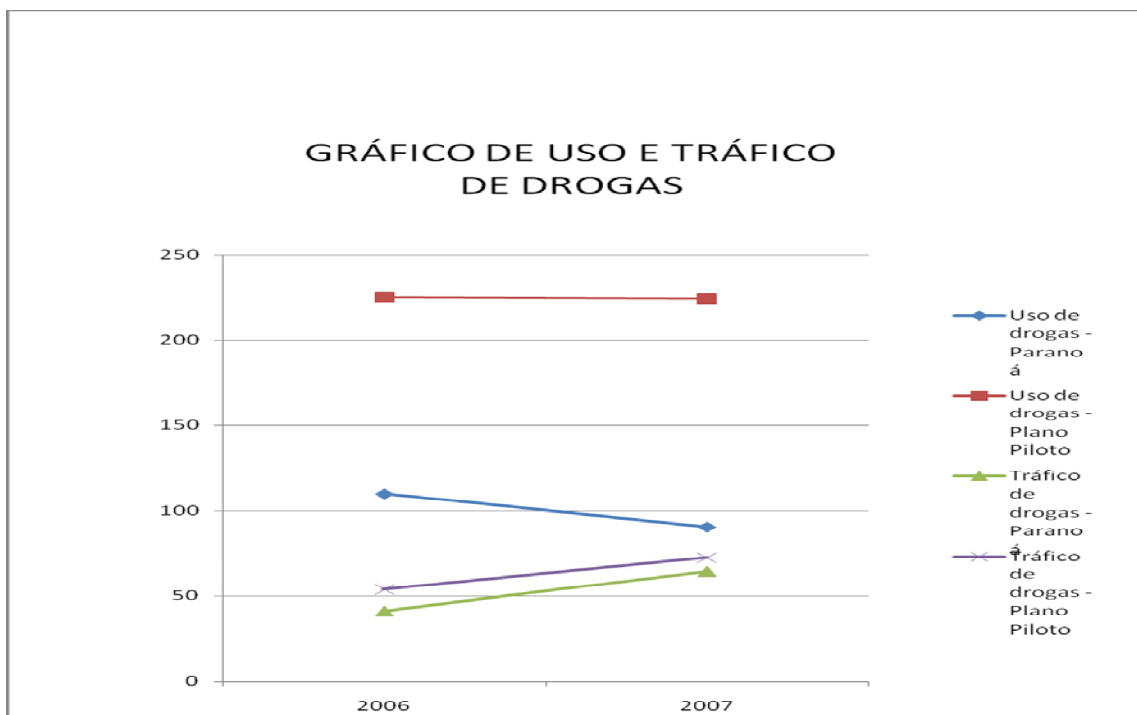


Gráfico 5 – Criminalidade. Paranoá e Brasília.

Fonte: PCDF.

Ponderações:

- a) Os dados acima referem-se à taxa por grupo de 100.000 habitantes, para o Paranoá, PDAD 2004, estimou-se a população em 2006 e 2007, respectivamente 46.307 e 49.646 hab., em Brasília, a população permaneceu estável;
- b) Os valores são de ocorrências policiais registradas, ou seja, algumas são de comunicação compulsória e outras voluntária, fato que denota que a população mais esclarecida procura mais a Polícia para comunicar crimes menores como furtos, acidentes e extravios diversos;
- c) Os crimes de uso e tráfico são retirados das ações da Polícia Civil, razão pela qual teríamos que ter acesso aos números de operações desencadeadas pelas unidades para melhor base de comparação;
- d) O índice mais usado para aferição da violência é o número de homicídios por 100.000 hab., nesse quesito, o Paranoá apresenta índices em torno de quatro vezes superiores aos do Plano Piloto;
- e) Os roubos a transeuntes são maiores no Plano Piloto, contudo, há que se ressaltar que na região central a população flutuante é enorme durante o dia, composta por pessoas que para lá se dirigem apenas para trabalhar, por outro lado, no Paranoá, devido ao

baixo nível de renda, não se faz vantajoso ao delinquente abordar as pessoas nas ruas do bairro;

- f) Os roubos a comércio são maiores no Paranoá à proporção de aproximadamente quatro vezes a de Brasília, o que pode indicar como motivação a necessidade de dinheiro por parte de usuários de drogas para comprar entorpecentes;
- g) Os dados referem-se até o ano de 2007 e na verdade não estão mais disponíveis no site a PCDF, em contatos telefônicos no setor de estatísticas da referida Polícia a informação recebida foi que a compilação dos dados passou para a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública e que esta não mais forneceria os dados.

Para o sistema de segurança, o Paranoá conta com as seguintes unidades policiais: uma Delegacia de Polícia Civil, 6ª DP, um Batalhão de Polícia Militar, 20º BPM e dois 02 PCSS (Postos Comunitários de Segurança), uma unidade do Departamento de Trânsito (DETRAN) e uma do corpo de bombeiros.

A localização espacial da delegacia da polícia civil e do batalhão da polícia militar não favorece o combate à criminalidade, pois, ao se encontrarem numa das extremidades do bairro, juntas uma da outra e atrás do terminal de ônibus. Esta configuração ocasiona dois empecilhos, primeiro, não tem visibilidade para a população haja vista estarem encobertas pelo referido terminal, e em segundo lugar, ao estarem contíguas não possuem o poder de demonstrar a presença policial em dois locais distintos.

2.3 Projeto urbanístico do bairro existente

Apurada a dimensão social do bairro, o foco recairá sobre a conformação urbana e a identificação dos pontos mais violentos para posteriormente tentar correlacionar desenho urbano e delinquência, se é que existe tal simbiose.

Para fins de análise far-se-á uma descrição do projeto e da realidade atual, partindo da avaliação das plantas e fotos aéreas disponíveis e também de visitas ao local em diferentes dias e horários. Um profundo levantamento do bairro se faz necessário para tentar identificar características morfológicas que sejam facilitadoras da incidência criminal, bem como potencialidades de intervenções mitigadoras de problemas e oportunidades dinamizadoras no incremento da segurança e também da sensação de segurança.



Figura 38 – Mapa das Regiões Administrativas do Distrito Federal, Brasil.

Fonte Brasil Turismo.

2.4 Avaliação do projeto

O Paranoá é a RA VII, possui área urbana de 2,84Km², área total de 853,30Km², faz limites ao norte com as DF's 015, 130, 260 e 100 além do ribeirão Extra; ao sul com o paralelo 16°03'S, a leste com o rio Preto e a oeste com as DF's 130; 001 e 005 além do rio São Bartolomeu e do ribeirão Taboca; A distância entre o Terminal Rodoviário da Região Administrativa do Paranoá e a Estação Rodoviária de Brasília 35 km.

Possui dois parques sendo eles o parque urbano do Paranoá, com 41,7931 ha, e o parque ecológico da Cachoeirinha, com 685,83ha, segundo a Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação (COMPARQUES), porém, de acordo com o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), órgão responsável pela gestão ambiental no DF, existem ainda os parques de Uso Múltiplo das Esculturas e o Parque Vivencial dos Pinheiros.

Em relação ao saneamento básico, o bairro possui rede de água potável, rede de esgotamento sanitário, estação de tratamento de esgoto (ETE); e sistema de drenagem de águas pluviais. O abastecimento de água conta com 9.335 ligações cadastradas na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), deste total 8173 são residenciais, 1082 comerciais, apenas 03 industriais e 77 públicas, por estes dados pode-se inferir que a atividade industrial é insignificante, apenas 0,032%, já o uso residencial é predominante 87,55%, mais uma vez evidencia-se a característica de bairro dormitório.

Cabe ressaltar que um dos motivos da mudança do bairro da antiga locação para atual foi o sistema de esgotos, pois onde se encontrava as águas servidas deveriam ser lançadas no lago, já na atual locação a ETE faz o lançamento dos esgotos tratados a jusante da barragem do Paranoá.

Quanto ao desenho urbano, será objeto de estudo detalhado a seguir, acompanhado de abordagem quanto à forma, sistema de endereçamento, relevo, locação de órgãos institucionais e de segurança pública, sendo o último em separado devido à relação direta com o tema da pesquisa;

2.5 Sistema de endereçamento

É interessante conhecer a forma de endereçamento para compreender a distribuição espacial das ocorrências criminais. O sistema de endereçamento segue a lógica de dividir as quadras ímpares do lado oeste da Avenida Paranoá, e as quadras pares do lado leste.

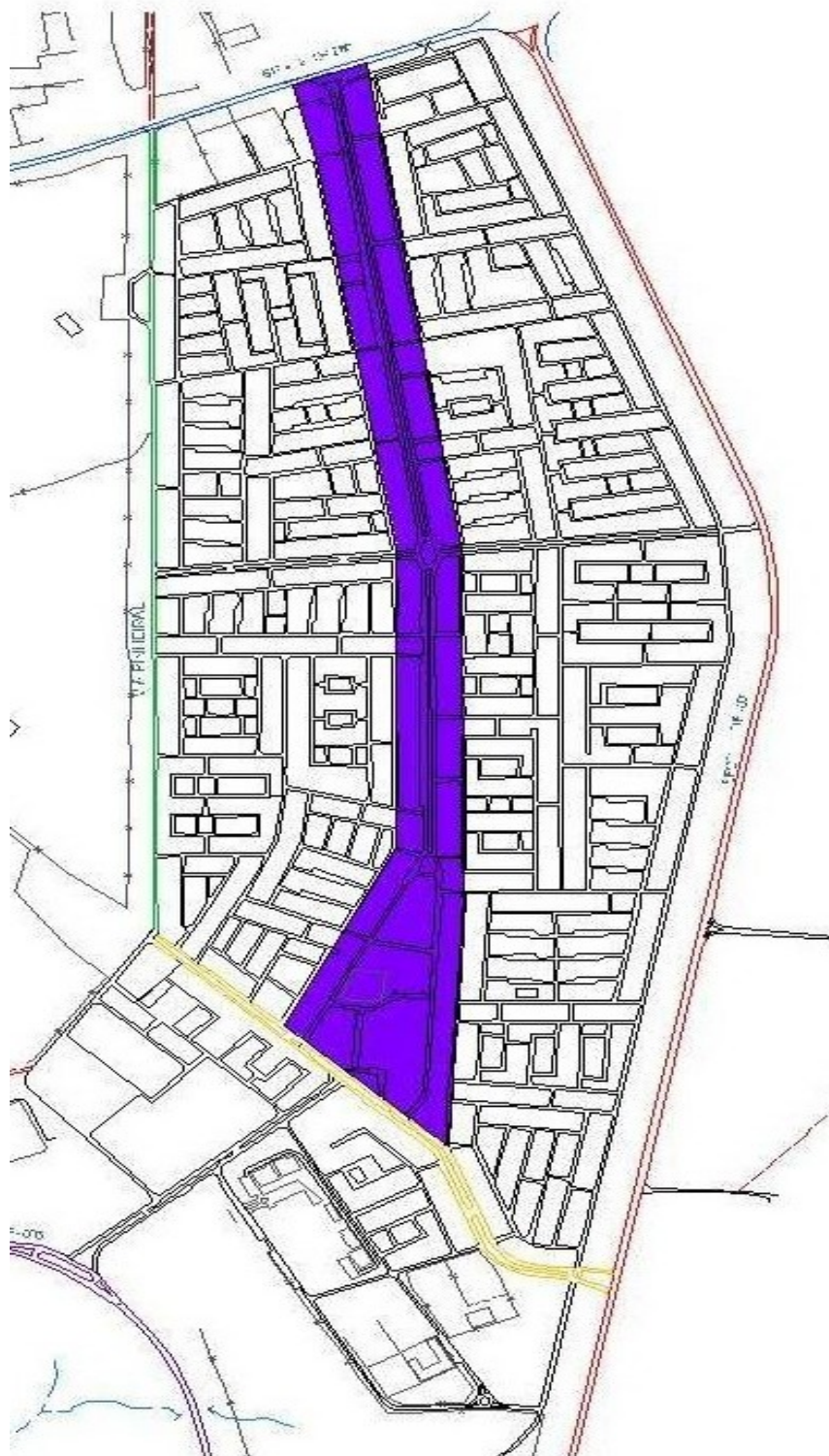


Figura 39 – Sistema de endereçamento da cidade do Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: SICAD.

No interior das quadras existem os conjuntos identificados por letras, iniciando pela A e assim por diante. Os lotes são então identificados por número da quadra, conjunto pela letra e casa por número sequencial ordinal, ex. quadra 11, conjunto D, casa 02. O único diferencial são os conjuntos voltados para a Avenida Paranoá (destacado em roxo na imagem ao lado, que são identificados por números e não por letras, iniciando pelo conjunto 01 defronte a praça central, a oeste, e tendo o último conjunto 26, a leste, em frente o terminal de ônibus e a DF 015, desta forma, os endereços comerciais são Avenida Paranoá, conjunto numérico, lote numérico, ex. av. Paranoá, conjunto 05, lote 10.

Trata-se de um bairro com implantação linear no sentido sul-norte, composto por 34 quadras, numeradas a partir do sul, limítrofe ao parque vivencial do Paranoá, local onde no passado situava-se o acampamento de obras que deu origem ao núcleo urbano.

2.6 Relevo

A descrição do relevo guarda relação com a possibilidade da morfologia facilitar o esconderijo de fugitivos e meliantes ao mesmo tempo em que pode dificultar o trabalho da polícia e a vigilância natural pelos moradores.

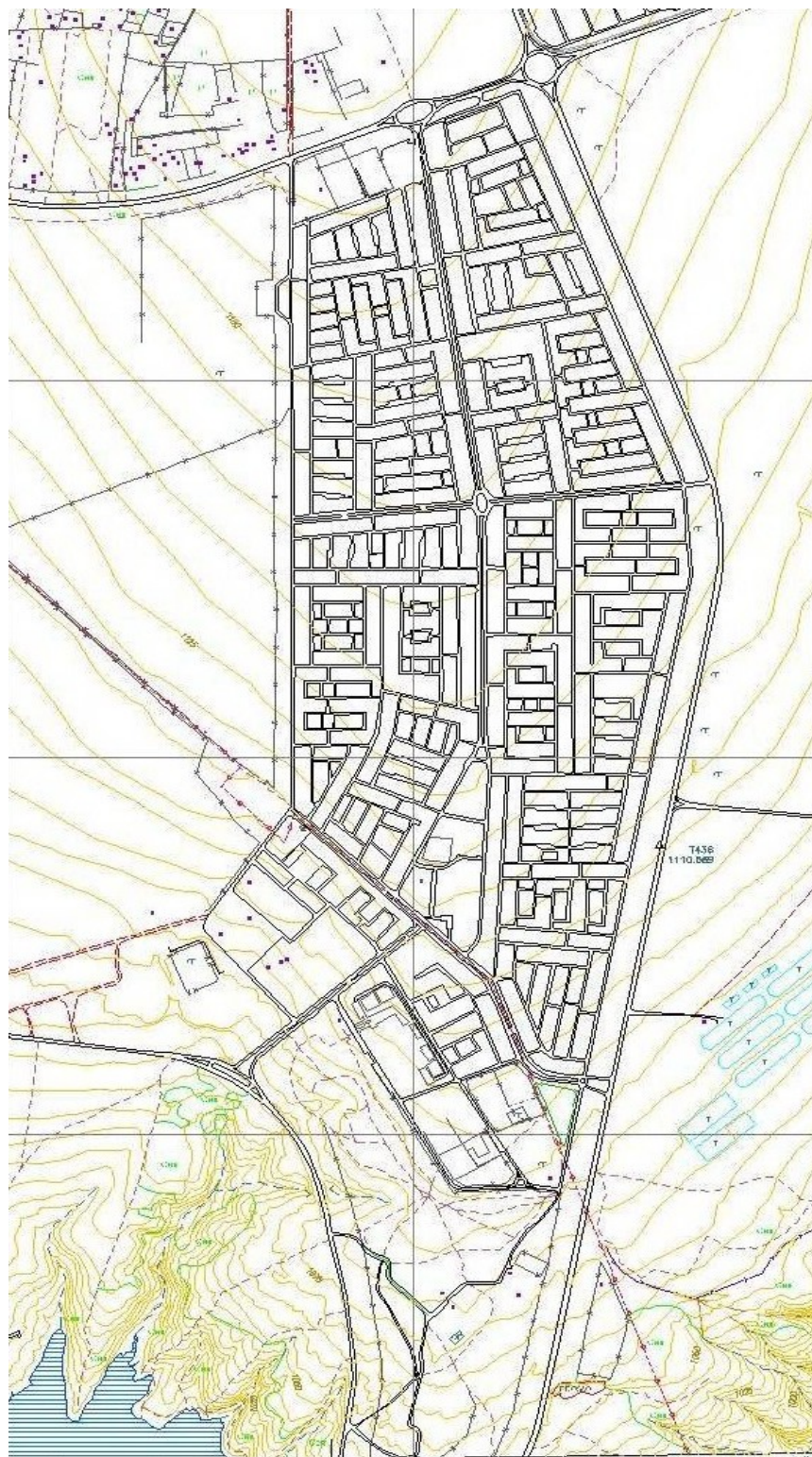


Figura 40 – Relevo da cidade do Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: SICAD.

A topografia do local é em aclive no sentido sul-norte, com cota altimétrica mínima de 1073,9m na DF 005 e 1161,9m no encontro da Avenida Paranoá com a DF 015. No cruzamento das avenidas Paranoá e transversal, a cota é 1143,2m, nas extremidades da avenida transversal, as cotas são de 1141,1m³⁰ na esquina com Avenida dos Pinheiros, e de 1127,3m na DF 001 próximo ao encontro com a avenida transversal. Com base nestas cotas, foi apurado ainda que a Avenida Paranoá conforma uma superfície convexa no sentido leste-oeste, e uma elevação no sentido sul-norte. A referida convexidade é suave, apenas dois metros na direção oeste e 15,9m na direção leste. O que se mostra considerável é a inclinação sul-norte, com incremento de 88m entre as cotas mais baixa e mais alta, donde se tem 2286,53m distância de um ponto ao outro, e, portanto 3,8% de inclinação.

Na figura apresentada anteriormente, tem-se a planta da cidade do Paranoá com as curvas de nível a cada 5 metros, demonstrando uma declividade acentuada às margens do lago e um espaçamento entre curvas à medida que se aproxima do Itapoã a norte, evidenciando um aplainamento do relevo.

2.7 Desenho urbano

O desenho urbano é de suma importância na análise da localidade do ponto de vista da segurança, na medida em que determina fluxos e delimita espaços.

O bairro possui 2,84km² de extensão. As áreas públicas (ruas avenidas e praças) equivalem a 0,98Km², enquanto os lotes institucionais³¹ contam com 0,294km², vale dizer 34,4% e 10,35% respectivamente da área total. Portanto, as áreas privadas perfazem 55,25% da área total do bairro, ou 1,57Km². Ao dividir a população pela área, 46.527/284 ha tem-se uma densidade populacional³² de aproximadamente 163,83 habitantes por hectare.

O Paranoá é delimitado em sentido horário pelas rodovias DF 015 a norte e DF 001 a leste, pela DF 005 que circunda o lago Paranoá a sul e por uma reserva florestal de pinheiros a oeste circundada por uma via cujo nome é Avenida dos Pinheiros. O sistema viário é bastante simples, cortado por duas avenidas como uma cruz, distorcida apenas pela praça central a sul; as avenidas são a Paranoá no sentido longitudinal e a transversal cujo nome já indica a

³⁰ Dado obtido por interpolação das curvas de nível do levantamento cadastral da TERRACAP.

³¹ Foram considerados como áreas institucionais os lotes destinados às empresas de serviços públicos, CEB e CAESB, as escolas, a feira permanente, o hospital regional, a administração da cidade, os órgãos de segurança e o terminal de ônibus.

³² Relação direta entre o número de pessoas contidas em um território e a área deste território, NBR 6505.

direção. Na partir sul temos ainda as avenidas Alta Tensão, por onde passa uma linha de transmissão aérea e a via que interliga a DF 005 ao bairro.



Figura 41 – Mapa das vias de contorno da cidade do Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Onde: em azul, na parte superior, a DF 015; à direita, em vermelho, a DF 001; na parte de baixo, em roxo, a DF 005; à esquerda, em verde, a Avenida dos Pinheiros; ao final da Avenida dos Pinheiros, em amarelo, a Avenida Alta Tensão.

Fonte: SICAD.

A localidade pode ser dividida em área institucional, comercial e habitacional, contudo, a área comercial possui lotes similares aos habitacionais, diferindo apenas na largura do passeio público frontal. De uma olhada rápida sobre a planta surge uma pergunta pertinente, onde trabalham os moradores da cidade? O questionamento advém da inexistência de um setor de indústrias, desenvolvimento ou de cargas e depósito. O que move o bairro dentro dos seus limites é o comércio que funciona em terrenos de dimensões inferiores ao ideal, deste modo, não possuem condições de oferecer estacionamento aos clientes, restando aos motoristas estacionar sobre calçadas e assim dificultar a passagem até para as pessoas sem problemas de locomoção, imaginem para quem as possui.

As avenidas possuem vias de circulação de veículos em torno de 7,00m e canteiro central de 6,00m. No interior das quadras, as ruas tem calha carroçável variável, com a maior largura de 7,00 metros, os passeios apresentam larguras variáveis, sendo de até 10,80m nas avenidas comerciais, 2,70m nas arteriais e de até 0,50m nas vias internas; os lotes, em sua maioria, tem dimensões de 7,00m de frente por 17 de comprimento, totalizando 119m², e com dimensões de 8,00m de frente por 17 de comprimento, totalizando 136,00m².

Não foi estabelecida hierarquia do sistema viário a partir da largura das ruas, sendo que apenas as avenidas Paranoá, Central e Alta tensão se diferenciam pela presença de canteiro central, nem mesmo as vias circundantes possuem largura superior às ruas internas. Se houvesse uma diferenciação de vias no interior das quadras seria possível restringir o acesso de veículos em algumas delas de forma que circulasse apenas os veículos de moradores e pedestres, conformando ruas mais tranquilas e propícias à permanência de crianças e adultos defronte suas casas. Tal como Newman (1971) almejava com a criação de espaços semipúblicos, onde o estranho tão logo adentrasse a rua saberia que se trata de um ambiente mais familiar.

Pode-se depreender que com ruas e passeios tão estreitas a permanência de moradores nas ruas é prejudicada, pois é impossível às mães colocar cadeiras nas calçadas para conversar enquanto observam seus filhos brincarem, prática comum em minha infância, tal atividade, além de ser mais saudável que assistir televisão e jogar videogames, também contribui para a vigilância natural das ruas. Ademais, o incremento vertiginoso de automóveis nas ruas impede a recreação e ainda entulha as mesmas com veículos tanto em circulação quanto estacionados.

A forma das quadras com traçado sinuoso de ruas, aliado a pouca largura destas e por fim os lotes muito pequenos reproduzem a tipologia da cidade medieval e não contribui para uma boa condição de segurança e controle, ao contrário atrapalha, pois devido à maior escala, não apresenta as características de pequena população em que todos se conhecem conforme.



Figura 42 – Foto do detalhe do desnível da Avenida Paranoá. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

O quesito passeio públicos é um caso à parte no Paranoá, quiçá em todo o DF. Obstáculos são a tônica dos calçamentos; muretas, rampas íngremes, calçamentos irregulares são a regra e não a exceção no dia a dia dos portadores de necessidades especiais ou pessoas com mobilidade reduzida, não se pode esquecer também dos veículos estacionados sobre as calçadas, cultura comum dos brasilienses.

A morfologia das quadras varia substancialmente, podemos dizer que cada quadra possui um desenho distinto, contudo, vamos classificá-las pela geometria, destinação e arruamento interno, conforme categorias a seguir:

Quanto à forma, os tipos são: triangulares, quadradas, retangulares, trapezoidais, pentagonais e poligonais, sendo que em síntese, apresentam grande adensamento com quadras poliesportivas ou áreas livres na porção central. Devido ao projeto de distribuição semelhante nas quadras, não se evidencia correlação entre forma e índice de criminalidade.

Quanto à destinação, podem ser: institucionais, comerciais, residenciais ou mistas:

- Institucionais: 03, 04³³ e 33;
- Comerciais: todos os conjuntos voltados para Avenida Paranoá;
- Residenciais: quadras 06 a 34, excetuando-se as de número 07, 09 e 33 deste intervalo;
- Mistas: 02, 07 e 09; possuem tanto residências como órgãos governamentais.

Quanto ao arruamento: as quadras foram divididas com traçado regular e ortogonal, e outras com traçado mais sinuoso, o que Holanda (2002) chama de economia de malha³⁴, neste quesito, apenas as quadras 01, 03, 04, 05 e 33 apresentam traçado mais regular, sendo que todas as outras exibem desenhos que exigem mais contornos para alcançar outros conjuntos que não um percurso em linha reta.

Na figura a seguir, tem-se o detalhe da quadra 08, com seu traçado descontinuado. Não por acaso, trata-se de uma das quadras com mais ocorrências policiais.

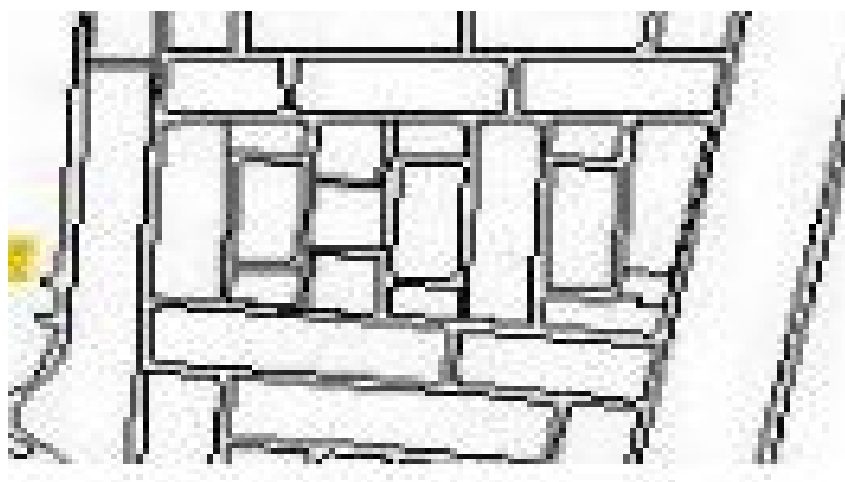


Figura 43 – Mapa da quadra 08. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: SICAD.

Esta estrutura será analisada mais detidamente adiante, mas configura-se de suma importância na medida em tal distribuição interna de conjuntos e por conseguinte de traçado de arruamento, dificulta a circulação de viaturas e a perseguição de fugitivos no interior das quadras. Configura-se então um problema de controle da área, na medida em que o traçado

³³ Apesar de algumas instituições não serem governamentais são entidades sem fins lucrativos.

³⁴ Em sintaxe espacial, O sistema de circulação mais econômico é o que apresenta menos barreiras à circulação e menos econômico de malha o que exige maior número de segmento de linhas para passar defronte todas as linhas do quarteirão (HOLANDA, 2002).

impede visadas de longa distancia pelos policiais, facilitando assim o esconderijo e fuga de infratores. Até mesmo a implantação de um sistema de vigilância teria seu custo majorado devido ao grande número de esquinas e ruas curtas.

No interior das quadras existem 12 escolas, mostradas na figura de órgãos institucionais apresentado a seguir, distribuídas entre Centro de Educação Infantil (CEI), 01 unidade na quadra 16; Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) 01 unidade na quadra 05; Escola Classe (EC) de primeira à quarta série são cinco unidades, distribuídas nas quadras 14, 17, 20, 26 e 30; Centro de Ensino Fundamental (CEF) quinto ao nono ano 03 unidades nas quadras 03, 04 e 26; Centro Educacional de Ensino Médio (CED) 01 unidade na quadra 31 e Centro de Ensino Médio (CEM) 01 unidade na quadra 04.

Tem-se aqui dois graves problemas, quais sejam, a reduzida quantidade de creches públicas, apenas 02, e a falta de escolas em tempo integral. Os referidos casos são cruciais porque impactam profundamente na atenção aos jovens, sabidamente os mais vulneráveis à cooptação pela criminalidade como também suas maiores vítimas. Mas por que tais ausências são tão determinantes? A resposta é a mesma para as duas falhas, pois em uma comunidade carente é comum que tanto o marido quanto a esposa trabalhem fora para sustentar a família, para isto, em geral saem de casa muito cedo e retornam somente à noite, graças ao ineficiente transporte público e à característica de bairro dormitório, em que as pessoas trabalham em locais distantes.

È pertinente apontar um erro urbanístico, quando deixou de prover o bairro de creches públicas e também de projetar escolas para acolher os estudantes em tempo integral, se tais unidades existissem de forma a atender toda demanda, crianças e jovens não ficariam nas ruas ou sozinhas em casa, muitas das vezes com os mais velhos cuidando dos mais novos quando na verdade mal poderiam cuidar de si próprios.

Também os dirigentes mandatários incorrem reiteradas vezes no mínimo em omissão, quando se eximem de viabilizar tais ofertas de atendimento aos cidadãos mesmo que isso incorra em adaptações no tecido urbano e nas áreas públicas disponíveis.

A parte de equipamentos urbanos institucionais encontra-se na praça central, na porção sul do bairro, com os órgãos administrativos, CEB, CAESB e Administração Regional RA VII, próximos da feira da cidade e do Hospital Regional do Paranoá (HRP). No extremo oposto, quadra 34, encontram-se os órgão de segurança, 6ª DP, 20º BPM e 10º GBM do Corpo de Bombeiros Militar. A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) possui ainda dois PSC, nas quadras 20 e 29.



Figura 44 – Mapa de localização de órgãos institucionais distribuídos pela malha urbana. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: SICAD.



Figura 45 – Mapa de localização das praças e quadras públicas distribuídas pela cidade do Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: SICAD.

Na figura apresentada anteriormente, no que tange aos equipamentos de lazer e recreação, o Paranoá conta com quadras poliesportivas e praças no centro das quadras, perfazendo um total de 28 unidades entre quadras e praças. A distribuição destes equipamentos urbanos é coerente e racional, fruto de uma área urbana planejada por profissionais devidamente habilitados. O que falta é um engajamento da população para a conservação do bem público.

2.8 Serviços públicos

Os serviços públicos são de boa qualidade, contando com água potável, captação de águas pluviais, energia elétrica, telefonia, televisão a cabo, coleta de lixo e coleta e tratamento de esgotos.

A iluminação é um item importantíssimo para a segurança pública na medida em que influi tanto nos aspectos quantitativos quanto qualitativos: Do ponto de vista quantitativo, ao prover o local de iluminação adequada, propicia a permanência das pessoas e dificulta a ação delituosa.

Em vista à CEB, foi levantado que o Paranoá possui as seguintes características, segundo Francisco Lindelmo da GEPIP, funcionário da gerência de projetos e obras de iluminação pública, o qual informou que: a iluminação pública é de responsabilidade das administrações regionais, sendo que a CEB recolhe a taxa de iluminação pública, porém quem decide como investir os valores é o GDF. Quanto ao Paranoá, existem basicamente três tipos de lâmpadas, as de 400 w nos postes centrais da Avenida Paranoá e nas quadras poliesportivas; as de 250 w na avenida central com postes dos dois lados e nas praças e por fim as de 70 w no interior das quadras. As lâmpadas de 70 w foram instaladas quando do apagão elétrico em 2001, reconhecidas como fracas e não mais utilizadas, sendo inclusive substituídas quando queimam, apesar da reconhecida ineficiência, não existe um projeto no âmbito do GDF para a substituição de todas as lâmpadas de 70 w por lâmpadas de 150w atualmente adotadas pela CEB..

Quanto ao espaçamento entre os postes, a norma da CEB preconiza que a distância entre luminárias deve ser até três vezes a altura do poste, podendo chegar a 40,00m, no caso do Paranoá, onde a maioria dos lotes tem 7,00m ou 8,00m os postes estão locados na divisa a cada quatro lotes, entre 28,00m e 32,00m de afastamento.

Os refratores de policarbonato estão sendo substituídos por outras de vidro, em razão de perda das características de transparência e apresentando amarelamento e escurecimento.

Conforme figuras a seguir, o sistema de iluminação conta com postes de concreto e de aço, braços curtos e longos, luminárias isoladas ou duplas e lâmpadas de várias potências de acordo com o exposto acima.



Figura 46 – Postes de aço com braço curvo e luminária única. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.



Figura 47 – Postes de concreto com braço metálico curvo e luminária simples, adotado em via de mão única. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.



Figura 48 – Postes de concreto com luminárias duplas, instalados em via com canteiro central. Avenida Paranoá. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

A seguir são apresentadas algumas fotos noturnas tiradas num dia útil, 11 de abril de 2012, em que as ruas encontravam-se bastante movimentadas, apesar da iluminação inadequada em sua maior parte.



Figura 49 – Entrada da cidade pela DF 005. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

Na figura apresentada anteriormente, observa-se boa quantidade de luz. Neste caso, a ausência de árvores no canteiro central facilita a iluminação.



Figura 50 – Vista da Avenida Paranoá. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

Na figura apresentada anteriormente, tem-se o destaque para as árvores obstruindo a passagem da iluminação dos postes centrais. Isto ocorre em razão de uma má escolha tanto do tipo de poste, no caso muito altos, quanto da vegetação, com copas densas e mais baixas que a posição das lâmpadas, a conclusão é de que quando da implantação de um novo bairro ou cidade, a definição dos dois sistemas deverá ser feito com as áreas de projeto conversando entre si.



Figura 51 – Vista defronte a Escola Classe 01, quadra 26. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

Na figura apresentada anteriormente, tem-se uma das quadras que apresentam maior número de ocorrências de homicídios; encontra-se aí a pior iluminação observada na noite em que as fotos foram tiradas.



Figura 52– Vista detalhada do muro frontal da Escola Classe 01. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

Na figura apresentada anteriormente, observam-se as lâmpadas dos postes internos apagadas.

Na Avenida Central da referida cidade, a opção por postes de iluminação dos dois lados da rua mostra-se mais eficiente que a opção por postes centrais, na medida em que as árvores interferem menos no fecho de luz, de todo modo no canteiro central a iluminação é pior que na via de rolamento. Cabe salientar que a árvore não pode ser vista como um problema, pois o que fica evidenciado é a falta de projeto paisagístico compatibilizado com o projeto luminotécnico.



Figura 53– Foto noturna da Avenida Central. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.



Figura 54– Foto noturna da quadra 22. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

Na figura apresentada anteriormente, observa-se a iluminação insuficiente apesar da ausência de árvores na rua que poderiam impedir a passagem do fecho de luz, prova inequívoca de que as árvores não são o mal.

Quanto ao sistema paisagístico das áreas públicas, não há cadastro das árvores existentes, segundo o Raimundo Cordeiro, chefe da DIAVE³⁵, divisão de implantação de áreas verdes da NOVACAP, empresa responsável pelo plantio e manutenção das áreas públicas do DF, o que existe é o cadastro das árvores que foram plantadas nos últimos cinco anos.

Em relação à interferência das copas das árvores na iluminação pública, Raimundo disse que a DIAVE evita o plantio de árvores embaixo dos postes de luz, contudo, a CEB não tem a mesma precaução quando da instalação de novos postes, portanto, fica patente a falta de articulação entre os entes públicos e a despreocupação com a segurança.

Raimundo afirmou ainda que a DIAVE realiza podas de manutenção mas não possui pessoal em número suficiente para atender a demanda.

2.9 Análise urbanística

O bairro Paranoá apresenta vários problemas comuns às regiões periféricas das grandes metrópoles brasileiras, desemprego alto, índices de criminalidade acima da média nacional e população tendo que se deslocar a grandes distâncias para trabalhar.

A comparação com o Plano Piloto³⁶ expõe importante diferença nos indicadores sociais, agravada pelo fato de que este Plano Piloto isoladamente apresenta melhores dados de renda e condições de vida que as outras capitais, até mesmo dos estados ditos ricos.

Do ponto de vista urbanístico, a análise criminal da PCDF aponta as quadras mais violentas e que será destrinchado a partir de agora por meio de avaliações das peculiaridades urbanas de cada quadra, pesquisa de campo, observações e entrevistas com membros das forças policiais e moradores a fim de investigar a causa desse fenômeno e apontar prováveis soluções.

As quadras com maior número de ocorrências são 08,12 e 18, todas na porção leste do bairro. De acordo com o mapa das principais ocorrências criminais, das oito quadras mais problemáticas, cinco estão a leste e apenas três a oeste, tudo indica que a proximidade com via Estrada Parque Ceilândia Taguatinga (EPCT) seja uma das explicações plausíveis, na

³⁵ Entrevista em 29 de agosto de 2012 na sede da NOVACAP.

³⁶ Área urbana composta pelo projeto original projetado para a capital federal por Lúcio Costa.

medida em que provém fácil e rápida rota de fuga, tanto para outras localidades por meio de carros ou motos, quanto para se esconder no interior da floresta de eucalipto, sendo que inclusive em 2011 foi encontrada uma caverna coberta por galhos de árvore que serviria de esconderijo para fugitivos, razão pela qual deve ser previsto algum equipamento público naquela floresta, quem sabe uma unidade da policia montada. A predominância é da modalidade roubo, tanto de transeunte quanto a comércio.

Os homicídios e tentativas de homicídios também apresentam maior incidência em determinadas quadras, 26 e 30, quadras vizinhas, uma de formato quadrado e a outra retangular; ambas fazem fronteira com a Avenida Paranoá. Contudo, uma característica em comum que salta aos olhos é a presença de Escolas Classe, conforme já explicitado, as Escolas Classe atendem alunos da quinta a oitava séries, ou seja, com idades entre 11 e 14 anos, sem levar em conta as repetências, no fluxo regular de ensino são enquadrados na categoria de pré-adolescentes. Infelizmente, a criminalidade e o uso de drogas atingem as crianças cada vez mais jovens, talvez aí esteja a explicação para a liderança em homicídios e tentativas nestas quadras.

A seguir tem-se a figura 55, que trata sobre o mapa de ocorrências criminais na cidade do Paranoá, elaborado pela Divisão de Estatística e Planejamento Operacional da PCDF, em 2007 – último ano disponível³⁷.

³⁷ Relatório de Análise Criminal – Nº. 19/2008 R. A. Nº. 07 – PARANOÁ PERÍODO: JAN. a DEZ. (2006/2007) p. 09.

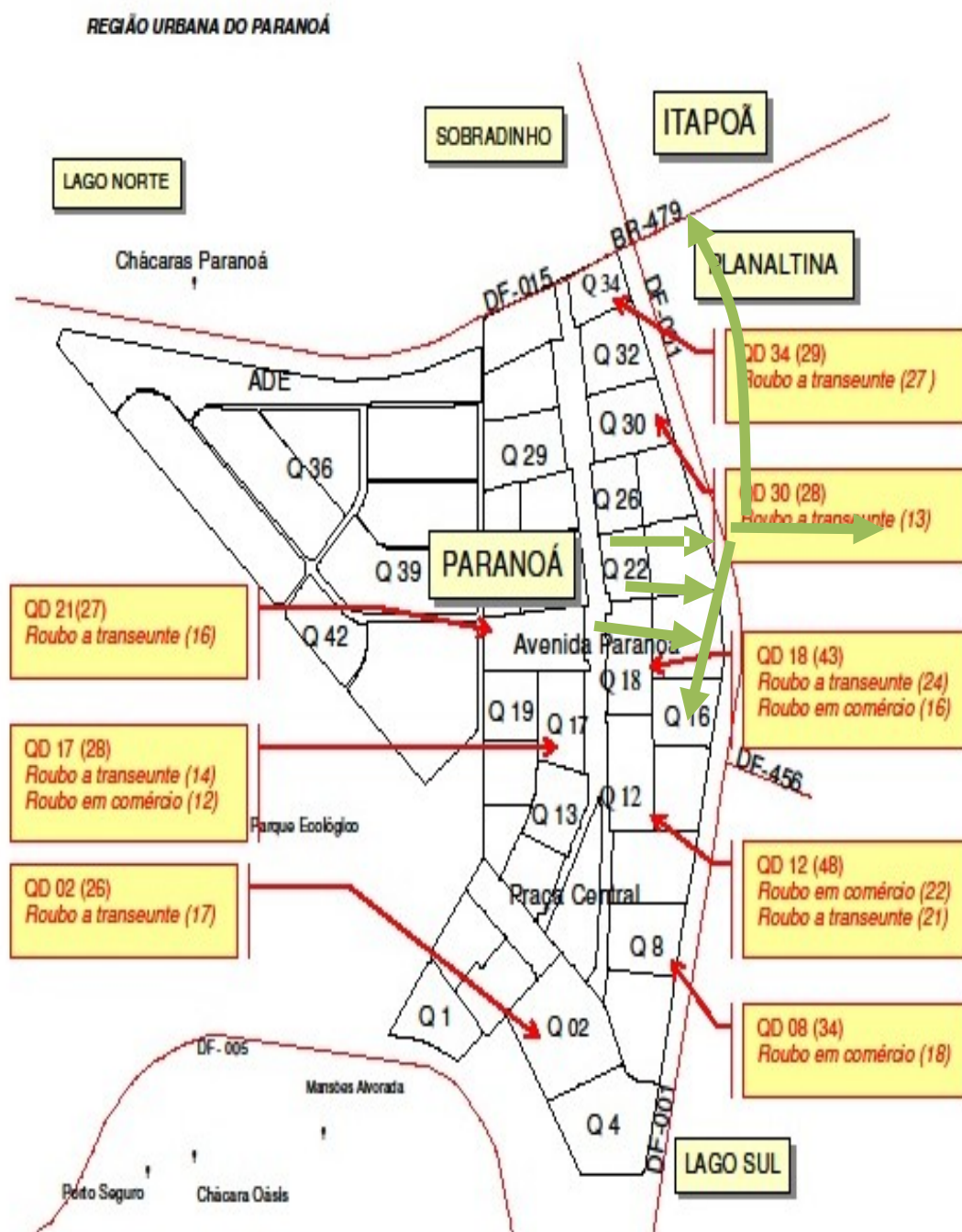


Ilustração 2: Mapa da Região Urbana do Paranoá com as principais quadras de incidência de registros, entre os meses de janeiro e dezembro de 2007.

Os "pontos quentes" são indicados no mapa conforme o símbolo e o número de registros de ocorrências, que se encontra entre parênteses na caixa de texto. Também é indicada a natureza criminal do maior destaque na localidade e seu respectivo número de ocorrências registradas

Figura 55– Mapa de ocorrências criminais, ano 2007. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: PCDF.

Na figura apresentada anteriormente, não constam as ocorrências de homicídios e tentativas, de todo modo é nítida a maior concentração nas quadras pares explicado pela facilidade de fuga para a DF 001. Por fim, cabe destacar um erro no mapa quando indica uma ADE que não existe, porém, no local será construída a expansão do Paranoá. Em verde as principais rotas de fuga.

Agora far-se-á um exercício de investigação com vistas a buscar correlacionar similaridades entre as quadras mais problemáticas e o desenho urbano, o ponto de partida será então pelas quadras 8, 12 e 18, líderes no ranking geral:

Trata-se de quadras situadas na porção leste do bairro, sendo a 08 de formato trapezoidal e as demais retangulares, todas são limítrofes à Avenida Paranoá³⁸ e possuem espaço de lazer no centro da quadra. As quadras 12 e 18 são contíguas e encontram-se na parte mais movimentada da localidade, que vai do centro geométrico à praça administrativa. A quadra 08 também faz divisa com a praça administrativa. Uma particularidade da quadra 08 em relação às demais é a presença em seu traçado de ruas internas que ligam o interior do bairro diretamente à EPCT DF 001, via de contorno, que se apresenta como ainda mais vantajosa como rota de fuga no traçado não ortogonal característico do bairro do que as demais quadras pares.

Quadra 34: maior número de ocorrências de roubo a transeunte. Causa estranheza o maior número de ocorrências de roubo a transeunte se dar nesta quadra, muito próxima aos órgãos de segurança pública. A explicação mais provável é a proximidade do terminal de ônibus do Paranoá, local onde a quantidade de pessoas circulando é elevado, propiciando grande contingente de vítimas em potencial. Novamente depara-se com mais violência próxima da quadra em que se encontra o aparato policial, o que pode denotar a sensação de impunidade advinda de uma legislação penal e processual penal branda e pouco eficaz na função de punir e recuperar criminosos. Contudo, as quadras onde estão instalados os PSCs (posto de segurança comunitária) não figuram entre as que registram maior número de ocorrências qualquer que seja a modalidade delitativa, portanto, duas conclusões são mais prováveis, primeiro a proximidade das grandes unidades não significa necessariamente maior número de policiais em atividade naquelas redondezas, pode haver sim policiais em deslocamentos diversos mas não necessariamente em atividade, e em segundo lugar o efeito intimidador da polícia ostensiva sobre a decisão de delinquir, já analisada na teoria da decisão

³⁸ A polícia Civil entende os conjuntos voltados para a Avenida Paranoá como parte das quadras internas.

racional, é maior num posto fixo e bastante visível, caso dos PSCs, o que não ocorre com a delegacia e o batalhão da PM, ocultos pelo terminal rodoviário.

A distribuição das ocorrências pela Avenida Paranoá decorre da condição de via comercial, onde se localizam os estabelecimentos comerciais e conseqüentemente, o público consumidor, remetendo assim à mesma condição anterior, qual seja, elevado número de vítimas em potencial.

Outro dado interessante é o que compara as ocorrências em dias e horários, demonstrando que os atos delitivos se intensificam à noite, entre 18h00min e 23h59min, e aos sábados e domingos. Destes dados, constata-se que os crimes sofrem considerável incremento quando a cidade está mais cheia, pois à noite e nos fins de semana a maioria das pessoas retornam do trabalho, inclusive as que tem atividade laboral em outras localidades, principalmente no Plano Piloto. Da mesma forma, é comum o descanso em casa nos fins de semana. Destarte, não se deve esquecer da iluminação pública, pois em locais mal iluminados a sensação de insegurança é mais pronunciada.

Qual a lição que pode ser subtraída destes últimos dados? Primeiro, as relações sociais não estão se processando a contento, porquanto quando a aglomeração aumenta também aumentam os delitos. Segundo, diversos estudos científicos relatam que o álcool e outras drogas guardam estreita relação com a criminalidade, especialmente as bebidas alcoólicas, Hélvio Simões Vidal, Promotor de Justiça de Minas Gerais, afirma:

A verdade é que, uma análise isenta do problema, informa a existência de estreita correlação entre álcool e criminalidade. Aquele ou é causa indireta (desqualificação social do alcoólatra, deserção do trabalho, depauperamento físico e moral, indiferença afetiva) ou direta da criminalidade (pela influência do alcoolismo sobre a conduta do sujeito), como estão a demonstrar os crimes cometidos em estado de intoxicação aguda, pela desinibição dos freios e controle das pulsões agressivas, favorecendo crimes violentos, contra o patrimônio (dano, incêndio), lesões corporais (mormente agressões em família), maus tratos contra crianças, crimes sexuais, injúrias, desacato e particularmente, os crimes de trânsito, que serão abaixo mais detidamente analisados (VIDAL, 2006, p. 2).

Portanto, é bastante plausível que boa parte das ocorrências se deem em consequência do abuso no consumo de álcool, o que leva a outro elemento, a falta de atividades de esporte, lazer e cultura como alternativa ao uso de tais substâncias.

Retornando às relações sociais, como explicar o aumento no número de pessoas no bairro e o respectivo incremento nas ocorrências; a resposta é preocupante, leva a crer que os cidadãos quando voltam pra casa tornam-se reféns dos meliantes, sendo forçados a correr para seus lares e lá se refugiarem até o momento de voltar ao trabalho. Em verdade, passam os fins de semana dentro das residências, torcendo para que as grades que cercam seus imóveis sejam

suficientes para evitar a entrada de criminosos. O que se comprova pelas vedações metálicas frontais em quase todas as casas, num fenômeno que inverte a lógica natural, fazendo com que cidadãos de bem se tranquem nos seus domicílios e bandidos circulem livremente pelas ruas.

O tema das relações interpessoais é estranho no Paranoá, Holanda (2002) ao realizar uma avaliação do bairro por meio das técnicas de sintaxe espacial em seu livro Brasília: o espaço de exceção, constatou que lá se verificam os maiores índices de urbanidade, de pessoas nas ruas e de copresença, contudo, mesmo à época da pesquisa, ano de 1997³⁹, os moradores já se queixavam de ser a violência o maior problema local.

Talvez Milton Santos dê valiosa contribuição no entendimento do fenômeno da violência, de tal forma que possa ser reconhecido neste estudo de caso. Santos (2011) afirma que a globalização como se apresenta na atualidade faz com que o *ter* seja mais importante que o *ser*, por consequência, o objetivo de todos deve ser consumir tudo quanto puder não importando os meios empregados para alcançar tais objetivos, neste mote a ética e a moral são relegados a segundo plano. O instrumento utilizado pelo capital internacional é a propaganda, capaz inclusive que criar o consumidor antes do produto, incutindo nas pessoas a necessidade incondicional de comprar tal e qual produto imediatamente. O maior exemplo de demanda construída nos últimos anos foi o celular, meio de comunicação sem o qual a humanidade viveu milênios, mas que hoje sequer as crianças admitem prescindir de possuí-los.

Ora, se o mundo contemporâneo valora as pessoas pelo que possuem, torna-se evidente que aquelas com reduzidas posses e pouca ou nenhuma capacidade para consumir são vistas como cidadãos de segunda categoria, condição incômoda e muitas das vezes revoltante, sobretudo para jovens e adolescentes. Como reação e diante da falta de perspectivas de um futuro melhor, o caminho mais curto para o dinheiro e com isso o consumo é o crime, sobretudo roubos e tráfico de entorpecentes. Existe ainda a rota de fuga via drogas, produto que momentaneamente produz sensações de euforia e poder, para em seguida deprimir o usuário; novamente os poucos recursos empurram os mais necessitados a caminhos mais tortuosos, neste sentido, a droga mais barata e disponível é o crack, sabidamente de poder destrutivo avassalador.

³⁹ Ano de defesa da Tese de Doutorado.

Os comentários foram elaborados para vislumbrar causas e raciocinar onde entraria o urbanismo nesta nova ordem mundial. De fato, não é escopo nem área atuação do urbanista as grandes questões da economia globalizada e seus reflexos perversos sobre a população carente, portanto, o que se pretende é desenvolver proposições de desenho urbano que auxiliem a melhoria das condições de segurança pública do Paranoá via incremento na condição de segurança e vigilância pública, quer seja pelas autoridades policiais, quer seja pela própria comunidade, não obstante, pode ainda o desenho urbano auxiliar no induzimento do desenvolvimento econômico de modo a propiciar melhoria na qualidade de vida e assistência aos moradores.

Para tal, é crível que a arquitetura possa prover condições de melhor educação, com escolas preparadas para estudo em tempo integral. Creches podem ser projetadas para atendimento mais humano e atendimento completo às crianças. Áreas de lazer e parques adequadamente equipados para propiciar atividades supervisionadas podem ser alternativas ao crime e às drogas. Educação profissionalizante facilita a contratação no primeiro emprego. Áreas de desenvolvimento econômico aliadas às incubadoras de empresas são capazes de gerar desenvolvimento e renda na região de forma duradoura. Melhoria na iluminação pública. Melhor distribuição dos órgãos de segurança, com locação mais visível pode dar mais sensação de segurança. A baixa incidência de ocorrências próximo aos PSCs deve ser mais bem estudada, porém, parece uma alternativa interessante a instalação de novas unidades pelo bairro. Por fim, deveria haver uma área de expansão de moradias ao menos para contemplar o crescimento vegetativo e diminuir a precarização das residências, com adensamento e autoconstrução sem controle, levando à criação de verdadeiros cortiços, locais propícios a conflitos entre moradores, decorrente da proximidade entre imóveis e a falta de privacidade.

Acima foram apontadas algumas alternativas para melhorar a qualidade de vida e condição socioeconômica dos moradores. Promover concursos de arquitetura para todas as intervenções seria uma excelente opção para se ter diferentes alternativas tornando o bairro mais interessante e menos repetitivo, ademais, poderia constar dos editais a participação da população atingida como forma de criar laços de pertencimento e identidade cidadãs.

No próximo capítulo serão detalhadas as proposições e diretrizes de intervenções que julgadas interessantes e viáveis para o Paranoá, sempre ressaltando a natureza multimodal das ações governamentais e a característica de processo contínuo, espécie de pós venda do mercado privado, em que ao longo do tempo o fornecedor de produto ou serviço afere a satisfação do cliente em relação ao produto. Neste caso, a população local deve sentir-se segura destarte a redução dos índices de criminalidade, tal sentimento somente será possível

com a transformação do tecido urbano em um local acolhedor e apropriado pelas pessoas de bem.

2.10 Considerações

A análise minuciosa do Paranoá demonstra de forma inequívoca que os aspectos de segurança não foram levados em conta quando do projeto e implantação do bairro, haja vista o traçado sinuoso, ruas estreitas e com calçadas de larguras diminutas, denotam que não foi pensada a circulação de viaturas policiais, controle estatal, nem a permanência dos moradores, vigilância natural, ou seja, no desenho urbano de fins do século XX a segurança pública não existia no horizonte dos urbanistas brasilienses, pois a tipologia empregada no Paranoá também foi replicada nos novos bairros fundados na mesma época, sendo a Samambaia fundada em 1989, Riacho Fundo I em 1990, Recanto das Emas, Santa Maria e São Sebastião em 1993.

Ao usar a palavra replicada, a referência recai sobre o traçado sinuoso, sendo a Samambaia o menos ortogonal, aos lotes de pequenas dimensões ao redor de 120,00m² e às ruas estreitas e às calçadas quase inexistentes, entre 0,50m e 1,00m no interior das quadras.

Aqui cabe uma indagação, se desde os primórdios da cidade a segurança foi pensada e planejada de diferentes formas, por que no limiar do século XXI ela deixou de ser considerada importante no desenho urbano do DF.

Em primeiro lugar é possível identificar a influência do urbanismo racionalista, oriundo da Europa, sobretudo a França, onde a técnica sobrepujava o lado humano, portanto, o desenho, nas palavras de Kohlsdorf (1985, p. 51), “traçado rigoroso da trama urbana que enfatizava a ordem, a harmonia e a simetria e propunha romper com a invariabilidade do traçado em xadrez”; portanto, a escola racionalista parece ter determinado os traçados dos assentamentos urbanos periféricos do Distrito Federal e com isso relegado a segundo plano uma visão crítica e humanista do urbanismo, no caso do Paranoá, a busca por assentar o maior número de famílias possível levou a lotes diminutos onde a aglomeração muitas das vezes leva a conflitos, a passeios muito estreitos incapazes de prover ambientes de lazer e permanência dos moradores, a ausência de polos de desenvolvimento econômico podem indiretamente ter contribuído para a insegurança do bairro.

Em seguida buscou-se resposta nos índices de violência de fins dos anos 1980 e 2010, porém, não foi encontrada diferença significativa, ⁴⁰ taxa de homicídio para grupo de 100.000 de 23,8 em 1989 e de 32,2 em 2010, aumento de 35,29% em 21 anos, mesmo assim não era baixo nem estava na faixa preconizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), abaixo de 10. Ou seja, a violência não era item insignificante ao ponto de não relegada.

Outra possibilidade pode ser a questão da sensação de insegurança, percebida de modos diferentes de acordo com o local, e aliada ao maior aparato policial no Plano Piloto fazia daquele bairro um local tranquilo. Desta feita, sendo o Brasília o local onde residiam e trabalhavam arquitetos e urbanistas, a problemática da violência não despertava preocupação aos planejadores.

Pode-se ainda cogitar a diferença da mídia daquela época para a atual, na medida em que nos anos 1980 o Brasil saiu de uma ditadura onde imperava a censura finda em 1985, portanto, em 1989 o país engatinhava na redemocratização e também a imprensa se adaptava aos novos tempos, não se pode esquecer também que a internet não existia de modo que a notícia não estava disponível como hoje, porquanto é possível afirmar que as manchetes de jornais não eram floreadas de crimes como em fins dos anos 2000.

Por fim, a falta de pesquisa nos órgãos de segurança no sentido de entender cientificamente os fenômenos urbanos relacionados à violência, fez com que a comunidade acadêmica não fosse demandada a dar suporte às atividades de combate à criminalidade, o que por outro lado não conduziu ao desenvolvimento de um urbanismo que levasse em consideração, em outras palavras, ao não ser chamado a contribuir, arquitetos e urbanistas dispensaram pouco tempo ao problema, trabalhando de forma pouco significativa no sentido de desenvolver projetos e metodologia de ensino e pesquisa no âmbito das cidades seguras.

⁴⁰ Mapa da Violência.

3 PROPOSIÇÕES E DIRETRIZES

3.1 Proposições

Até aqui a atenção se deu sobre conceitos atinentes ao tema da violência e segurança, a história do desenho urbano ocidental pela ótica da segurança e em exemplos de intervenções urbanas nas Américas.

Os diversos elementos avaliados servirão de base para formar juízo de convicção das peculiaridades do Brasil, do Distrito Federal (DF) e especificamente do Paranoá, no tocante ao tema da violência.

Desta feita, as proposições serão capitaneadas por uma visão que busque um desenho urbano seguro e incluyente, engajado em preocupações sociais sem deixar de atinar para a facilitação do trabalho da polícia.

3.1.1 Área educacional

Adequação das escolas no atendimento dos alunos em horário integral, de sorte que os estudantes tenham acesso a atividades de lazer, reforço escolar, atendimento médico e odontológico durante o período em que permanecerem nas escolas. Também deverão as escolas receber a comunidade nos fins de semana para atividades esportivas, de lazer e cultura, criando assim vínculo com a população numa parceria de conservação e zelo pelo bem público.

Do ponto de vista espacial e arquitetônico, deveria haver restrição de trânsito em frente às escolas, demolição de muros com a colocação de cercas de modo a permitir a comunicação visual entre escola e comunidade, em verdade, o objetivo fim deve ser uma escola sem muros.

3.1.2 Área de apoio às mães

Criação de creches públicas com raio de alcance máximo de 300m⁴¹, de modo que as mães possam deixar seus filhos perto de casa. Além da localização, o horário de atendimento é crucial, pois a maioria das mulheres trabalha fora do Paranoá, portanto, necessitam sair

⁴¹ IPDF1993/94 e Secretaria de Educação do GDF apud Gouvêa .

muito cedo de casa, o que demanda por abertura das creches cedo, por volta das 06h00min da manhã, o que pode viabilizar outra decisão administrativa, qual seja, privilegiar a contratação de funcionários residentes no bairro.

3.1.3 Geração de emprego e renda

É notório que a profissão de empregada doméstica está se acabando, quer seja pela indisponibilidade de mulheres de viverem em residências alheias, quer seja pelo incremento nos salários e com isso o incremento no custo de se contratar tal profissional pela classe média, maioria dos contratadores no DF. Ocorre que este fenômeno é salutar, indica uma transformação nas relações de trabalho e possibilidades das mulheres com pouca instrução auferir melhores salários, isto tem ocorrido com a função de faxineira diarista, onde com atividade semelhante à de doméstica, a mulher consegue uma renda expressivamente maior.

Nesse novo nicho de mercado, o Estado poderá estimular e financiar com linhas especiais de financiamento cooperativas de faxineiras, para que elas possam se deslocar em vans pelas imediações, Lagos Sul e Norte e em grupos realizar a limpeza de várias casas por casas por dia, otimizando assim o tempo e aumentando a renda. Para tal, deverão ser previsto terrenos destinados à construção das sedes das cooperativas. Alternativa de transporte seria a construção de ciclovias, para viabilizar deslocamentos a baixo custo e ambientalmente sustentáveis e saudáveis.

Caso semelhante se dá atualmente na construção civil, onde as construtoras tornaram-se gerenciadoras de serviços e materiais, e no caso dos serviços, contratam empreiteiros de serviços específicos como fundação, alvenaria, instalações elétricas, instalações hidráulicas, assentamento de revestimentos, pintura, limpeza de obras dentre outras. Ora então seria plenamente viável a criação de cooperativas nos mesmos moldes daquelas sugeridas para faxineiras.

Uma vez decida a criação das cooperativas de trabalhadores, outra demanda seria criada, vale dizer, o treinamento dos profissionais, que poderia ser suprido pelas escolas profissionalizantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAC), instituições altamente capacitadas e antenadas com o mercado de trabalho.

Outra possibilidade seria a criação de um pólo de micro e pequenas indústrias de mão de obra intensiva, por exemplo: marcenaria, serralheria, mecânica, etc. a proximidade das unidades do SENAI e SENAC facilitaria a qualificação profissional necessária.

Também nos parece interessante a destinação de grandes lotes para estabelecimentos varejistas, tais como: *shoppings centers* e hipermercados, capazes de movimentar a economia local e regional, além de empregar significativo contingente de pessoas, recaindo nos moradores da vizinhança a preferência como forma de economizar com custo de transporte de funcionários.

3.1.4 Áreas de lazer

Implantar equipamentos de recreação no parque vivencial. Foi verificado *in loco*, na data de 31/03/2012, que o parque possui apenas um parque infantil e pistas de caminhada. Foi observado ainda que a grama e o mato estavam altos, demandando uma capina. A sugestão então é que sejam construídas churrasqueiras para estimular a permanência de famílias no local. Mais sanitários públicos também seriam necessários tanto para pessoas que estiverem se exercitando quanto para os participantes de churrascos e confraternizações.

Ainda em relação ao parque vivencial, poderia ser criada uma linha de ônibus circular que tivesse ponto final no interior do parque, de modo que facilitasse o deslocamento dos moradores até lá, poderia inclusive ter passagens com valor reduzido aos fins de semana.

Criar um parque ecológico na reserva de pinheiros a leste do bairro, onde sabidamente refugiam-se fugitivos após cometerem crimes. O local possui ainda condições ideais para a implantação de uma unidade de polícia montada, pois não incomodaria a vizinha com barulho e odores característicos de animais e ao mesmo tempo refutaria a presença dos infratores.

Construção de uma vila olímpica que atenda ao Paranoá e Itapõa simultaneamente, e com isso proporcione integração entre os moradores dos dois bairros vizinhos, além de prover atividades saudáveis a jovens porventura desocupados.

Revitalizar todas as quadras e praças do Paranoá. Neste ínterim as intervenções devem ser planejadas caso a caso, pois cada vizinhança imediata tem suas necessidades peculiares, podendo variar de quadras poliesportivas, jardins infantis, instalações dos pontos de encontro comunitários (PECs) dotados de aparelhos de musculação e exercícios físicos leves adequados para idosos e até ambientes para terceira idade ou simplesmente área de descanso e contemplação. Quando possível, os espaços devem contemplar todos os públicos ao mesmo tempo para criar laços de solidariedade entre pessoas de diferentes idades.

3.1.5 Participação comunitária

Conforme visto na parte conceitual, a participação comunitária implica a cooptação da população no auxílio ao combate da violência e manutenção dos equipamentos urbanos. Aqui se configura uma alternativa de difícil consecução, mas de vital importância no processo de incremento da segurança, pois sem a participação dos moradores, todo esforço será em vão. Sendo assim, a criatividade na elaboração de diretrizes é fundamental, todavia, até mesmo na fase de elaboração das propostas, é mister a convocação da comunidade para sugerir e opinar no que deve ser feito. Portanto, as discussões com as associações de moradores deverão ser constantes e objetivas, porém, há que se ter cuidado para que o planejador não seja dominado pelos líderes locais e opte pelo modelo por eles indicado em detrimento da lógica projetual e o arcabouço técnico que traz consigo.

Elemento importante ainda é atribuir responsabilidades e obrigações aos moradores, principalmente quanto à manutenção dos equipamentos públicos. Neste ínterim, já existe o conselho comunitário de segurança que pode normatizar tais funções.

Outra contribuição que somente a população pode dar são as denúncias anônimas, pois quem reside no local conhece os meliantes e sabe como eles atuam, contudo, só existe delação quando a comunidade se sente segura e acredita que a Polícia é parceira no combate ao crime.

3.1.6 Intervenções no tecido urbano

Construção de um anel viário em torno da cidade por meio da duplicação das vias marginais a leste na faixa de domínio da DF 001 e a oeste na fronteira com a mata de pinheiros, além de uma via a norte às margens da BR 015. A sul já existe a avenida alta tensão duplicada. A iniciativa tem por objetivo facilitar o deslocamento de viaturas em caso de urgência sem a necessidade de passar pela Avenida Paranoá, sempre congestionada.

Em todo o perímetro do referido anel viário deverão ser previstas calçadas largas, baias para pontos de ônibus, estacionamentos, ciclovias e bicicletários. Poderão ser reservados espaços para a instalação de quiosques ao longo da via para venda de pequenas refeições aos pedestres e ciclistas, comércio de baixo custo de instalação e gerador de emprego e renda.

Em verdade, a instalação de bicicletários é de suma importância quando se pretende incentivar o uso da bicicleta, pois sem local adequado e seguro para o estacionamento do veículo as pessoas não tem como optar por esta modalidade de transporte, desta feita, em todos os órgãos e espaços públicos deve haver bicicletário, até mesmo no terminal de ônibus,

além de praças e parques, quanto ao comércio, o Estado pode conceder incentivos fiscais aos empresários que adotarem a prática da construção e manutenção dos referidos estacionamentos.

Implantação de um parque longitudinal a leste da cidade na faixa de domínio da DF001, para servir a todas as quadras lindeiras a esta via. O novo parque seria de muita valia, na medida em que pais com crianças pequenas, até 07 anos de idade, não podem se deslocar a grandes distâncias caminhando, desta feita o que acesso seria facilitado se os equipamentos infantis estivessem próximos. Neste caso, a faixa de domínio tem em média 70m de largura até a via perimetral do bairro, para o parque linear bastariam 30m de largura, o que não comprometeria futuras expansões da pista, haja vista que restariam 40m além de outra faixa disponível do lado oposto da rodovia.

Existe a previsão de um parque longitudinal a oeste no projeto da expansão do Paranoá em anexo, portanto, os mesmos argumentos citados no parágrafo anterior seriam válidos para este parque linear.



Figura 56 – Esquema sugerido para o anel viário e parques lineares. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

Em ambos os parques seria viável o estímulo a hortas comunitárias mantidas pelos moradores, na busca de identificação da comunidade com o bem público, sentimento de pertencimento e fortalecimento dos laços de amizade entre vizinhos. A Organização das Nações Unidas (ONU) inclusive possui um programa para incentivar a agricultura urbana e periurbana principalmente para países pobres ou em desenvolvimento, contudo países como Nova Zelândia também possui tal modalidade agrícola, e na América do Sul, a Argentina idem. Abaixo fotos de recuperação de áreas degradadas em Rosário, Argentina (OSVALDO 2007).



Figura 57 – Recuperação de áreas degradadas. Rosário, Argentina.

Fonte: IPES.

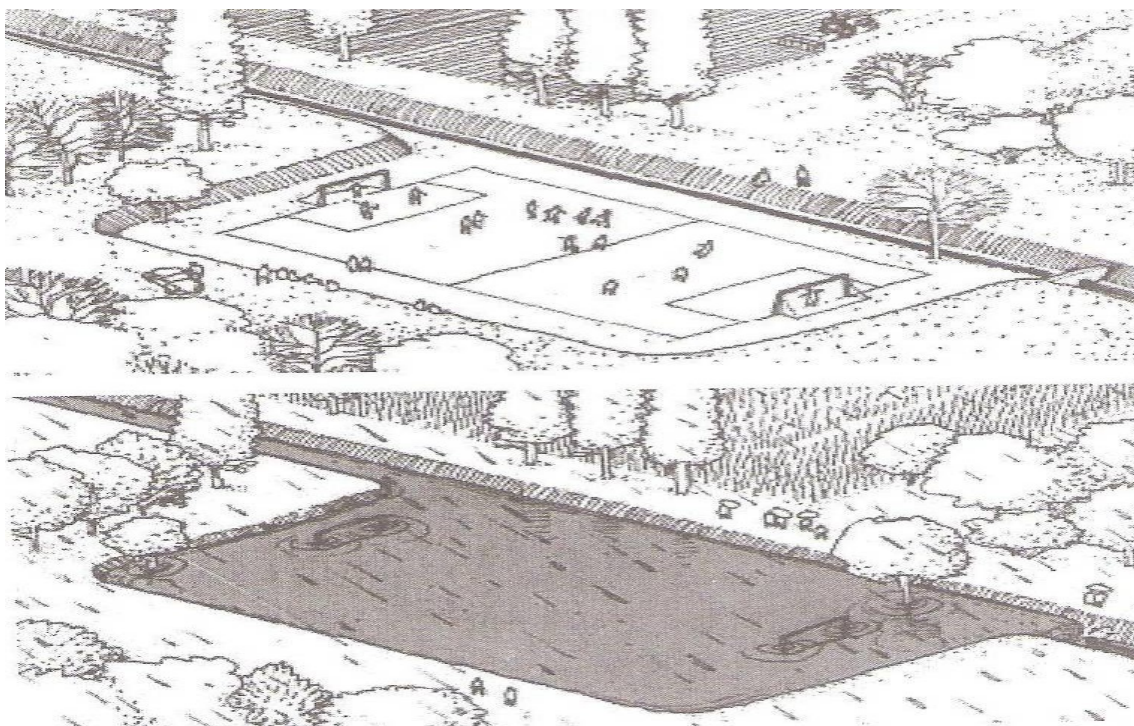


Figura 58 – Bacias de amortecimento de águas pluviais.

Fonte: Mascaró (1986 apud MASCARÓ, 2005, p. 98).

Também ao longo do parque as quadras poliesportivas poderiam ser de areia ou grama, com cota rebaixada a fim de funcionar como bacias de amortecimento das águas pluviais, conforme preconiza Mascaró (2005).

Outro item relevante seria a realocação dos órgãos de segurança, valendo-se da oportunidade surgida com a expansão do bairro. A proposição seria o deslocamento da delegacia para o local onde hoje se encontra o terminal de ônibus, dando visibilidade a um órgão de prestação de vários serviços à comunidade e que fica escondido pelo terminal, ademais, a quadra em frente apresenta os mais altos índices de furtos e roubos, portanto, a maior visibilidade da Polícia Civil poderia contribuir na redução dos delitos.

Com esta mudança, o terminal seria deslocado para os terrenos onde hoje se situam Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Corpo de Bombeiros, de modo a ampliar a área do terminal além de situá-lo no novo anel viário e entre a parte antiga e a ampliação.

Os Bombeiros ficariam a oeste da avenida central na parte da ampliação, favorecendo o atendimento em qualquer parte tanto da porção existente quanto da expansão, garantindo presteza na medida em que seria centralizado. Cabe salientar que o terreno destinado ao corpo de Bombeiros também seria na área do parque longitudinal oeste, permitindo posição de destaque no contexto urbano.

Quanto à PMDF, a localização ideal seria dentro do parque linear a leste, na faixa de domínio da DF 001, próximo à avenida central. Tal escolha se deve ao fato de as quadras pares próximas desta localização figuram com maior número de homicídios e tentativas de homicídios, além de ser mais centralizado e com maior visibilidade.

A posição da Polícia Militar seria diferenciada na medida em que atua na prevenção do crime, vale dizer, busca com sua presença ostensiva evitar que a Lei seja descumprida e atos violentos sejam perpetrados, desta feita, quanto mais próximo dos locais violentos, menos crimes ocorrerão.

Quanto à porção sul da cidade, na praça onde se situa a administração regional já existe um posto policial Militar, e próximo ao hospital regional do Paranoá está alocado o Departamento de Trânsito (DETRAN), órgão que integra o sistema de segurança do Distrito Federal. Portanto, a nova distribuição atende a todos os quadrantes do bairro o que facilitaria a ação integrada dos diversos entes públicos responsáveis pela segurança da população. Outro fator relevante é a localização no anel viário ou próximo, caso do DETRAN, capaz de permitir o deslocamento mais rápido do que se fosse feito pelo percurso na área central, Avenida Paranoá ou central, sempre congestionadas, ou pelo interior das quadras cujos traçados já foram descritos como sinuosos e com ruas de larguras reduzidas.

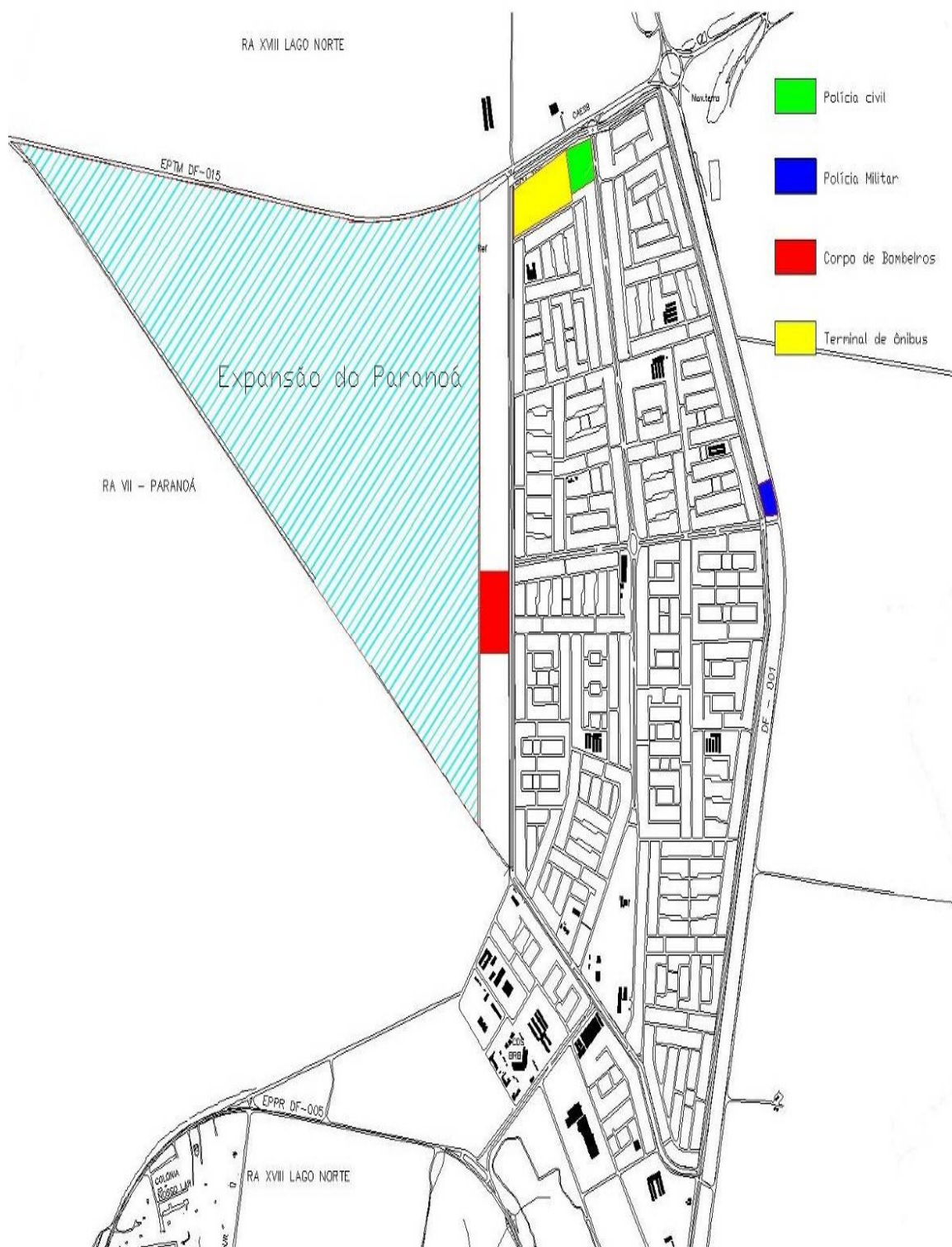


Figura 59 – Esquema da configuração proposta.

Fonte: Do autor.

Prover a cidade de sistema paisagístico típico do cerrado, privilegiando espécies de copas mais altas, de folhagem perene e sistema de raiz que não seja excessivamente prolongado para evitar danos às casas e ruas, pela complexidade da proposta deve ser objeto de pesquisa específica, capaz de compatibilizar vegetação, iluminação e sistema de vigilância eletrônica.

Enquanto tal pesquisa não é feita, deve ao menos ser modificado o sistema de iluminação pública, haja vista que o levantamento fotográfico noturno evidenciou o baixo desempenho das luminárias com a maioria das ruas escuras.

A seguir, tem-se a figura 60, que apresenta claramente a deficiência do sistema de iluminação pública.



Figura 60 – Foto noturna. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

Intervenção nas ruas de trânsito local de modo a aumentar a faixa útil destinada a pedestres e lazer, restringido a faixa de veículos para apenas uma, capaz de comportar um veículo de emergência. A seguir, tem-se as ilustrações do esquema atual e do proposto.

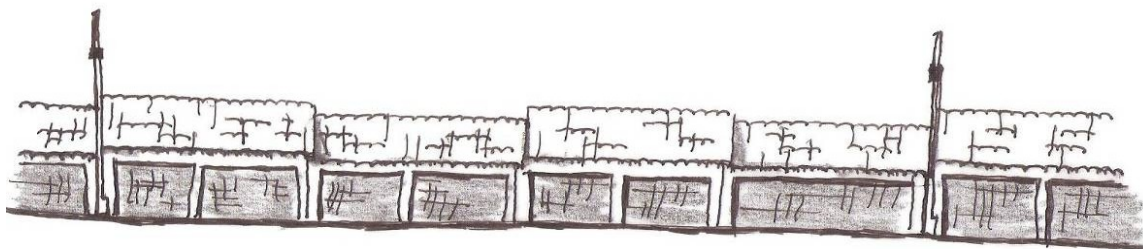


Figura 61 – Proposta para via de trânsito local. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

Na condição atual mal sobra local para os transeuntes caminharem nas calçadas, o que denota a preterição do pedestre pelo automóvel.

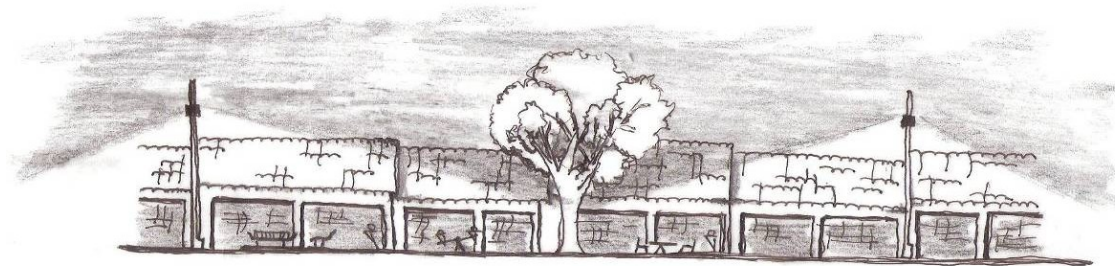


Figura 62 – Proposta para via de trânsito local. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

A proposta visa dar preferência ao pedestre e ao lazer em lugar de privilegiar o carro, permitindo apenas o trânsito de veículos dos moradores da rua. A escolha das árvores deve recair para espécies de copa alta, de sorte que não obstrua a iluminação dos postes. Nesta proposta o piso de toda rua é nivelado, revestido com piso cimentado estampado sendo a faixa destinada aos automóveis diferenciada apenas pela cor, a coleta de águas pluviais seriam centralizada e o pavimento elevado nas extremidades da rua indicando redução de velocidade no trecho.

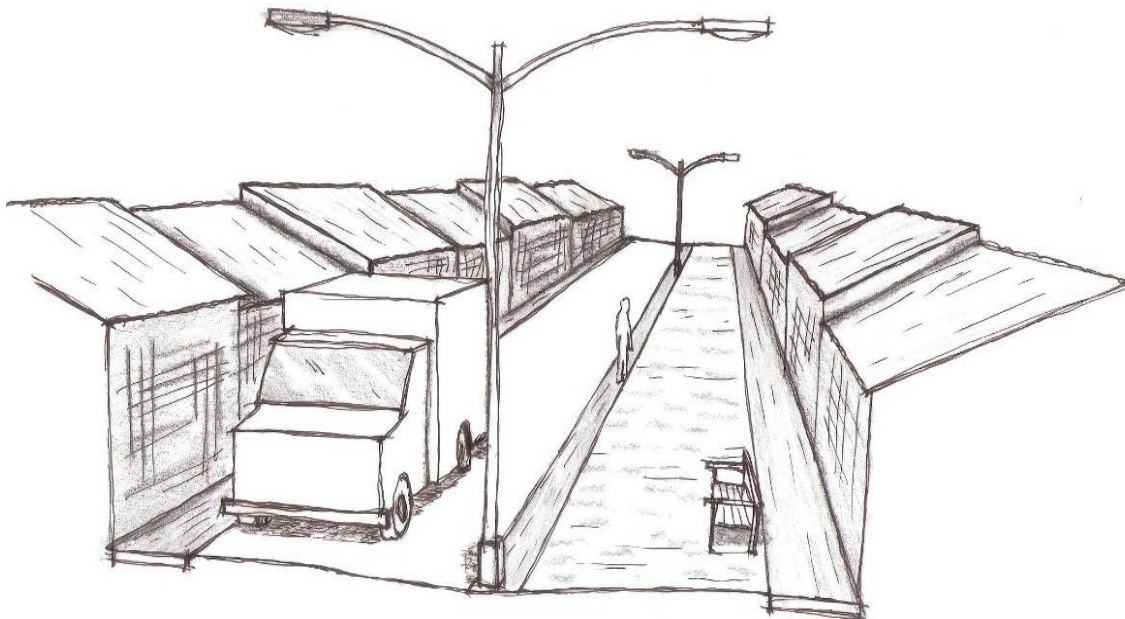


Figura 63 – Proposta para via de trânsito local. Paranoá, Distrito Federal, Brasil.

Fonte: Do autor.

A adoção de piso permeável também indicada para diminuir o escoamento das águas pluviais, minorar o custo com o sistema de captação destas águas e ajudar na recomposição do lençol freático. O custo inicial da pavimentação permeável situa-se entre 20 e 30% acima do piso convencional, Mascaró (2010).

3.1.7 Sistema de monitoramento pela polícia via câmeras de segurança

Várias cidades do mundo já utilizam o monitoramento das ruas para controle e intervenções nas áreas de trânsito e segurança. Graças ao avanço da tecnologia e a barateamento dos equipamentos de vídeo e informática, já é possível instalar câmeras em todas as ruas de uma cidade. O sistema é ferramenta importante de acompanhamento em tempo real do que acontece nas ruas, auxiliando assim a tomada de decisões pelos agentes de segurança e também de socorro, na medida em que são vistos os acidentes no momento em que ocorrem, sem perda de tempo. O sistema permite ainda a tomada de decisão quanto a deslocamento das viaturas policiais onde a situação apresenta-se crítica, por exemplo, troca de tiros ou lutas corporais entre gangues.

Ocorre que para que o sistema de monitoramento funcione a contento, o tecido urbano deve estar livre de obstáculos visuais, tais como árvores de copas baixas ou no rumo do fecho de luz da iluminação pública, portanto, um desenho urbano adequado aliado a uma política de limpeza e manutenção urbanas adequadas é fundamental para o sucesso do sistema proposto. Novamente vê-se a necessidade de investigação científica para compatibilizar a vegetação tão importante no clima do planalto central com as novas tecnologias de vigilância eletrônica e iluminação pública.

A seguir, tem-se dois desenhos com árvores típicas do cerrado.

O primeiro exemplo apresenta vegetação não recomendada para plantio nas ruas do DF, uma vez que suas copas baixas servem de esconderijos para delinquentes à espera de transeuntes, além de dificultar o controle visual.

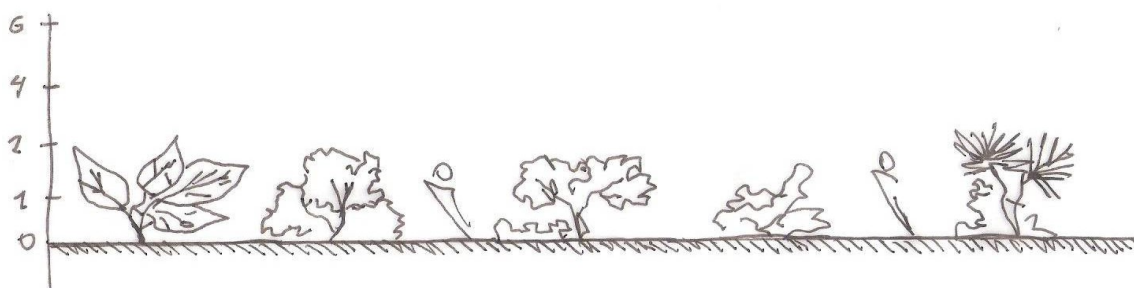


Figura 64 – Sistema de vegetação inadequado.

Fonte: Do autor.

O segundo exemplo aponta árvores com copas altas adequadas para proporcionar sombreamento nas ruas, favorecendo o caminhar e a permanência de moradores nas vias públicas, e que ainda podem abrigar câmeras de monitoramento em complemento ao sistema tradicional, em que normalmente os equipamentos são instalados nos postes de iluminação e prédios, portanto, a vegetação pode e deve ser usada como aliada no desenho urbano e nunca vista como fator impeditivo ou dificultador da segurança urbana.

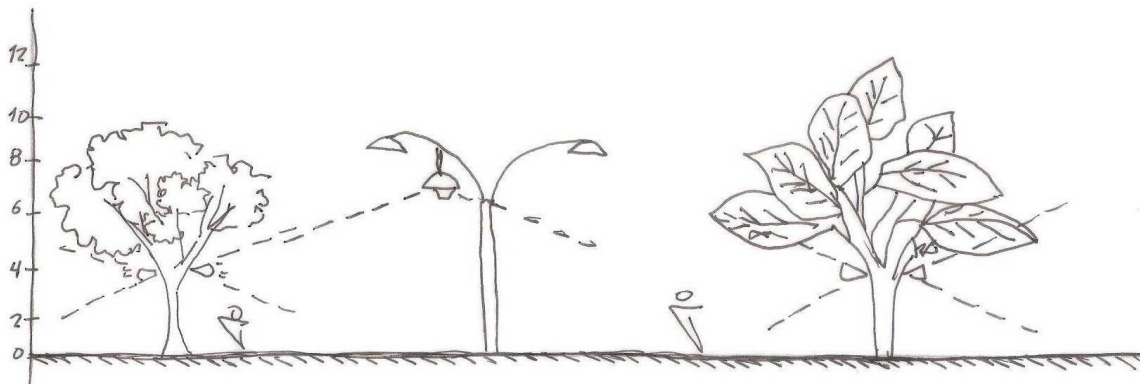


Figura 65 – Sistema de vegetação adequado, com o uso de câmeras.

Fonte: Do autor.

3.1.8 Legislação urbana

Propor ao poder público a elaboração de normas de uso e gabarito com proibição de muros fechados, que impedem a vigilância da rua pelos moradores e das casas pelos transeuntes. A transparência é fundamental para perfeita identificação quando algo anormal ocorrer no interior das residências e também nas ruas, deste modo o trabalho da polícia é facilitado enquanto estiver realizando rondas de rotina, ademais, a população vendo mais o que ocorre nas ruas e no interior dos lotes pode auxiliar a polícia denunciando acontecimentos suspeitos ou identificando transgressores. O lado oposto da transparência, ou seja, o fechamento total ao exterior, serve mais ao infrator quando invade uma residência do que ao morador que fica refém do meliante e impossibilitado de ter seu pedido de socorro visto por pessoas que poderiam ajudá-lo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa foi possível identificar que a temática da violência possui diversas nuances e, portanto, exige o engajamento de várias áreas do conhecimento e de diversos profissionais especializados. Contudo, desde o início, o foco se ateu ao desenho urbano, lançando mão de conceitos e ideias de outras ciências quando se faziam imprescindíveis.

Em primeiro lugar a conceituação dos principais termos relativos à pesquisa levou a duas definições basilares em nosso trabalho, quais sejam, a segurança vista como o não preocupar-se consigo próprio e outro conceito derivado deste, o controle que designa a fiscalização ou governo, portanto, o controle seria uma delegação das pessoas ao Estado para que ele assuma a responsabilidade pela segurança de seus cidadãos e o faça por meio do monopólio do uso da força, por outro lado os residentes abrem mão de parte da sua privacidade mas também tem o direito de cobrar eficiência, transparência e respeito aos direitos humanos por parte do Estado.

Deste modo, para garantir a segurança, o Estado exerce controle sobre pessoas e locais, sendo que a fiscalização de ambos, quando relacionados com segurança, é exercida pela polícia, entretanto, para o controle de pessoas, o instrumental é definido pela legislação, já a facilidade para uma fiscalização adequada de ambientes públicos é determinado pelo urbanista, daí a pertinência da dissertação para o desenho urbano.

Ocorre que a delimitação citada deixa de lado o terceiro ator no processo, sem o qual as medidas mitigadoras, por melhor que sejam, não são capazes de melhorar a situação. O ator em questão é a comunidade, que apesar de delegar ao Estado o monopólio do uso da força, não pode deixar de atuar em conjunto com os agentes públicos relacionados à temática da violência. Conforme dito no relatório de viagem anexo, a respeito das intervenções no bairro de Asylum Hill nos Estados Unidos da América (EUA), a falta do engajamento da população parece ter sido o motivo de fracasso do projeto implantando nos anos 1970.

Conforme discriminado, buscou-se identificar ao longo do tempo nas tipologias estudadas, os elementos que privilegiaram o controle de pessoas, quando os inimigos eram os invasores refreados por muralhas e observados pelas torres de observação.

Com o passar do tempo, a ameaça passou a ser intramuros, o que levou a reformas dentro do tecido urbano, onde o alargamento de ruas e a correção de traçados buscaram facilidade no deslocamento das forças policiais ao mesmo tempo em que dificultava o ataque de manifestantes e o esconderijo de delinquentes. O exemplo mais emblemático é Paris.

Aqui cabe um pequeno adendo, porque nas pequenas cidades medievais europeias o clima é tranquilo e as correções de traçado não se fizeram necessárias? Para responder a assertiva deve-se recorrer ao conceito de comunidade de Balmann (2003), local onde todos se conhecem e os estranhos são facilmente reconhecidos e assim sentem-se desconfortáveis, evidenciando que o alienígena não pertence àquele grupo. Portanto, a área física e a população diminutas destas cidades fez com que ao longo do tempo todos continuassem a se conhecer, e com isso fosse difícil a consecução de crimes. Em ocorrendo delitos, logo seria identificado o autor, ou seja, mais uma vez a figura do controle aparece, se não facilitado pelo traçado, se faz pelas dimensões do município e laços de amizade entre seus membros.

Como exemplo de teses que tentam explicar o que leva uma pessoa a delinquir existem diversas teorias, entretanto, ao optar por limitar a abrangência do estudo, foram priorizados os crimes motivados pela decisão racional, por ser esta a que mais se relaciona com o ambiente construído, na medida em que as características facilitadoras do local, tais como luminosidade, visibilidade, pouca presença de pessoas e facilidade de rotas de fuga, aliadas a uma vítima vulnerável determinam para o potencial criminoso se cometerá o delito ou não.

A escolha da modalidade acima, focada no desenho urbano como componente facilitador ao cometimento de crimes, também possibilita a melhoria da segurança e a sensação de tranquilidade no local ao serem feitas medidas capazes de corrigir estes mesmos elementos facilitadores ao cometimento de delitos, todavia, quando das proposições, as questões socioeconômicas foram amplamente consideradas e contempladas com sugestões projetuais.

Retornando à teoria da decisão racional, surge a crítica do risco do deslocamento, ou seja, os crimes dificultados num ambiente intervindo migram para outra cidade ou bairro, fato que pode ter ocorrido no estado do Rio de Janeiro em 2012, com a repressão forte em curso na capital fluminense e os criminosos fugindo para Niterói. Aqui devem ser guardadas as devidas proporções, primeiro o crime organizado no Rio de Janeiro é mais forte e realmente organizado, o que não ocorre no DF e mais especificamente no Paranoá. Uma das informações que subsidiam tal assertiva são as principais ocorrências criminais, sendo que o crime organizado no Rio de Janeiro atua prioritariamente no tráfico de drogas, roubo a banco, carros fortes, sequestros dentre outros capazes de auferir grandes somas, já no Paranoá, os crimes mais cometidos são furtos, roubos, pequeno tráfico e homicídios cometidos em razão de dívidas deste comércio de drogas ilícitas.

Desta feita, o efeito *deslocamento*, destarte ser pouco provável no Paranoá, pode ser minorado com medidas que promovam o desenvolvimento da região por meio da geração de emprego e renda, aliada a melhores condições de educação e lazer para os jovens, todas estas intervenções demandam ações de desenho urbano. De fato, conforme fala do sociólogo Cláudio Beato (2011), não há local violento que não seja muito pobre, com elevados índices de gravidez na adolescência e de desemprego entre jovens.

Portanto, diminuída a pobreza, melhorar a qualidade da educação, o lazer e ocupação dos jovens permitindo que eles consigam emprego e melhores condições de vida seriam ferramentas eficazes para combater a violência local, bem como sua migração.

A respeito de experiências recentes, o alvo foram duas formas diversas de intervenções urbanas, em primeiro lugar a cidade de Medellin, Colômbia, cidade citada em 10 de cada 10 comentários a respeito de reformas urbanas no fim do século XX e início do século XXI, em seguida o bairro de Asylum Hill, na cidade de Hartford, estado norte americano de Connecticut, palco de intervenções implantadas nos anos 1970, influenciadas pelos estudos de espaços defensáveis, tese elaborada por Oscar Newman (1971) depois de longas pesquisas na cidade de Nova York nos anos 1960.

A escolha de dois exemplares tão díspares em termos de condições sócio-econômico-culturais foi motivada pela abordagem singular de cada uma. Em Medellin, destarte a implantação dos teleféricos, as cirurgias urbanas tiveram caráter mais social, buscando prover com equipamentos públicos de qualidade e includentes, regiões antes relegadas ao abandono.

Por outro lado, as alterações em Asylum Hill foram exclusivamente de traçado urbano, cuja premissa básica foi a territorialidade, partindo da crença de que a diferenciação entre espaços públicos, semipúblicos, passando para semiprivados e finalmente tornando-se privados não só inibiriam a ação de meliantes como também estimularia a cooperação e vigilância por parte dos residentes.

De uma profunda análise das duas abordagens, foi possível depreender que ambas apresentam conceitos e opções de intervenções, todavia, trazem consigo limitações de alcance pelo que se mostram extremamente fechados em suas diretrizes de ação, relegando a segundo plano outras visões. Vale dizer, Medellin interveio muito pouco no traçado urbano, provavelmente pelo elevado custo demandado. Por outro lado, os norte-americanos consideraram que o crime advém exclusivamente da oportunidade de cometimento do mesmo.

De fato, as iniciativas foram embasadas em teorias criminológicas distintas, na Colômbia utilizou-se a corrente sociológica, segundo a qual a criminalidade acentua-se em locais extremamente pobres e carentes de serviços públicos básicos, condição que possibilita ao crime organizado substituir o Estado. Já no caso estudado dos Estados Unidos, os planejadores valeram-se da teoria da decisão racional, ou seja, aquela em que o potencial criminoso analisa as condições do local, a vulnerabilidade da vítima e a eficiência da polícia e do sistema criminal para mensurar a probabilidade de cometer o crime e escapar ileso; caso a chance de se dar bem for menor que a de ser preso o pretense criminoso sequer tenta delinquir.

Conforme já descrito, ambas tem pontos positivos e de certa forma são complementares a nosso ver, se por um lado a questão social não pode ser relegada em países em desenvolvimento e desiguais como o Brasil, também o Estado não pode eximir de intervir no tecido urbano onde este for hipossuficiente em prover condições de permanência dos moradores em segurança e coibir a ação de infratores da lei.

Outro ponto que cabe reflexão é que da observação de experiências internacionais, vale lembrar Medellín e Hartford, respectivamente Colômbia e EUA, vislumbrou-se algo que instintivamente todo arquiteto e urbanista conhece, qual seja, projetos urbanísticos não são automóveis que podem ser replicados infinitamente em fábricas localizadas em qualquer parte do globo. Cabe salientar que não se está menosprezando o trabalho levado a cabo naqueles países, apenas é pertinente afirmar que as soluções por eles adotadas servem tão somente como referenciais e nunca como fórmulas prontas a serem empregadas, caso do complexo do Alemão no Rio de Janeiro que assiste desde o início de 2012 ao recrudescimento dos ataques às forças pacificadoras da polícia, por parte de meliantes que almejam a retomada do controle da comunidade.

Ademais, apesar do relativo sucesso de Medellín, os índices de criminalidade da cidade colombiana são altos se comparados aos brasileiros, vide gráfico do anexo 01, que mostra morte por grupo de 100.000 acima de três vezes a taxa da cidade do Rio de Janeiro.

Ainda em relação à experiência colombiana replicada no Brasil, a revista *Projeto*, de número 380, datada de outubro de 2011, traz uma reportagem onde narra a implantação de intervenções urbanas na cidade de Palhoça, na favela Frei Damião, nas imediações de Florianópolis/SC, nos moldes de Medellín. Ora, Santa Catarina talvez seja o estado brasileiro com mais diferenças culturais em relação à colonização ibérica tradicional, haja vista ter sido fortemente povoada por imigrantes da porção mais ao norte da Europa, além do mais, o Brasil conta com mais de 100.000 arquitetos e urbanistas segundo o Conselho de Arquitetura e

Urbanismo (CAU), o que deveria fazer com que o país não precisasse recorrer a consultoria em áreas que trazem em si a necessidade de se conhecer a fundo a cultura local.

Retornando à sequência do trabalho, o estudo de caso foi o Paranoá, bairro do Distrito Federal com altas taxas de desemprego, violência e baixos indicadores sociais. Avaliado de perto, sob a ótica dos elementos facilitadores ou dificultadores da ocorrência de delitos, foi verificado que o traçado urbano dificulta o trabalho da polícia, o sistema de iluminação no interior das quadras é deficiente e as calhas de ruas e calçadas não estimulam a permanência de moradores.

Quanto às condições de emprego e renda, trata-se de um bairro dormitório, com poucas oportunidades de emprego e renda, onde a atividade econômica é restrita ao comércio e microempresas de serviços.

A violência nas escolas é um fato preocupante e que deve ser estudado, o último relatório de análise de violência a disponível demonstra que as quadras mais violentas possuem escolas, Newman (1971) já aborda o tema em seu livro *Defensible Space*, contudo não aponta causas prováveis ou soluções para o problema, em verdade, trata-se de um ponto importante mas que carece de mais aprofundamento e demanda um trabalho de pesquisa exclusivo.

Outro aspecto que ficou claro durante a pesquisa foi a falta de interação entre os entes públicos locais, por exemplo, a empresa responsável pela iluminação pública, Companhia Energética de Brasília (CEB), não dialoga com a empresa de arborização, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). A secretaria responsável por novos empreendimentos urbanísticos, Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB), não consulta a Secretaria de Segurança Pública sobre forma urbana mais adequada ou sequer quanto ao melhor local para instalação das unidades policiais.

Da observação direta a partir de várias visitas ao bairro do Paranoá, tanto durante o dia quanto à noite e em dias úteis e fins de semana, foi possível observar que é grande o número de pessoas circulam pelas ruas, entretanto, estas pessoas não permanecem nelas, deste modo, falta convívio entre essas mesmas pessoas nas áreas públicas, haja vista que os caminhantes em geral o fazem apressadamente, muitas das vezes sem ao menos cumprimentar outras pessoas que por acaso cruzem seu caminho, portanto, mais do que ser um espaço para o encontro de pedestres, o que a análise sintática nomina índice de integração, o espaço deve ser de permanência, convívio e contemplação da paisagem urbana.

Quanto à hipótese da pesquisa, se o desenho pode contribuir para a melhoria da segurança nas áreas urbanas, a conclusão é que sim, destarte não se tratar de uma pesquisa com dados que possam ser testados e submetidos à aferição metodológica de resultados, os referenciais históricos e as cidades visitadas comprovam que medidas de desenho urbano podem reduzir a criminalidade, ocorre que fatores outros de caráter social devem ser empreendidas em complemento ao desenho urbano, podem inclusive relacionar-se com planejamento urbano e regional, como geração de emprego e renda através de polos de desenvolvimento regional.

Cabe ainda ressaltar que, conforme dito ao longo da pesquisa, é no espaço urbano que os atores interagem, portanto, é possível estabelecer relações de causa e efeito entre pessoas e locais, onde locais mais propícios ao cometimento de crimes atraem delinquentes e afastam pessoas de bem, e ao contrário, locais adequados ao lazer e permanência dos indivíduos honestos propicia a estada prolongada de crianças, jovens, adultos e idosos além de inibir a ação dos infratores.

Para finalizar as considerações acerca da hipótese, a questão da melhoria da segurança via desenho urbano precisa ser vista como processo, com ininterrupto sistema de avaliação, manutenção, correção ou mudança de rumo quando for o caso.

Finalmente, restou patente a necessidade de discussão e ensino do desenho urbano seguro nas universidades, a colocação do tema violência no aparato estatal estimulando a interação entre os entes públicos responsáveis pelos diversos tipos de intervenção, gestão e manutenção no tecido urbano.

REFERÊNCIAS

Livros e teses acadêmicas

BARCELOS, Luis Fernando González. **Ciudad y arquitectura urbana en Colombia 1980-2010**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2010.

BARCELLOS, Vicente Quintella. **Parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília**. Brasília 1999.

BARDET, Gaston. **O urbanismo**. Campinas, SP: Editora Papirus 1990.

BARROS, Waldow de Souza. **Regularização fundiária nas cidades planejadas de Brasília e Goiânia 1993/1998**. 192 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; SERRA, Geraldo. **Planejamento e gestão ambiental: uma abordagem do ponto de vista dos instrumentos econômicos**. Brasília, 1996.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAMPOS, Neio Lúcio de Oliveira. A segregação planejada. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **A conquista da cidade**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

_____. **A produção da segregação residencial em cidade planejada**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Instituto de Geografia. Brasília, 1988.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. **Brasília: prática e teoria urbanística**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1998.

CARTLEDGE, Paul (Org.). **História ilustrada – Grécia Antiga**. 2. ed. São Paulo. Ediouro, 2009.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

COHEN, Albert. **Transgressão e controle**. São Paulo: Pioneira, 1968.

COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORNISH, Derek; CLARKE, Ronald V. Understanding crime displacement: an application of rational choice theory. In: HENRY, Stuart; EINSTADER, Werner (Eds.). **The criminology theory reader**. New York: New York University Press, 1987.

CRAWFORD, Adam. **Crime Prevention and community safety, politics, policies & practices**. Longman Criminology Series, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Populações marginais em ecossistemas urbanos**. Brasília: Inst. Bras Meio Amb & Recur Nat Renov, 1989.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD**. Brasília, 2004. 159 p.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FORHUM - **Escuela Internacional Del Habitat y Desarrollo Local**: Fhoum 20. Escuela Del Hábitat – Cehap. Universidad Nacional de Colombia. Faculdade de Arquitetura. Sede Medellin. Medellin, 2002.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. **Proteção ambiental e direito à cidade no processo de expansão urbana no Distrito Federal: até que ponto existe um conflito?**. 152 f. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2009.

LIMA, Paulo Castilho. A cidade violentada. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Inês; BARRETO, Frederico (Org.). **Brasília – Dimensões da Violência Urbana**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, v. 1.

_____. **Ação governamental e valorização imobiliária: evidencias em Ipanema (RJ)**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 1991.

GARLAND, D. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea.** Trad. de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Brasília: a capital da segregação e do controle social.** São Paulo: Annablume, 1995.

_____. **Cidadevida: curso de desenho ambiental urbano.** São Paulo: Nobel, 2008.

HALL, Peter. **Urban and regional planning.** 4. ed. New York: Routledge, 2002.

HOLANDA, Frederico Rosa Borges de. **O espaço de exceção.** Brasília: Editora UnB, 2002.

HOULSTON, James. **A cidade modernista – Uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JACOBS, Jane. **Death of life of great american cities.** New York: Vintage Books, 1961.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In. GONZALES, S. *et al.* **O espaço da cidade: contribuição a análise urbana.** São Paulo, Projeto, 1985.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

MASLOW, Abraham. **Motivation and personality.** New York: Harper, 1954.

MCLOUGHLIN, Brian. **Urban & regional planning: a systems approach.** 1969.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEWMAN, Oscar. **Defensible space.** New York: Macmillan Publishing, 1973.

NUNES, Walter José. **Patrimônios subterrâneos em Brasília.** São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança.** São Paulo: Ilanud, 2002.

OSVALDO, Moreno Flores. Agricultura urbana: nuevas estrategias de integración social y recuperación ambiental en la ciudad. **Revista Electrónica DU&P – Diseño Urbano y Paisaje**, Centro de Estudios Arquitectónicos, Urbanísticos y del Paisaje Universidad Central de Chile. Santiago, v. IV, n. 11. 2007.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. **The city**: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. 1925, 1967.

PAVIANI, Aldo. **Brasília**. Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Brasília**: moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____.; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Orgs.). **Brasília**: dimensões da violência urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

POSTERLI, Renato. **Violência urbana**: abordagem multifatorial da criminogênese. Belo Horizonte: Inédita, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Editora USP, 1968.

_____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Editora USP, 2001.

REZENDE, Marcio Marques. **Pedagogia & planejamento urbano nas remoções em Brasília**: política de assentamento da população de baixa renda e a interface educacional etc. Brasília, 1998.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: REVAN, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Brasília: Editora Record, 2011.

SERRATO, Hector Riveros. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina**: marco conceitual de interpretação-ação. United Nations Development Programme – UNDP, 2007.

TAMAYO, Alberto León Gutiérrez; MAZO, Liliana Maria Sánchez. **Planeacion para el desarrollo del territorio**: perspectiva contemporánea. Medellin: Editorial Universidad de Antioquia, 2009.

U. S. Department of Justice. **Design for Safe Neighborhoods: The Environmental Security Planning and Design Process:** national institute of law; enforcement and criminal justice; law enforcement assistance administration; united states department of justice with the assistance of u.s. department of housing and urban development,office of policy development and research. Washington, 1978.

_____. **Reducing residential crime and fear:** The Hartford Neighborhood Crime Prevention Program. Law Enforcement Assistance Administration National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice: Washington, 1979.

TAYLOR, Nigel. **Urban planning theory since 1945.** London: Sage, 1998.

VEDUNG, Evert. **Evaluacion de Politicas Publicas y Programas.** Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. Madrid, 1997.

VIDAL, Hélio Simões. **Dolo e culpa na embriaguez voluntária.** Juiz de Fora, MG. 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

Documentos publicados na internet

Análise Criminal do Paranoá e do Plano Piloto. Disponível em: <<http://www.pcdf.df.gov.br>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

Conceito etimológico de crimen. Disponível em: <<http://etimologias.dechile.net>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

Dados de mortes violentas em Medellin. Disponível em: <<http://www.medicinalegal.gov.co>>. Acesso em: 25 out. 2011.

Dados governamentais do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.gdf.df.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

Dados históricos da Barragem do Paranoá. Disponível em: <<http://www.semarh.df.gov.br>>. Acesso em 16 jun. 2011.

Dados populacionais de Hartford. Disponível em: <<http://www.hartford.gov>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

Dados populacionais de Medellin. Disponível em: <<http://www.medellin.gov.co>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

Dados populacionais do Paranoá. Disponível em: <<http://www.paranoa.df.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

Foto da Esplanada dos Ministérios. Disponível em: <<http://www.brasil-turismo.com/distrito-federal/imagens/esplanada.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

Foto da Vila Amaury. Disponível em: <<http://www.wbrasil.com>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

Foto de ação policial num dos inúmeros episódios de desocupação. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br>>. Acesso em 02 jul. 2011.

Foto de La Aurora. Disponível em: <<http://www.gondolaproject.com>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

Foto de recuperação de áreas degradadas na Argentina. Disponível em: <<http://www.ipes.org>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

Foto do Hospital St. Francis. Disponível em: <<http://www.gme.uchc.edu>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

Gráfico do número de homicídios por grupo de 100.000 habitantes. Disponível em: <<http://www.elcolombiano.com>>. Acesso em: 07 nov. /2011.

Imagem da vila medieval de Valença. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

Mapa de Medellin. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

Mapa do Lago Sul. Disponível em: <<http://www.lagosul.df.gov.br>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

Mapa do Valle de Aburrá. Disponível em: <<http://www.areadigital.gov.co>>. Acesso em: 28 out. 2011.

Missão Cruls e Relatório Belcher. Disponível em: <<http://www.wikipedia.com>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

Orçamento do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.seplag.df.gov.br>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

Planos de desenvolvimento de Medellin. Disponível em: <<http://veeduriamedellin.org.co>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

PUI – Projetos Urbanísticos Integrais da cidade de Medellín. Disponível em: <<http://www.edu.gov.co>>. Acesso em: 10 out. 2011.

Sistema de Assistência Social do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.sedest.df.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

Unidades da Polícia Militar do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.pmdf.df.gov.br>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

Documentos legislativos

Arquivo Público do Distrito Federal.

Constituição de 1891.

Constituição Federal de 1988.

Decreto Distrital nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998. Proíbe a utilização da expressão "satélite" para designar as cidades situadas no território do Distrito Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do GDF.

Decreto- Lei nº. 49/1989.

Decreto-Lei nº. 11.921/1989.

Lei nº. 4544, de 10 de dezembro de 1964. Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1965.

Lei Orgânica do Distrito Federal de 1993.

Panfletos

RUEDA, Johanna Vélez. Coordinadora del proyecto. **Categorías de impactos generados por proyectos de movilidad em la estructura urbana a partir de zonas residenciales.** Escuela del Hábitat – Cehap. Faculdade de Arquitetura. Universidad Nacional de Colombia. Sede Medellin. Medellin, 2010. 11 p.

Revistas

BEATO, Cláudio. Entrevista concedida à Revista Veja. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 2247, Ed. Abril, 14 de dezembro de 2011.

BELTRAME, José Mariano. Entrevista concedida à Revista Isto É. **Revista Isto É**, Rio de Janeiro, ed. 2195, Ed. Três, Dez. 2011.

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro A arquitetura de defesa no Brasil Colonial. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 7, n. 10, p. 173-194, Jan./Jun. 2011.

Notícias. **Projeto Design**, São Paulo, ed. 380, Arco Editora, Out. 2011.

SCHURMANN, Betina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada *versus* desleixo e caos. Textos “De História”, Universidade de Brasília, v. 7, n. 1/2, 1999.

Dicionários

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. totalmente revisada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAROUSSE. **Dicionário** *on line*. Disponível em:
<<http://www.larousse.com.br/catalogo.asp?categ=302>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

MICHAELIS. **Dicionário** *Michaelis on line*. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

APÊNDICE

**APÊNDICE “A”
RELATÓRIO DE VIAGENS**



**Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- FAU
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**

**RELATÓRIOS DE VIAGEM
A MEDELLIN (OUTUBRO DE 2011) E HARTFOD (NOVEMBRO DE 2011)**

FLÁVIO RODRIGUES FERRAZ

Referenciais Recentes: Medellin e Asylum Hill

Como forma de conhecer intervenções urbanas que tiveram como foco principal a segurança pública na segunda metade do século XX e início do século XXI, ficou decidido que seria conveniente visitar dois locais bastante distintos. Primeiro a Colômbia, país em desenvolvimento e com graves problemas criminais, em seguida empreendeu-se viagem aos Estados Unidos da América, maior economia do planeta, porém com índices de criminalidade maiores do que os demais países desenvolvidos.

Outro fator preponderante nas escolhas foram as decisões projetuais, na Colômbia, especificamente em Medellin, os bairros surgiram sem qualquer planejamento ou ação governamental, então a questão da segurança veio depois em decorrência da violência fora de controle.

Por outro lado, na cidade de Hartford, capital do Estado de Connecticut, nordeste dos Estados Unidos, em um bairro regularmente projetado, na década de 1970 o parcelamento foi remodelado baseado em estudos financiados pelo governo americano com vistas à redução dos crimes.

De fato, nos anos 1970 e 1980 várias pesquisas foram apoiadas pelo Ministério da Justiça dos Estados Unidos, dentre eles destaca-se o trabalho do arquiteto Oscar Newman (1971), cuja investigação centrada na cidade de Nova York buscou identificar vulnerabilidades no tecido urbano no quesito segurança e propor medidas corretivas. Posteriormente o trabalho em tela foi publicado sob forma de livro nominado “*Defensible space*” balizador de vários projetos no país, dentre eles o de Asylum Hill, bairro da cidade de Hartford.

Dessa feita, almejou-se conhecer intervenções urbanas focadas na segurança da população *a priori* e *a posteriori*, ambos os projetos corretivos, porém, implantados em um bairro de projeto regular e outro em áreas de desenvolvimento espontâneo, ademais, países dispares tanto em cultura quanto em termos sociais.

Ademais, foram identificados nos dois países semelhanças com o Brasil, no caso colombiano, as condições econômicas e sociais são parecidas com as brasileiras⁴²; quanto aos norte americanos, as dimensões continentais em muito se assemelham às brasileiras, não se pode deixar de lado a questão da idade das nações, as três são pátrias noviças se comparadas ao velho continente, oriente médio e Ásia, portanto, são sociedades em construção de uma verdadeira identidade.

Por fim, as diferenças de foco atraíram a atenção aos países acima, de um lado a Colômbia vê a problemática da criminalidade como um assunto social, por sua vez, os Estados Unidos focaram as pesquisas dos delitos nas condições locais, ou seja, a preocupação era com os ambientes urbanos mais ou menos propícios para que infratores pudessem executar suas atividades fora da lei.

A seguir discorrer-se-á mais detidamente a cerca dos trabalhos desenvolvidos em cada cidade, Medellin/Colômbia e Asylum Hill/Hartford/EUA.

⁴² IDH Colômbia 0,710 e IDH do Brasil 0,718 em 2011 segundo o PNUD.

1) Medellin/Colombia – Outubro de 2011

INTRODUÇÃO

A Colômbia tem sido muito comentada nos últimos anos como exemplo de intervenções urbanas exitosas no combate ao crime, Medellin em especial serviu de exemplo para as obras do PAC em favelas do Rio de Janeiro, em especial no Complexo do Alemão, com a instalação de um teleférico similar ao da cidade colombiana.

Para verificar in loco as obras e sentir como elas impactaram na vida das pessoas, foi realizada viagem até Medellin para conhecer de perto as obras. Não se ambicionou fazer um estudo de caso, o que requereria uma tese de pesquisa exclusiva e período de tempo bastante superior, entretanto, de acordo com a disponibilidade de tempo e os acessos viabilizados com profissionais conhecedores da matéria, foi proposta a busca por respostas ou conceitos para tópicos gerais já elencados. Para tal empreitada foram realizadas reuniões técnicas e visitas por toda a cidade.

ATIVIDADES

Várias visitas técnicas foram realizadas, como CEHAP, centro de estudos do habitat da faculdade de arquitetura e urbanismo, da Universidad Nacional Sede Medellin, departamento de arquitetura da EDU empresa de desarrollo urbano de Medellin, todo o metrô, das linhas do teleférico, conhecido como metrocable, de uma comuna de Bello Oriente, inclusive um escola primária, além de várias caminhadas para conhecer a cidade e observar o comportamento das pessoas. A seguir as observações ilustradas por fotos tiradas em diversos dias, locais e horários devidamente comentados.



Figura 1 - CAI periférico durante o dia, as aberturas redondas na fachada servem para que policiais possam disparar suas armas em segurança em caso de ataque hostil (Foto de Andres Montoya).



Figura 2 – Vista interna da abertura para atiradores , de forma a preservar a vida do policial (Foto de Andres Montoya).



Figura 3 – Vista noturna do farol do CAI Bello Oriente, a intenção é que a unidade policial funcione como marco da presença do estado na comuna (Foto de Andres Montoya).



Figura 4 – Forte de carabineros de Santa Elena, primeiro a ser construído, visa manter a segurança do parque Arví (Foto de Andres Montoya).

As unidades são construídas em cinco níveis de segurança, de 1 a 5, sendo 1 a segurança normal e 5 um *bunker* praticamente indestrutível. Na atualidade os CAI's são erigidos no nível 3 de proteção, capaz de resistir a um ataque hostil até a chegada de reforço.

DADOS DA CIDADE

Medellin possui 381 Km², população estimada de 2.223.600 habitantes⁴³, com altitude média em torno de 1.500m às margens do rio Medellín que corta o vale de sul a norte e delimita a única área plana da cidade. Todo o vale é circundado por montanhas altas e declividades acentuadas, ocorre que para se chegar ao vale é necessário transpor os morros delimitadores, razão pela qual, estradas nas montanhas sempre se fizeram necessárias. Por outro lado, suas inclinações deveriam impedir a ocupação humana, contudo não foi o que se deu, de fato, o que ocorreu foi justamente o oposto, mais da metade da população reside nos morros, grande parte em regiões distantes do centro e do pólo industrial, local onde estão os empregos.

Em verdade, a maioria da população carente reside na zona norte da cidade e as empresas estão a sul. Para fazer frente a esta problemática, o metrô corta a cidade de norte a sul, margeando o rio Medellín em grande parte do percurso.

Um fator preponderante para compreensão da situação urbana de Medellín é o relevo, pois se trata de uma condição deveras peculiar do ponto de vista topográfico e da ocupação do solo.

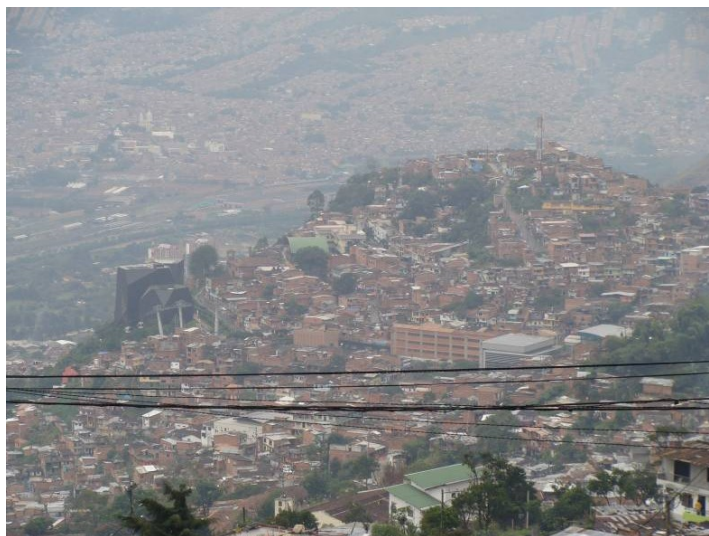


Figura 5 – Vista da zona nororiental, relevo bastante acidentado, pode-se ver a biblioteca Espanha à esquerda abaixo (Foto do autor).

⁴³ Site da região metropolitana do vale de Aburrá. Disponível em: <<http://www.areadigital.gov.co>>.



Figura 6 – Comunidade El Progreso, destaca-se o aclave acentuado e moradias auto construídas como dizem os arquitetos locais, é difícil ver construções rebocadas e pintadas (Foto do autor).

A seguir, tem-se o mapa do vale de Aburrá com todas as cidades da região metropolitana, observa-se que Medellin situa-se na parte central do vale, fazendo divisa com municípios ao norte e ao sul. Ressalte-se ainda o rio Medellin que corta todo o vale e delimita a região mais baixa da região.



Figura 7 – Mapa do vale de Aburrá.

EMBASAMENTO TEÓRICO EMPREGADO

As decisões derivam de conhecimento desenvolvido pelas universidades Colombianas, diversos arquitetos dedicam-se a estudar os problemas urbanos, discutir com as comunidades e propor soluções urbanísticas. Em Medellín, o POT plano de ordenamento territorial, teve o corpo principal elaborado pela CEHAP centro de habitat da Universidade Nacional sede Medellín, contratada pela Alcaldia, e posteriormente transformada em lei. Dentro do POT existe a previsão da definição das poligonais de destinação, residenciais, comerciais, institucionais, de preservação dentre outras. Atualmente o CEHAP está confeccionando a definição das poligonais da zona nororiental.

MEIOS DE IMPLANTAÇÃO

Em 2002 a Alcaldia de Medellín criou a EDU, empresa de desarrollo urbano, para elaborar projetos e construir os equipamentos urbanos do que se denominou PUI, projeto urbanístico integral, com o qual almeja atender as necessidades da população de forma a prover serviços e equipamentos públicos de qualidade em termos de educação, saúde, transporte, lazer e segurança.

Dessa forma, a Alcaldia define os locais de intervenção e as diretrizes gerais e incumbe à EDU de desenvolver os projetos, discuti-los com a comunidade e uma vez aprovados, executar as obras.

Em relação à implantação das unidades de segurança, quem define as unidades necessárias e onde, é a polícia nacional, através do seu conhecimento das condições da cidade e das comunas isoladas, a força policial informa onde necessita de unidades policiais, o tipo de unidade e ainda o grau de segurança da edificação. A aquisição de terreno bem como todas as obras de execução cabem à EDU.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Conforme determinado pela legislação nacional e local, a participação comunitária é obrigatória e realmente acontece. Fomos informados pela arquiteta Nora Elena Mesa, que a opção se dá pelas lideranças comunitárias em detrimento de grandes audiências públicas com finalidade de apenas comunicar decisões já tomadas. Nas reuniões com os líderes comunitários as decisões são democráticas, ou seja, o voto de um profissional envolvido no projeto tem o mesmo peso de um representante popular. Com esse critério a satisfação da comunidade é maior, segundo a pesquisadora Nora Elena.

Outra liderança que não pode ser esquecida é a igreja católica, através de suas paróquias espalhadas por toda a cidade e que conta com mais de 80% da população do país dentre seus seguidores.

Quanto às tentativas de intervenção nas decisões participativas por parte das bandas, Nora Elena disse que jamais ocorreram, o que os grupos criminosos exigem é que a atuação do CEHAP seja neutra em relação às bandas.

Também discute com a comunidade antes das obras a EDU, na tentativa de atender os anseios da população e tê-la como aliada e participe nas escolhas que melhor convenha aos principais interessados.

Finalmente, o que pode ser observado visivelmente é que a comunidade conserva os equipamentos e sistema de transporte porque gostam das obras, sentem-se lembrados e contemplados com edificações de excelente qualidade.

Quanto ao controle por parte da sociedade, na Colômbia existe a figura das VEEDURIAS, que são entidades civis previstas na constituição nacional de 1991 e outros normativos legais dela derivados, contam com participação de entidades da sociedade civil organizada de natureza social, comunitária, acadêmica e empresarial.

Os objetivos principais são contribuir para uma gestão pública mais eficiente, promover a participação cidadã no controle e desenvolvimento dos planos de desenvolvimento municipal, promover novas formas de relação e colaboração com o setor público, de modo a construir um Estado mais democrático, verificar o processo de execução dos planos de desenvolvimento fazer avaliações imparciais do andamento dos indicadores de IDH, qualidade de vida, criminalidade e gestão pública dentre outros.

No site da veeduria de Medellin são encontrados relatórios de análise de todos os planos de desenvolvimento municipais da cidade.

POLÍTICA DE MANUTENÇÃO

No sistema de transporte existem o metrô e o metrocable que vem a ser o teleférico. O metrô é muito bem mantido todo ele elevado, apresenta uma utilização constante em todos os horários do dia. Em todas as estações se fazem presente policiais o que propicia um ambiente de tranquilidade e evita depredações.

O metrocable é muito bem mantido, tecnologia francesa, funcionamento ininterrupto, com utilização menor que o metrô. Segundo pesquisa do CEHAP, somente 25% da população das comunas utilizam o sistema, a explicação se deve a dois fatores, em primeiro lugar o teleférico não atende toda região, fato que leva à segunda explicação, como o metrocable tem sistema de integração apenas com o metrô a um custo de 1.750,00 pesos colombianos, quem reside distante das estações teria de tomar um microônibus a um custo adicional de 1.500,00 pesos, contudo, o mesmo microônibus pode ser pego no centro da cidade pelo mesmo valor de 1.500,00, portanto, apesar do tempo maior de viagem, entre uma hora e uma hora e meia, o custo do transporte inviabiliza o metrocable para a maioria dos moradores da comuna contemplada com o equipamento urbano.

Escadas rolantes estão sendo implantadas primeiramente na comuna de San Javier onde as subidas são mais íngremes e a quantidade de escadas convencionais é maior. Segundo Andres Montoya arquiteto da EDU, apesar de não trabalhar com o projeto das escadas, ele tem notícia que as escadas rolantes estão exigindo manutenção em demasia.

Em termos de limpeza, todos os equipamentos públicos visitados bem como os sistemas de transporte público de massa são muito limpos e contam com número considerável de funcionários para auxiliar as pessoas no embarque e desembarque.

Quanto às ampliações, o metrô está em obras para mais duas estações no sentido sul, e o metrocable tem previsão para mais duas linhas. Em relação ao problema de utilização aquém da população alvo, Andres Montoya nos informou que há estudos para a integração do metrocable com o sistema de microônibus.

DESENHO URBANO

As alterações do traçado de ruas não foram significativas, fato justificado por ser grande parte da cidade locada em encosta e com traçado irregular, o que demandaria intervenções em toda cidade, obviamente a um custo proibitivo. Todavia, a instalação dos teleféricos não pode deixar de ser vista como uma alteração de traçado, mesmo que elevado, uma nova via surgiu na comuna, distâncias foram reduzidas, pessoas puderam se locomover como nunca antes.

Sob a ótica da segurança pública, a cabine do teleférico pode ser usada como uma viatura de ronda e observação, até mesmo a população usuária serve como vigilante da comunidade. Também as estações se apresentam como postos de controle e de sinalização da presença do Estado, valendo-se da altura das edificações e de suas posições privilegiadas.

A implantação dos metrocable trouxe à baila um fenômeno estranho em se tratando de comunidades carentes, a gentrificação, segundo o professor Juan Carlos Ceballos do CEHAP, ao longo do eixo de instalação das torres de sustentação dos cabos e nas imediações das estações, surgiu um comércio pujante e dinâmico, porém, como os antigos moradores não possuíam recursos para iniciar os empreendimentos, pessoas de fora da comunidade adquiriram os imóveis e abriram os negócios. Denota-se ainda um processo de verticalização dos imóveis lindeiros aos eixos do teleférico, sinal inequívoco da valorização imobiliária promovida pelo novo equipamento urbano.



Figura 8 – Aumento do gabarito, da qualidade das construções e a incidência de comércio pujante ao longo do trajeto do metrocable na zona nororiental, o que evidencia o poder transformador de sistemas de transporte público de massa (Foto do autor).

O metrô corta a cidade no sentido norte sul, conforme mapa em anexo.

Uma análise do percurso bem como uma viagem de um extremo a outro do sistema nos permite algumas conclusões:

- O sistema percorre toda a cidade no seu eixo mais alongado, com isso, sua utilização é muito grande, estando constantemente cheio;
- A integração com o sistema de teleférico é racional. A linha de Santo Domingo tem em seu ponto final duas atrações importantes, de um lado a estação faz baldeação para o teleférico do parque Arví, importante parque ecológico na zona rural de Santa Elena, onde também foi construído o forte de carabineros de Santa Elena, incumbido de prover a segurança do parque; ainda nas imediações da Estação final, encontra-se a imponente biblioteca Espanha. Quanto à linha San Javier, sua última estação, dá acesso a apartamentos construídos pela EDU para reassentados, demonstrando uma forma de integrar áreas isoladas através do transporte de massa e ao mesmo tempo lançar mão de um terreno distante, disponível e a custo mais baixo, abaixo foto dos conjuntos residências visto a partir da estação final do metrocable San Javier.

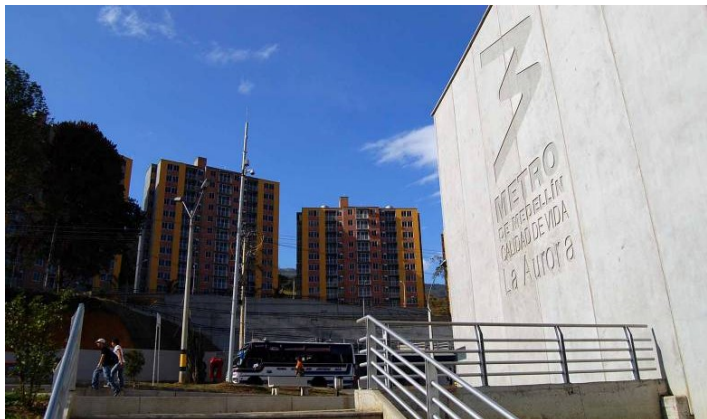


Figura 9 – Vista do conjunto residencial próximo à comunidade La Aurora (Foto do *site* Gondola Project).

A implantação dos CAI's nos pontos estratégicos foi parte da proposta de governo do atual alcalde, que previa a construção de sete unidades; segundo o arquiteto Andres Montoya da EDU, somente foram edificadas cinco unidades em razão da não viabilização na obtenção dos terrenos nos pontos indicados pela polícia.

Em relação ao acesso aos CAI's, a melhoria no traçado para acessá-los só é realizada se não for possível chegar até eles pelas vias já existentes, contudo os policiais circulam livremente pelas comunas em motos ou carros.

Portanto, o desenho viário nas comunas permaneceu inalterado, com ruas estreitas, por vezes comportando apenas um veículo automotor, em alguns locais existem apenas escadas de acesso, haja vista que a inclinação é muito acentuada.

Dessa feita não resta dúvida que o traçado urbano dificulta o policiamento e favorece a fuga de meliantes, houve a oportunidade de ir a um dos pontos mais altos da comuna um, na localidade chamada Bello Oriente, onde ao caminhar foi presenciado jovens fumando maconha e ao serem avistados por policiais em patrulha de motos, evadiram-se por uma descida íngreme por onde só era possível passar a pé.

Quanto à possibilidade dos CAI's se apresentarem como alvos, Andres Montoya informou que a intenção do projeto é que eles sejam vistos à distância e funcionem como símbolos da presença do Estado nos locais mais remotos da cidade, em se tratando de ataques às CAI's, tais fatos já ocorreram nos tempos de Pablo Escobar, inclusive com a explosão de alguns deles, mas atualmente a presença policial é pacífica e aceita pela população.

Por último, porém, não menos importante, a iluminação pública também influi na segurança, sobretudo na percepção dos espaços públicos, se mais ou menos tranquilos e com isso a sua apropriação pelos moradores. Da observação das ruas no período noturno, foi constatado que a iluminação é deficitária, o modelo de luminária empregado em toda cidade possui lâmpadas de pouca luminosidade, prejudicado ainda mais pelas árvores plantadas entre os postes e cujas copas obstruem a passagem da luz.



Figura 10 - Poste de iluminação próximo ao metrô elevado da cidade, observa-se a baixa luminosidade das lâmpadas bem como a proximidade de árvores (Foto do autor).



Figura 11 - Postes de iluminação próximos à estação do metrocable e da biblioteca Espanha (Foto do autor).

IMPRESSÕES

Pode-se ter uma idéia geral dos fenômenos e projetos de desenho urbano em curso na cidade de Medellín, por razões de tempo, não se obteve uma pesquisa detalhada da realidade, mas sim um esboço do que está a ocorrer por lá.

De posse de todas as informações colhidas, da conversas com profissionais inteirados da questão, das impressões pessoais vividas, de diálogos com pessoas comuns da cidade como taxistas, vendedores, atendentes, formaram-se algumas convicções centrais elencadas a seguir:

- As intervenções urbanas são primordialmente a construção de edificações e implantação do transporte de massa. As alterações de traçado se dão apenas em vias arteriais e eixos estruturantes. A não alteração de traçados nos morros e encostas seria inviável, vez que a maior parte da cidade está erigida nestas regiões, acrescente-se ainda que as residências de famílias pobres, feitas no sistema de autoconstrução são em maior número e por conseguinte em locais de desenvolvimento espontâneo, replicando traçados sinuosos com desenvolvimento de acordo com os acidentes naturais que apareciam e seguindo as curvas de nível, a correção de sistema viário labiríntico, o alargamento de ruas e a retirada de obstáculos à fácil locomoção são impossíveis em um país em desenvolvimento.



Figura 12 – Interior da biblioteca Espanha, trata-se de uma obra de excelente qualidade e muito bem equipada, disponível a toda população local (Foto do autor).

- Em termos de desocupação de áreas e consequente realocação de pessoas, estes ocorrem somente em regiões com risco de morte para os moradores. Neste quesito, no último plano de desarrollo de Medellin que se encerrou no fim de 2011, foram previstos e entregues 15.000 unidades habitacionais tipo apartamentos servidos de toda infraestrutura urbana.



Figura 13 – Edifícios residenciais próximos à linha do teleférico da estação do metrocable de Santo Domingo (Foto do autor).

- Destarte o desenho urbano não ter sido corrigido, as comunas são atendidas pelos serviços públicos de água potável, coleta de esgotos, coleta de lixo, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, transporte público, escolas⁴⁴, postos policiais CAI's, entrega de gás de cozinha GPL e outras entregas para abastecer o comércio local.
- A participação popular é sempre almejada e relevante na tomada de decisões, informação aprofundada por pesquisadores do CEHAP e da EDU.
- ✓ As obras públicas são de excelente qualidade, percorreu-se todas as estações de metrô e metrocable, foi visitada a biblioteca parque Espanha

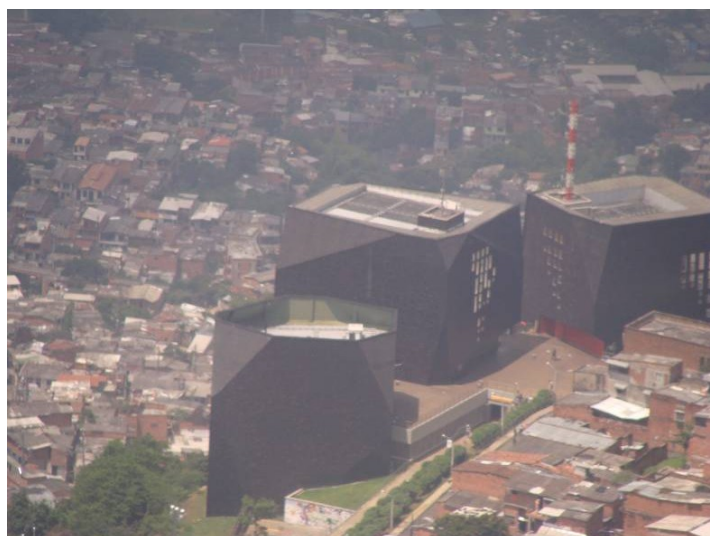


Figura 14 – Complexo da biblioteca Espanha visto do interior do teleférico (Foto do autor).

- A sensação de segurança na cidade é boa, não se avistam pessoas sós ou grupos que amedrontem, apenas é significativo o número de mendigos dormindo pelas ruas. Em questionamentos a pessoas do povo, a resposta é a cidade está mais tranquila e a violência concentra-se nas comunas por parte das *bandas*. Neste diapasão fica evidenciada, a grande quantidade de policiais, Cabe ressaltar se tratava de uma semana pré-eleições gerais no país, o que pode se configurar numa situação excepcional, nas ruas e nos prédios públicos, como já citado, em todas as estações de metrô e teleférico encontram-se diversos policiais, a circulação de viaturas, carros e motos, também é constante; ademais, a segurança privada se faz presente em praticamente todos os

⁴⁴ Tivemos a oportunidade visitar uma escola de Bello Oriente onde alunos de mestrado da Universidad Nacional, sede Medellin, desenvolvem projetos de pesquisa.

prédios privados, sejam eles de comércio ou serviços, o que se assemelha a um Estado policialesco.



Figura 15 – Presença de policiais numa estação de metrô (Foto do autor).

Restringindo o foco à temática das reformas urbanas e sua relação com a redução da violência, fez-se um exercício de retórica, transformando o tema de tese, “o desenho urbano como forma de aumentar a segurança” em uma pergunta, o desenho urbano pode aumentar a segurança? Ou de outro modo, o desenho urbano pode reduzir a violência?

Aqui se deparou com um problema, Laurie Liebel, geógrafa e pesquisadora do tema justiça sócio-espacial do CEHAP, foi categórica em dizer que não, no caso de Medellín, ademais, segundo Laurie, apesar do principal índice para se medir violência ter recuado sobremaneira, homicídios a cada grupo de 100.000 habitantes, outras modalidades delitivas tiveram incremento, principalmente ameaça, furtos e extorsão. Porém, como não se teve acesso aos dados de outros delitos, serão analisadas as taxas de homicídios a cada 100.000 habitantes que embora não reflita a realidade em sua totalidade nos direciona para algo parecido com a situação verdadeira. A seguir o gráfico que compreende o período de 1998 a 2009, pode demonstrar um pouco do que ocorreu em Medellín na década de 2000, verifica-se um nível alarmante de homicídios em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 seguido de uma redução drástica nos índices, período de endurecimento no combate ao crime organizado, cartel do tráfico e guerrilha, inclusive em 2002 o governo nacional desencadeou a operação ONIX, cujo objetivo foi retomar a zona nororiental 3 dominada por criminosos. A escalada ascendente no número de homicídios a partir de 2008 pode significar uma acomodação

natural por parte dos meliantes, a perda do medo frente à repressão policial e a migração delituosa.

O gráfico abaixo, elaborado pela Polícia Nacional, conforma um intervalo de tempo bastante significativo da evolução da violência no município de Medellín. O período de 20 anos, referente ao ano inicial de 1989 e o último levantamento de 2009, representa a remodelação constitucional do país, a política de negociação com os grupos guerrilheiros, o início da estratégia de enfrentamento armado dos grupos criminosos, a tomada das comunas até então dominadas pelos meliantes e por fim a doutrina de inserção do Estado e permanência pacífica da polícia nas localidades.

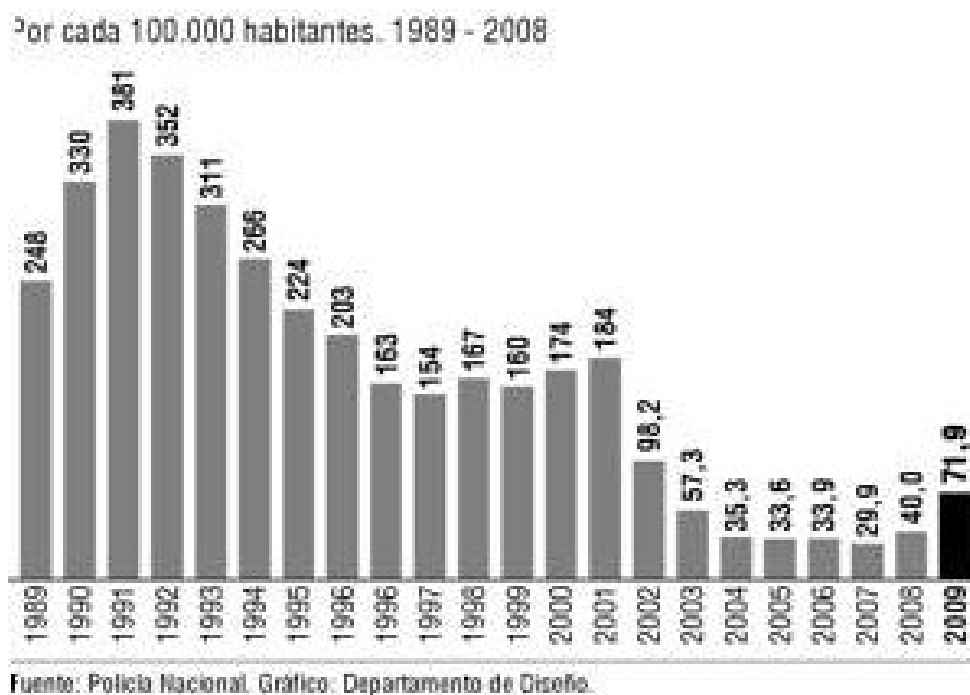


Gráfico 1 – Análise do intervalo de tempo bastante significativo da evolução da violência no município de Medellín.

Em uma análise dos dados, duas evidências se mostram claras: primeiro, para afirmar com convicção que uma cidade violenta tornou-se segura, deve-se ter como horizonte um lapso temporal maior do que uma década, talvez mais de duas. A outra constatação é de que a batalha contra a delinquência deve ser travada diuturnamente, sem que a guarda seja baixada pelos agentes da lei diante de uma redução drástica da criminalidade, sob pena de que ela retorne a qualquer momento e por vezes de forma mais contundente.

Portanto, uma diminuição drástica e duradoura na criminalidade é complexa e de difícil solução, contudo, o foco da nossa investigação é a contribuição do urbanismo no processo, pois não se pode conceber que os planejadores almejavam resolver todas as mazelas da cidade apenas com o urbanismo. O que o desenho urbano buscou foi prover condições para implantação de equipamentos públicos de qualidade e sua permanência ao longo do tempo dentro das comunas. Sendo estas as premissas, parece latente que o urbanismo contribuiu de forma excelente ao que se propôs.

Para ilustrar o que foi explicitado, recorrer-se-á ao que em 13/11/2011 se deu no Rio de Janeiro, quando da ocupação da favela da Rocinha, o secretário de segurança pública do Estado disse que o alvo principal da política de pacificação dos morros é acabar com o domínio territorial pelo crime, nas palavras de José Mariano Beltrame em entrevista à revista Istoé, a pacificação é “derrubar esse muro onde tem pessoas com armas automáticas que não deixam que se viva dentro de um sistema de direito”.

Seguindo esta linha de raciocínio, o desenho urbano pode contribuir sim para a redução da criminalidade, ademais, deve-se lembrar que a função do planejamento no processo de pacificação é limitado, não podendo ser responsabilizado por outras funções Estatais, por exemplo, o policiamento, tarefa exclusiva da polícia. O que o urbanismo tem feito na cidade é criar os equipamentos urbanos para que o Estado insira-se nas comunidades carentes, o que sem dúvida foi realizado com sucesso, a citar os CAI's que inclusive funcionam como marcos visuais na paisagem, e os teleféricos a cruzar o céu em locais antes vigiados apenas por helicópteros.

As intervenções urbanísticas levadas a cabo na cidade de Medellin são dignas de reconhecimento quanto a sua eficácia, a forma de participação popular, a qualidade das edificações e a sua implantação em locais extremamente carentes são exemplo de preocupação com os mais necessitados.

Por fim, urbanização acelerada é reflexo de outras variáveis sociais e econômicas além de interesses políticos e elitistas que na maioria dos casos não se preocupam com o restante da população, mas apenas com seus lucros e vantagens. Portanto, se o processo urbanizador não foi a causa da delinquência, também não poderá ser o elemento único para sua solução em situações já consolidadas. Pode sim ser determinante para o futuro, provendo as cidades de zoneamento adequado e evitando com isso a desocupação desordenada e replicando os problemas com os quais várias cidades brasileiras se deparam atualmente.

2) Hartford/Estados Unidos da América – Novembro de 2011

INTRODUÇÃO

Conforme explicitado, a segunda cidade visitada, logo após a ida à Colômbia, foi uma cidade dos EUA, no estado de Connecticut, região nordeste do país.

Para consecução da nossa verificação local, foi fundamental a ajuda de um detetive da Polícia Estadual de Connecticut, Linze Brown Jr., que por sua vez viabilizou o acesso a documentos públicos dos diversos órgãos envolvidos na administração estatal local.

Devido às diferenças de objeto de estudo, os objetivos em Asylum Hill foram também diversos de Medellín, em primeiro lugar pelo lapso temporal transcorrido entre a implantação do bairro e os dias atuais, por outro lado, uma avaliação da eficácia do desenho urbano proposto é mais viável em Hartford do que em Medellín, primeiro porque existe farto material estatístico disponível nos Estados Unidos e por fim devido ao tempo de implantação, 38 anos, desde 1973.

Portanto, de acordo com as idiosincrasias de cada cidade, em Asylum Hill os tópicos foram outros, no entanto, o foco do estudo será semelhante aos de Medellín, na medida em que se mostrarem disponíveis, uma vez que as intervenções ocorreram há bastante tempo conforme já explicitado e além de difíceis de serem recuperados são irrelevantes atualmente, desse modo, a investigação foi centrada nos tópicos abaixo:

- História da intervenção;
- Características de outros bairros semelhantes na cidade;
- Projeto urbanístico do bairro e desenho urbano;
- Planta geral da cidade;
- Dados estatísticos da criminalidade em Asylum Hill e imediações;
- Dinâmica urbana;
- Atuação policial.

HISTÓRIA DA INTERVENÇÃO

A cidade de Hartford é a capital do Estado de Connecticut, fundada em 1636, porquanto tem 375 anos de existência, situa-se na região nordeste dos Estados Unidos, acima do Estado de Nova York, sendo uma das 13 colônias que formavam a Nova Inglaterra dos

tempos de domínio Britânico. Trata-se de uma cidade média, população de 121.578 habitantes, o Estado também é pequeno e pouco populoso.

Asylum Hill é um bairro central, sede de grandes companhias de seguros de âmbito nacional e internacional, contudo, o que se pode observar é que se trata de um bairro decadente, com poucas pessoas nas ruas e construções mal mantidas.

Como parte de uma intervenção piloto, Asylum Hill, foi alvo de intervenção urbana com vista a reduzir a ocorrência de delitos e ao mesmo tempo mitigar a sensação de insegurança, fator tão danoso quanto o crime em si, haja vista que intimida os cidadãos e faz com que a circulação de pessoas e as atividades recreativas sejam restringidas.

O referido projeto piloto foi financiado pelo *National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice*, órgão do Departamento de Justiça americano, denota-se que desde longa data a questão da violência é objeto de estudo por parte do poder público norte americano. Estes estudos podem ser comparados aos quesitos decisões políticas e meios de implantação.

A escolha de Asylum Hill para servir de pontapé inicial no estudo das intervenções se deu pelo alto índice de criminalidade, especialmente roubos a residências e a pedestres e furtos de transeuntes⁴⁵.

À época do estudo, acreditava-se que a principal causa dos atos delituosos fosse um espaço físico que destruía a característica residencial da vizinhança. Adicionalmente, a grande circulação de carros e de pessoas não residentes no bairro descaracterizava o local, transmitindo a sensação de que o pertencimento cabia aos de fora e não aos moradores locais, segundo o estudo, tais características criavam um ambiente ideal para os meliantes agirem⁴⁶.

As intervenções tiveram três eixos principais de atuação:

- Fechamento das principais vias de circulação para reduzir o fluxo de veículos e pessoas de fora do bairro.
- Criação de uma unidade de policia com estreita relação com os moradores.
- Criação e encorajamento de organizações de moradores para se relacionar com a polícia e propiciar com isto mais segurança

⁴⁵ Reducing Residential Crime and Fear: The Hartford Neighborhood Crime Prevention Program. 1979.

⁴⁶ Idem.

ASYLUM HILL EM 2011

Trata-se de um bairro residencial, em comparação com outros locais da cidade, fica evidenciada a condição de decadência do local. Vêm-se poucas pessoas caminhando pelas ruas, a maioria das habitações unifamiliares estão mal conservadas, as unidades multifamiliares apresentam-se em melhores condições.

Em termos de policiamento, nas diversas vezes que o local foi visitado, sequer uma viatura policial foi vista passar. Ao caminhar pelo bairro tem-se a sensação de abandono, destarte as ruas não serem sujas ou mal cuidadas, porém, as construções estão se deteriorando e os homens nas ruas olhavam os passantes com ar ameaçador⁴⁷.



Figura 16 – Entrada do bairro de Asylum Hill (foto do autor).

A seguir, tem-se a imagem da bifurcação da Asylum Street em Asylum Avenue e Farmington Street, ao fundo edifício corporativo.

⁴⁷ Opinião baseada na experiência pessoal do signatário.



Figura 17 – Edifício corporativo nas imediações de Asylum Hill (foto do autor).



Figura 18 – Parque numa das extremidades de sargent Street, às 11h00minh da manhã, observamos poucos adolescentes, nenhuma criança ou idoso, no momento era horário escolar, então os adolescentes não deveriam estar ali (foto do autor).

Observou-se ainda grande número de imóveis para alugar, sinal inequívoco de um local decadente. Em verdade a presente afirmação carece de mais dados e de uma análise mais profunda que foge ao escopo do presente trabalho, portanto, deve ser vista com a devida cautela, haja vista que o país está imerso em uma crise econômica que teve como origem principal o mercado imobiliário, desse modo, a grande oferta de imóveis pode tanto ser em decorrência da decadência do bairro quanto pela crise financeira.



Figura 19 – Edifícios residenciais multifamiliares com oferta de aluguel (foto do autor).



Figura 20 – Estacionamento entre prédios residenciais, observa-se a ausência de pessoas, atente-se ainda para o grande número de janelas e nenhuma porta (foto do autor).



Figura 21 – Ashley Street, rua com predominância de residências unifamiliares.

Como parte da estratégia de fechamento das vias locais no sentido longitudinal, observamos o Hospital com grandes dimensões, obstruindo a passagem de veículos e pedestres.



Figura 22 – Hospital que delimita o bairro na direção oeste.

Adiante serão analisadas tanto as atitudes de projetos quanto as estatísticas criminais.

BAIRROS SEMELHANTES

Segundo informações do policial Linze, o bairro de Asylum Hill não é seguro, apresenta diversas ocorrências de furtos, roubos, tráfico de drogas e prostituição, o que no Estado de Connecticut é crime. Ainda segundo Linze, a população é pobre e com considerável percentual de desempregados.

Foi visitado então outro bairro popular recentemente construído pelo Estado para população de baixa renda. Observam-se construções de residências unifamiliares no padrão americano, sem muros e afastadas umas das outras cerca de 6 metros. Vale ressaltar a instalação de painéis solares em todas as unidades, evidenciando uma preocupação ambiental.



Figura 23 – Casas populares em Hartford, detalhe para os painéis solares (foto do autor).



Figura 24 – Rua principal do novo bairro popular de Hartford, próximo a Asylum Hill (foto do autor).



Figura 25 – Distância entre as residências e ausência de muros (foto do autor).

PROJETO URBANÍSTICO DO BAIRRO E DESENHO URBANO

Na cidade de Hartford foi visitada a MDC, metropolitan district Hartford Connecticut, empresa responsável pelos serviços de infra-estrutura da capital e região metropolitana. Neste estabelecimento foram obtidas as plantas de toda a cidade e do bairro de Asylum Hill em detalhes.

De posse dos projetos, observa-se que:

A cidade de Hartford é limitada a leste pelo rio Connecticut, a área central da cidade localiza-se na parte central junto ao rio, desse ponto, a cidade se irradia nas direções sul, oeste e norte. Trata-se de uma cidade média, com cerca de 121.578 habitantes, todo Estado de Connecticut possui 3,2 milhões de habitantes, área de 47,91 Km².⁴⁸

O aglomerado urbano é praticamente plano, apresenta traçado planejado, delimitado pelo rio a leste. Apresenta significativo número de parques e áreas verdes.

A seguir uma planta geral da cidade (fig. 26) discriminando o bairro de Asylum Hill no contexto urbano. Em seguida anexo uma planta (fig. 27 em escala maior do bairro de Asylum Hill e adjacências, destacando a área do bairro onde foram idealizadas e implementadas as intervenções urbanas em início dos anos 1970, bem como as ruas que foram fechadas para circulação de veículos.

⁴⁸ Dados do Annual plan 2007/2008.

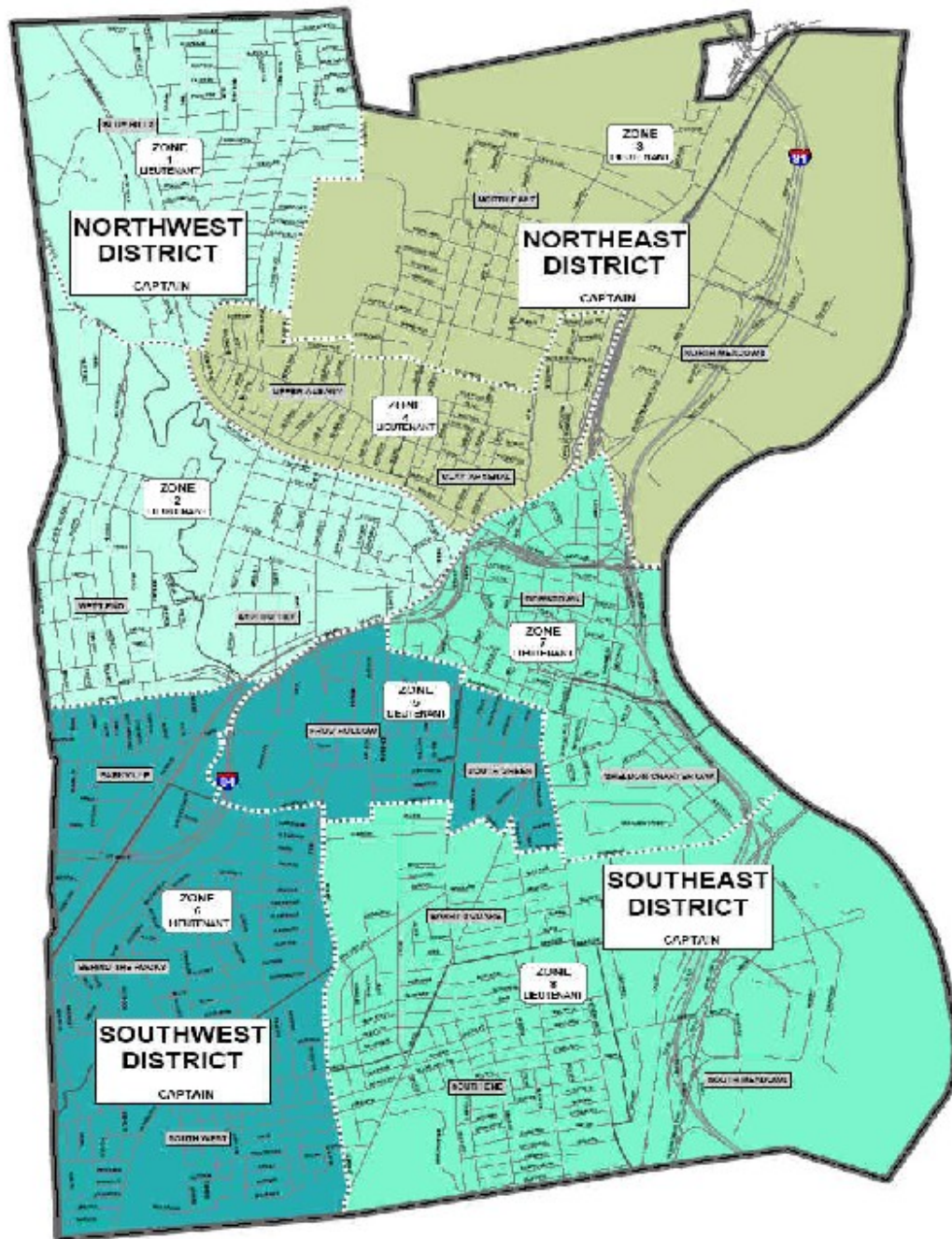


Figura 26 - Planta geral da cidade.

NORTHWEST DISTRICT

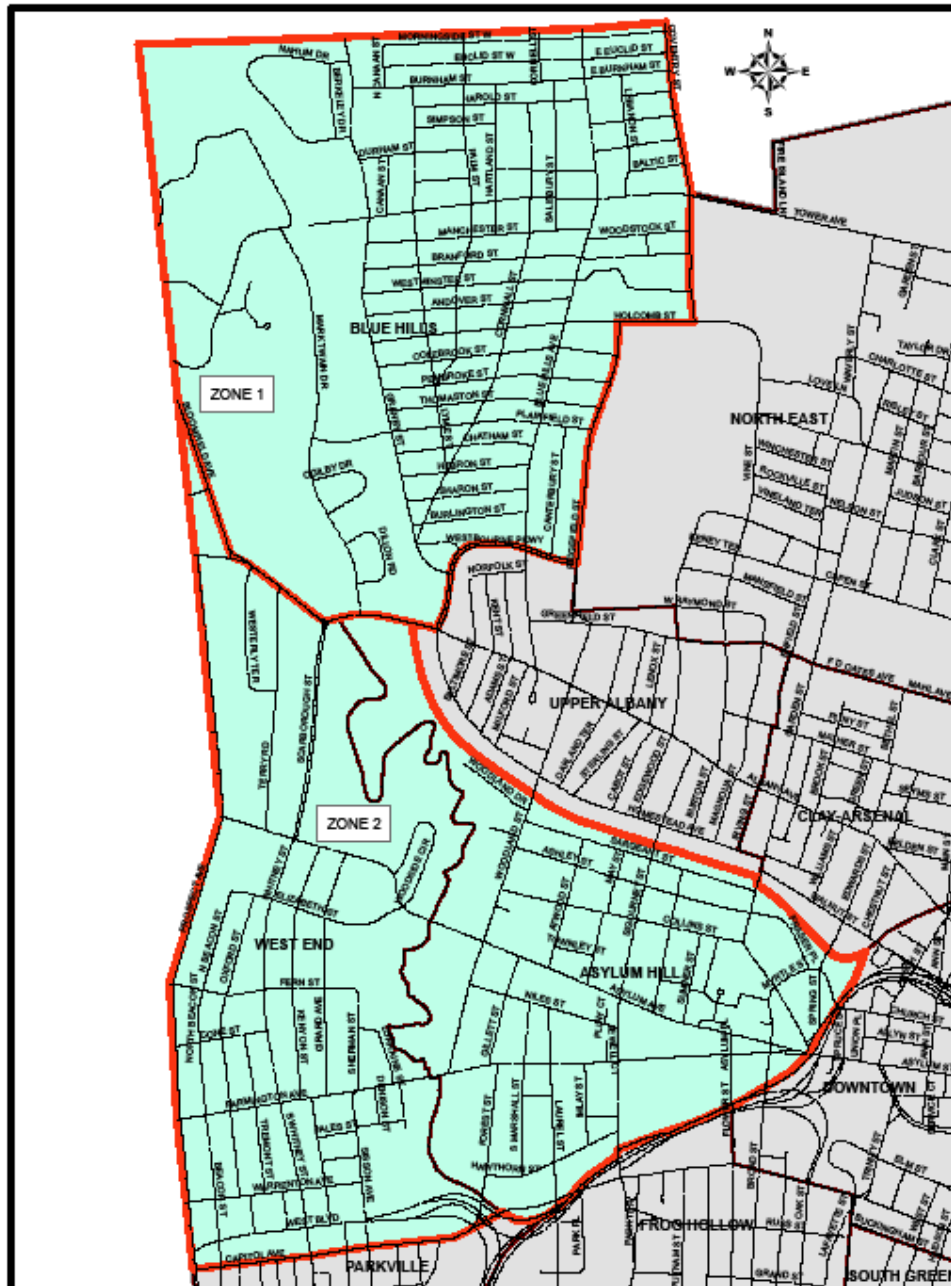


Figura 27 - Planta e maior escala do bairro Asylum Hill e adjacências.

No contexto urbano, o bairro de Asylum Hill está contido no distrito noroeste da cidade, junto com o bairro de West End na zona 2 do distrito, que contém ainda o bairro de Blue Hills na zona 1.

A parte do bairro alvo das intervenções, porção norte, é delimitado pelas vias: Asylum Avenue, Woodland Street, Sargent Street e Garden Street formando grosso modo um trapézio. Em termos de sistema viário, a Asylum Avenue é uma via arterial, que se origina no centro da cidade sob nome de Asylum Street e na entrada do bairro de Asylum Hill se bifurca em Asylum Avenue e Farmington Avenue; as vias Garden Street e Woodland Street também são vias artérias, porém não partem do centro da cidade, no caso a Garden Street inicia-se na Asylum Street próximo da bifurcação, e a Woodland Street começa na Farmington Street; a única via local delimitadora do bairro é a Sargent Street que vai da Garden Street até a Woodland Street.

Do ponto de vista da alteração viária, as grandes mudanças no sentido de diminuir o tráfego de veículos no interior do bairro foram os fechamentos das ruas Collins Street e Ashley Street pela ampliação do Hospital e a Sargent Street pela colocação de obstáculos físicos como demonstrado por fotografias abaixo. Todas as alterações foram no sentido longitudinal do bairro, ou seja, leste oeste.



Figura 28 – Sargeant Street, rua fechada ao trânsito de veículos automotores como parte da estratégia adotada para restringir circulação de pessoas de fora do bairro (foto do autor).



Figura 29 – Sargeant Street, outra extremidade da rua fechada para o trânsito de veículos (foto do autor).

No sentido norte sul, as alterações não se fizeram necessárias porque a Sargeant Street já era uma via restritiva do trânsito de veículos, permitindo apenas uma passagem na sua porção central, junto ao Sigourney park.

Se for feito julgamento a cerca da intenção dos projetistas nos anos 1970 quanto a restringir a circulação de automóveis e pedestres estranhos ao bairro, sem dúvida o resultado foi alcançado, o movimento de veículos automotores nas ruas de Asylum Hill é mínimo, também como dito anteriormente, poucos transeuntes são avistados, contudo, no aspecto da não presença de estranhos no local, também os residentes não se apropriam das ruas, ademais, no caso da Sargeant Street, a impressão é que a rua se transformou numa armadilha, o caminhante que porventura se arriscar a caminhar por aquela via, seja por engano ou desconhecimento, se não for assaltado passará por uma sensação de medo.

Cabe ressaltar que a preocupação à época das alterações, visavam em primeiro lugar os crimes de roubos e furtos nas ruas, conforme contido no estudo de 1978, intitulado *DESIGN FOR SAFE NEIGHBORHOODS: The Environmental Security Planning and Design Process*. Cujo objetivo foi avaliar políticas de urbanismo seguro desenvolvidos em cidade norte-americanas naquela década⁴⁹.

Quanto às unidades de polícia local, não existem atualmente na região, da mesma forma as associações comunitárias não foram perenes em suas existências.

⁴⁹ O estudo foi financiado pelos órgãos estatais dos EUA: NATIONAL INSTITUTE OF LAW; ENFORCEMENT AND CRIMINAL JUSTICE; LAW ENFORCEMENT ASSISTANCE ADMINISTRATION; UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE With the Assistance of U.S. DEPARTMENT OF HOUSING AND URBAN DEVELOPMENT, OFFICE OF POLICY DEVELOPMENT AND RESEARCH

Finalmente, a iluminação pública existente é boa, inclusive difere dos bairros mais afastados, onde em alguns casos sequer existem luminárias nos postes, sendo as ruas iluminadas apenas pelas lâmpadas das residências.



Figura 30 – Postes de iluminação na entrada do bairro (foto do autor).

DADOS ESTATÍSTICOS

Asylum Hill possui 11.208 habitantes⁵⁰ numa cidade com 121.578 habitantes, ou seja, 9,21% do total. A partir desses dados, foram compilados os números dos documentos *Crime by neighborhood*, 2009 e 2010, produzido pela *Hartford Police Department*.

Os crimes apurados são contra a pessoa: homicídio, estupro, furto, assalto com violência; e contra a propriedade: roubo a residência, furto a pequenos objetos e furto/roubo de automóveis. Aqui devemos fazer uma ressalva de metodologia e legislação penal empregada nos EUA diversa da brasileira, observa-se que crimes como furto e assalto com violência são enquadrados como sendo contra a pessoa, no Brasil são tipificados como contra o patrimônio, mesmo que a vítima seja coagida, ameaçada ou agredida, inclusive a título de curiosidade, o crime de latrocínio, roubo seguido de morte, encontra-se na parte do código penal dos crimes contra o patrimônio.

Porém, o critério usado para Medellín, foi a taxa de homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes, ocorre que os objetivos a que se propuseram os idealizadores do plano de Hartford foi a redução de furtos e roubos, desse modo, serão analisados também as taxas de

⁵⁰ Dados do Annual plan 2007/2008.

homicídios de Hartford e Asylum Hill, mas com a devida cautela pois esse não era o alvo. A seguir tabela demonstrativa (Tabela 1):

Tabela 1 – Crimes contra a pessoa.

Ano	Local	Tipo de crime			
		Homicídio	Estupro	Furto	Assalto com violência
2009	Hartford	33	56	603	927
	Asylum Hill	2	1	68	73
2010	Hartford	26	46	579	999
	Asylum Hill	2	7	49	86

Nos anos de 2009 e 2010, Asylum Hill apresentou os seguintes números percentuais:

Contava com 9,21% da população total da cidade, dessa forma, teve 6% dos homicídios em 2009 e 7,69% em 2010. Tais números dão as seguintes taxas de homicídio para grupos de 100.000 habitantes: Hartford 27,14 em 2009 e 21,39 em 2010; para Asylum Hill, as taxas são 17,84 nos dois anos, com dois homicídios em cada ano. Para um efeito comparativo, o Rio de Janeiro teve taxa anual de 56,1 em 2003 e de 31,0 em 2008; Brasília teve 39,1 em 2003 e 34,1 em 2008; no Brasil de 28,9 em 2003 e caiu para 26,4 em 2008.⁵¹

Se for comparada Hartford como um todo com as cidades do Rio de Janeiro e Brasília, as taxas não são deveras díspares, contudo, as taxas de Asylum Hill são bem menores, o que em se tratando de homicídios, qualquer redução faz muita diferença já que uma vida que se perde jamais será repostada, quem teve um ente querido morto de forma violenta ou inesperada sabe bem o que isso significa.

Porém, o que interessa é a evolução e a melhora ou não dos índices desde que as alterações no tecido urbano foram engendradas, para tanto, tem-se que voltar no início dos anos 1970, antes das intervenções e fazer a devida comparação

Quanto aos números de furtos e roubos a residências e a pessoas nas ruas, um estudo de 1978⁵² constatou uma redução de 42% nos crimes em residências e de 27,5% nas ruas.

⁵¹ Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008 e 2011.

⁵² DESIGN FOR SAFE NEIGHBORHOODS: The Environmental Security Planning and Design Process;

Tabela 2 – Crimes contra o patrimônio.

Ano	Local	Tipo de crime		
		Roubo a residência	Pequenos furtos	Furto/Roubo a automóvel
2009	Hartford	1145	4160	1011
	Asylum Hill	78	364	107
2010	Hartford	1054	3753	859
	Asylum Hill	87	383	77

Análise por tipo para grupos de 100.000 habitantes:

Roubo a residência ano: 2009: Hartford 1020,88; Asylum Hill 695,93;

2010: Hartford 939, 75; Asylum Hill 776, 23;

Pequenos furtos: ano 2009: Hartford 3709, 06; Asylum Hill 3247, 68;

2010: Hartford 3346, 18; Asylum Hill 3417, 20;

Furto/roubo de veículos: ano 2009: Hartford 901,41; Asylum Hill 954,67;

2010: Hartford 765,89; Asylum Hill 687,01;

DINÂMICA URBANA

A cidade de Hartford parece reproduzir a teoria de Burgess, Park (1967), da Escola de Chicago que explica o desenvolvimento das cidades através de anéis concêntricos a partir do centro comercial da cidade. Segundo a teoria, as atividades comerciais, industriais e os estratos sociais habitam em zonas circulares circunscritas e consecutivas. De acordo com Burgess, as camadas mais pobres residem nas áreas centrais degradadas enquanto as mais abastadas mudam-se para os subúrbios. Apesar de não ser um modelo universal, o estudo feito inicialmente para Chicago se replica na capital do estado de Connecticut, neste caso, Asylum Hill se mostra violento e decadente apesar de sua localização centralizada.

A explicação para o fenômeno é típico da sociedade norte americana, focada no automóvel, no transporte individual e numa malha viária enorme e muito permeável, a junção destes elementos propicia que os estratos mais ricos da população migrem para as periferias em condomínios fechados com lotes grandes, e todos os dias se deslocem para as cidades a fim de trabalhar.

A consequência natural é a deterioração das áreas centrais, seja pela concentração nestes locais das pessoas mais pobres e em risco social, seja também pela falta de referencial de cidadãos com melhor formação escolar e bem sucedidos que ao ascenderem socialmente mudam-se dos seus locais de origem, fazendo com que permaneçam nas centralidades e bairros antigos apenas os que não participaram da mobilidade social para cima.

Mais uma vez apresenta-se a questão do determinismo arquitetônico, onde medidas de desenho urbano se mostram frustrantes no longo prazo, mostrando que as condicionantes sociais e econômicas são mais difíceis de equacionar e predominantes no esquema da vida urbana.

Por exemplo, na expectativa de restringir o fluxo de pessoas não moradoras em Asylum Hill, o que de fato se deu foi uma redução de pedestres em geral pelo bairro. Outra ferramenta utilizada, o fechamento de algumas ruas para diminuir a circulação de carros, criou ruas mortas, sem movimento, campo fértil para a ação de meliantes.

IMPRESSÕES

As alterações de fluxos das vias na porção norte de Asylum Hill surtiram o efeito desejado no que se referiu a reduzir a circulação de pessoas. Por outro lado, a ocorrência dos crimes que se pretendia reduzir voltou a recrudescer, após redução logo após os primeiros anos.

Segundo dados do estudo já citado⁵³, entre 1975 1976 foram 193 furtos e roubos cometidos nas ruas, logo depois das intervenções, nos período de julho de 1976 a junho de 1977 houve diminuição para 111, redução de 42,49%. Porém, de posse dos dados mais recentes, verificamos que a tendência de queda não se manteve, em 2010 foram 460 ocorrências incluindo furtos e roubos a pessoas e de veículos, número 2,38 vezes maior que antes das cirurgias urbanas, e 4,14 vezes um ano após estas.

A intenção de fazer com que algumas ruas fossem apenas para acesso local, caso de Willard, Huntington, May Street no sentido transversal e a Ashley Street no sentido longitudinal, mostrou-se inviável e improdutivo, de fato, atualmente apenas a Sargeant Street continua fechada em duas de suas extremidades, nos cruzamentos com a Woodland Street e com a Sigourney Street.

⁵³ Design for Safe Neighborhoods: The Environmental Security Planning and Design Process;

A ideia de gradação entre espaços públicos e privados, passando por ambientes semipúblicos e semiprivados, de forma que as pessoas facilmente percebessem que estavam mudando de nível de acesso, até chegar a locais de passagem proibida também não funcionou. Para que tal sistema surtisse efeito, as ruas teriam que ser verdadeiras comunidades, onde todos se conhecessem e primassem pelo local e uns pelos outros. Apesar de não ser profundo conhecedor da sociedade norte americana, sobretudo de Hartford, este não parece ser o perfil dos moradores, em verdade, nas sociedades modernas impera o individualismo.

Não se pode deixar de reconhecer que o projeto inicial previa o engajamento dos habitantes, conforme elencado nos três eixos principais do projeto, entretanto, de fato não se consolidou de acordo com o almejado.